

Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Departamento de Ciências Humanas
Curso de Ciências Sociais

CADERNO DE RESUMOS
III Jornada de Ciências Sociais da UNIFAL-MG
Fronteiras: rupturas e reconfigurações na
contemporaneidade

Alfenas – MG
De 03 a 06 de setembro de 2018



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

COMISSÃO ORGANIZADORA

Docentes

Prof. Dr. Antonio Carlos Andrade Ribeiro (Coordenador)
Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Conceição (Coordenador Adjunto)
Prof. Dra. Lígia Rodrigues de Almeida

Discentes

Gregor Castro Erbiste
Maria Carolina Arruda Branco
Mariana Ramos Pereira
Mayara Hellen Lemes Rossato
Samira Cristina Silva Pereira
Zara Rego de Souza

COMISSÃO CIENTÍFICA

Docentes

Prof. Dr. Antonio Carlos Andrade Ribeiro
Prof. Dra. Lígia Rodrigues de Almeida
Prof. Dr. Elias Evangelista Gomes
Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Conceição
Prof. Dr. Luis Antônio Groppo

Discentes

Gregor Castro Erbiste
Maria Carolina Arruda Branco
Mariana Ramos Pereira
Mayara Hellen Lemes Rossato
Samira Cristina Silva Pereira
Zara Rego de Souza

COLABORADORES

Prof. Dr. Adriano Pereira Santos
Prof. Dra. Renata Nunes Vasconcelos
Prof. Dr. Natalino Silva
Prof. Dr. Elias Evangelista Gomes
Prof. Dr. Gleyton Carlos da Silva Trindade
Prof. Dr. Leonardo Turchi Pacheco
Prof. Dr. Lucas Cid Gigante
Prof. Dr. Luis Antônio Groppo
Profa. Ms. Marcela Rufato
Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Conceição
Prof. Dra. Sylvia Nunes
Prof. Me. Thiago Antônio Sá
Prof. Dr. Thiago Silame

EDITORAÇÃO

Zara Rego de Souza
Antonio Carlos Andrade Ribeiro



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
PROGRAMAÇÃO GERAL	5
PALESTRAS E MESAS REDONDAS	6
GRUPOS DE TRABALHOS - PROGRAMAÇÃO	9
GRUPOS DE TRABALHOS – RESUMOS	20
MINICURSOS E OFICINAS	117
EVENTOS CULTURAIS	120



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

APRESENTAÇÃO

A III Jornada Científica das Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas, UNIFAL – MG será realizada entre os dias 03 e 06 de setembro de 2018. O evento terá como tema principal “Fronteiras: rupturas e reconfigurações na contemporaneidade”. O objetivo do evento é debater os limites das fronteiras que dividem o mundo social, tanto do ponto de vista teórico quanto das práticas sociais. Propondo uma reflexão sobre as contribuições das ciências sociais na solução de problemas práticos que tem impacto na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas.

A transposição das fronteiras geopolíticas, socioeconômicas e culturais, que caracteriza o período pós-guerra fria, nos instiga a refletir sobre a clássica divisão das três áreas das Ciências Sociais (Ciência política, Sociologia e Antropologia) e do conhecimento sobre o mundo social como um todo. Presencia-se hoje, dentro e fora da academia, uma multiplicidade de categorias que transpassam e colocam sob suspeição o binarismo do pensamento moderno e ocidental - a exemplo de natureza-sociedade. Como pensar sobre a profusão de categorias relacionadas à identidade de gênero e de orientação sexual para além da heteronormatividade? Quais são os limites e os impactos da transposição das fronteiras entre o mundo do concreto e o mundo virtual, ambos igualmente reais? Como é possível analisar a noção de "pessoa" sem transpormos a divisão entre corpo-mente/emoção/espírito e até mesmo entre humanidade e animalidade? Quais são os argumentos que permitem analisar o intenso fluxo migratório transnacional na Europa, nas Américas e em várias regiões da África e as novas configurações de "identidade" e de "Nação" advindas desse trânsito? Mesmo ao se pensar nos movimentos sociais e nas grandes manifestações populares que pululam na atualidade e ampliam suas "causas", inicialmente locais, para o mundo todo, quais as teorias ou campos de conhecimento contribuem para compreendê-los? Essas são algumas das questões que orientarão os debates que desejamos estabelecer na III Jornada das Ciências Sociais na UNIFAL.

Deve-se considerar que as fronteiras conformam possibilidades para inovação, pois ao delimitarem espaços marcados por pontos de vista múltiplos e conflitantes, elas constituem um "entrelugar", “uma faixa de conjunção, intersecção ou transição”, mais que uma simples linha divisória (SZTUTMAN, 2002: 33). Assim as redefinições das fronteiras abrem novas possibilidades e novos conflitos que nos convidam a repensar o mundo social. Neste espírito, a III Jornada das Ciências Sociais da UNIFAL pretende constituir espaços privilegiados para promover encontros e a interação entre as múltiplas perspectivas sobre o mundo social. A organização do evento concebeu quatro espaços de discussão e debate que configurarão “entrelugares” ao fomentar o diálogo temático entre trabalhos elaborados sob o prisma dos diferentes paradigmas e disciplinas das ciências sociais.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

PROGRAMAÇÃO III JCS UNIFAL-MG

HORÁRIO	Segunda-Feira 03-09-2018	Terça-Feira 04-09- 2018	Quarta-feira 05-09-2018	Quinta -feira 06-09-2018
9h -12h	Minicurso 1: Antropologia Visual (Profa. Marcela Vasco – Unicamp) Local: V015 Minicurso 2: Introdução ao R para Ciências Sociais (Prof. Neylson Crepalde – UFMG) – Local: D303	Minicurso 1: Antropologia Visual (Profa. Marcela Vasco – Unicamp) – Local: V015 Minicurso 2: Introdução ao R para Ciências Sociais (Prof. Neylson Crepalde – UFMG) Local: D303	Minicurso 3: Introdução à Análise de Redes (Prof. Antonio Ribeiro – UNIFAL) Local: D303 Oficina 1: Cotas raciais nas universidades brasileiras. Análise de uma polêmica pública. (Prof. Marcelo Sevyabricker – UFLA) – Local: V015 Oficina 2: Percepções de gênero. (Profa. Vera Schaefer – UFLA) – Local: V010	Minicurso 4: Uso do software IRAMUTEQ na análise multidimensional de textos e questionários: uma alternativa à análise de conteúdo. (Prof. Velcimir Maia – UFSJ) Local: D303 Oficina 3: Democracia e Educação: os desafios políticos educacionais (Prof. Pedro Silva – PUC-SP) Local: V015 Oficina 4: Método indiciário na Antropologia (Prof. Milton Zamboni – UNIFEI) – Local: V010
14h -17h	Minicurso 1: Antropologia Visual (Profa. Marcela Vasco – Unicamp) – Local: V015 Minicurso 2: Introdução ao R para Ciências Sociais (Prof. Neylson Crepalde – UFMG) – Local: D303	GT 6: Partidos Políticos, Legislativo E Comportamento Eleitoral – Sessão 1 – Local: R101 GT 2: Educação, Participação E Cidadania Sessão 1 – Local: R102 GT 8: Subjetividade, Música E Juventude Sessão 1 – Local: N513 GT 7: Povos Tradicionais – Sessão 1 – Local: O326 GT 10: Espaços Urbanos – Sessão 1 – Local: V010	GT 1: Educação, Ensino E Extensão – Sessão 1 – Local: O326 GT 2: Educação, Participação E Cidadania Sessão 2 – Local: R102 GT 3: Políticas Públicas – Sessão 1 Local: V015 GT 6: Partidos Políticos, Legislativo E Comportamento Eleitoral – Sessão 2 Local: R101 GT 11: Mídias Sociais E Comportamento – Sessão 1 – Local: V312 GT 5: Trabalho – Sessão 1 – Local: N512	GT 1: Educação, Ensino E Extensão – Sessão 2 – Local: O326 GT 4: Estado E Sociedade – Sessão 1 Local: PCA302 GT 3: Políticas Públicas – Sessão 2 Local: V010 GT 9: Gênero E Sexualidade – Sessão 1 Local: R102 GT 11: Mídias Sociais E Comportamento Sessão 2 – Local: R101
17h30-19h	Evento Cultural: CineDebate. "Quando a água chegou" & "A história de Jali". Local: R101	Evento: Lançamento de Livro Local: Hall do R	Evento Cultural: Banda Dirt & Noise Local: Palquinho UNIFAL-MG	Evento Cultural: Dança Break com Coletivo Coliseu & Giovana Generoso - Local: Hall do R
20h - 22h	Palestra de abertura: Reflexões sobre as espacialidades precárias dos refugiados no Brasil. (Prof. Dr. Igor José de Renó Machado – UFSCAR) Local: Auditório Dr. João Leão de Faria	Mesa Redonda: Direitos Humanos, corpo e território (Prof. Dr. Guillermo Vega Sanabria – UFV & Prof. Dr. Rafael Lacerda Silveira Rocha - CRISP/UFMG) Local: Auditório R101	Mesa Redonda: Políticas do Estado e meio ambiente (Profa. Dra. Marisa Singulano – UFOP & Profa. Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira – UFMG) Local: Auditório R101	Mesa Redonda: As políticas públicas enquanto um "entrelugar" (Prof. Dra. Valéria Cristina de Oliveira – UFMG & Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca – UNESP) Local: Auditório R101



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

PALESTRAS E MESAS REDONDAS

1. Palestra de abertura: “Reflexões sobre as espacialidades precárias dos refugiados no Brasil”

Palestrante: Dr. Igor José de Renó Machado

Segunda-feira, 03 de setembro de 2018, às 20h.

“A partir de três casos específicos de refugiados ou populações em situação como a de refúgio no Brasil (Congolese, Colombianos e haitianos), esboço uma análise sobre a relação dos refugiados recentes no Brasil com a constituição de espacialidades em contexto urbano. A análise busca dar conta da extrema movimentação por que passam os refugiados dentro do Brasil, relacionando esses deslocamentos com uma dificuldade de constituição de espacialidades que os liguem às cidades em que vivem. Os três casos indicam que há uma tendência dos refugiados em mover-se constantemente e, eventualmente, deixarem o país em busca de refúgio ou migração em países terceiros, dada a dificuldade que têm em se inserir na sociedade brasileira. São analisados quais os tipos de dificuldade proporcionadas pela sociedade brasileira, desde os preconceitos em relação a ideia de refúgio até as dificuldades com a burocracia que deveria proceder a uma facilitação da inserção social dos refugiados, mas acaba por criar relações tensas de dependência entre refugiados e instituições variadas. São analisadas também a forma como os refugiados encaram essas dificuldades, suas maneiras de enfrentar os dilemas do refúgio no Brasil e suas visões sobre esses problemas. O trabalho foi realizado por meio de trabalho de campo etnográfico centrado na cidade de São Paulo com as três populações ao longo dos últimos três anos. A pesquisa vem sendo desenvolvida no Laboratório de Estudos Migratórios da Universidade Federal de São Carlos no seio do projeto de pesquisa sobre refugiados coordenado por mim e financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).”

III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

PALESTRA DE ABERTURA:
Reflexões sobre as espacialidades
precárias dos refugiados no Brasil.

03 de setembro de 2018, 20h, Auditório R101, campus sede UNIFAL-MG

Convidado: Prof. Dr. Igor José de Renó Machado – UFSCar

A partir de três casos específicos de refugiados ou populações em situação como a de refúgio no Brasil (Congolese, Colombianos e haitianos), o palestrante analisará a extrema movimentação por que passam os refugiados dentro do Brasil, relacionando esses deslocamentos com uma dificuldade de constituição de espacialidades que os liguem às cidades em que vivem. Os três casos indicam que há uma tendência dos refugiados em mover-se constantemente e, eventualmente, deixarem o país em busca de refúgio ou migração em países terceiros, dada a dificuldade que têm em se inserir na sociedade brasileira.

 /jcsunifalmg  @jcsunifalmg



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

2. Mesa Redonda: “Direitos Humanos, corpo e território”

Terça-feira, 04 de setembro de 2018, às 20h.

“A partir do conceito de Direitos Humanos a mesa promoverá um debate sobre a disputa pelo corpo, pela pessoa e pelo espaço público. A mesa reúne especialista para debater a relação entre direitos humanos, espaço público e identidade. Propõem-se que os convidados debatam os aspectos relacionados à descriminalização do aborto, das drogas, aos direitos de minorias (mulheres, idosos, negros, migrantes, pessoas trans, etc) pensando relação entre Estado e Violência”.

III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

MESA REDONDA: DIREITOS HUMANOS, CORPO E TERRITÓRIO

04 de setembro de 2018, 20h, Auditório R101, campus sede UNIFAL-MG

Convidado:
Prof. Dr. Guillermo Vega Sanabria – UFV



“Provocado por uma série pichações contra homossexuais em banheiros de duas universidades públicas, assim como pelas reações que tais mensagens suscitaram, O professor Guillermo Sanabria explora a relação entre espaços públicos, sociabilidade e políticas da identidade a partir de manifestações e práticas que surgem, ao mesmo tempo, como elementos “desordenadores” e criadores de novas ordens”.

Convidado:
Dr. Rafael Lacerda Silveira Rocha - CRISP/UFMG



Um debate sobre vinganças, guerras e o conteúdo moral dos homicídios retaliatórios com ênfase nos elementos simbólicos mobilizados por atores inseridos no “mundo do crime” para justificar ou condenar assassinatos em bairros de periferia de Belo Horizonte. O professor Rafael Rocha analisa os elementos que compõem os discursos acerca da “matabilidade” e das reivindicações por justiça (seja estatal ou privada) acionadas a partir das mortes de membros de gangues.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

3. Mesa Redonda: “Políticas do Estado e meio ambiente”

Quarta-feira, 05 de setembro de 2018, às 20h.

“A mesa propõe um debate sobre as políticas do Estado relacionadas a construção de grandes empreendimentos, legislação ambiental, e atingidos por esses empreendimentos. O debate acolhe também a discussão sobre a relação entre produção agrícola, sociedade e meio ambiente”.

III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

MESA REDONDA: POLÍTICAS DO ESTADO E MEIO AMBIENTE

05 de setembro de 2018, 20h, Auditório R101, campus sede UNIFAL-MG

Convidada:
Profa. Dra. Marisa Singulano – UFOP

A região de Ouro Preto e Mariana tem passado por uma severa crise em função do desastre provocado pela empresa Samarco e devido aos impactos de longa data da mineração. Neste contexto, tem-se refletido sobre alternativas de desenvolvimento territorial para a região. A professora Marisa Singulano discutirá a implementação de alternativas face à mineração por meio da atuação do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social da UFOP.

Convidada:
Profa. Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira – UFMG

O desastre da Samarco no Rio Doce causou 19 mortes. Cerca de 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos minerários foram lançados ao rio. Através da perspectiva da sociologia dos desastres, a professora Raquel Teixeira aborda os procedimentos institucionais e suas consequências para os moradores atingidos. Os resultados de suas análises mostram que enquanto os procedimentos institucionais e corporativos procuram estabilizar e restringir a definição dos danos, os atingidos denunciam a severa transformação de suas vidas a partir da presença permanente da lama que ‘não sai’.

4. Mesa Redonda: As políticas públicas enquanto um “entrelugar”

Quinta-feira, 06 de setembro de 2018, às 20h.

“A mesa discute as políticas públicas como um mecanismo de transposições de fronteiras. Debate os avanços e desafios das políticas de ações afirmativas de ingresso na universidade, de redistribuição de renda, superação da pobreza e de geração de emprego e renda. Promove uma discussão sobre a importância e o futuro dessas políticas no contemporâneo”.

III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

**MESA DE ENCERRAMENTO:
AS POLÍTICAS PÚBLICAS ENQUANTO UM
“ENTRELUGAR”**

06 de setembro de 2018, 20h, Auditório R101, campus sede UNIFAL-MG

Convidada:
Valéria Cristina de Oliveira – UFMG

A partir de aportes da sociologia do crime a Professora Valéria Cristina de Oliveira apresentará dados de uma pesquisa cujo objetivo é investigar os efeitos de vizinhanças sobre os resultados escolares, discutindo as diferentes formas de apropriação dos bens educacionais por parte da população de territórios em contextos de baixo nível socioeconômico e violência.

Convidado:
Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca – UNESP

Partindo do tema das políticas de ações afirmativas, O Professor Dagoberto Fonseca discute o futuro dessas no contexto atual pensando a universidade enquanto um “entrelugar” de encontro das diversidades.

 /jcsunifalmg  @jcsunifalmg



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GRUPOS DE TRABALHOS – PROGRAMAÇÃO

GT 1. EDUCAÇÃO, ENSINO E EXTENSÃO – Debatedora: Profa. Marcela Rufato (Dias 05 e 06/09)

Sessão 1 – 05/09/2018 – 14h às 17h

1. “PESQUISA E EXTENSÃO: O DESATAR DA IMAGINAÇÃO SOCIOLOGICA COM A JUVENTUDE ALFENENSE” Mateus Aires dos Santos; Lucas Costa Nagahiro; Marcelo Rodrigues Conceição (UNIFAL-MG)
2. “PROJETO DE EXTENSÃO: “TELA CRÍTICA NA UFPA: O MUNDO DO TRABALHO ATRAVÉS DO CINEMA”” Kawana Campos Angelim Lobo; Fernanda Valli Nummer (UFPA)
3. “EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA” Lorena Jovana Aureliano Santos; Franciane Diniz Cogo; Luciola Lucena de Sousa; Tatiane Cristina Moreira; Evandro Freire Lemos (UEMG)
4. “APLICANDO A TEORIA NA PRÁTICA” Franciane Diniz Cogo; Felipe Duarte Praxedes Silva; Luciola Lucena de Sousa; Tatiane Cristina Moreira; Evandro Freire Lemos (UEMG)
5. “ENSINO DE QUÍMICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS” Luciola Lucena de Sousa; Paulo Sérgio dos Santos Junior; Franciane Diniz Cogo; Maria José Reis (UEMG)

Sessão 2 – 06/09/2018 – 14h às 17h

6. “EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM PIRANGUINHO/MG” Natanael dos Santos Silva; Lucas Inácio Rodrigues (FEPI)
7. “ENTRE OS PRIVILÉGIOS E OS OBSTÁCULOS: UMA ANÁLISE SOBRE A DOCÊNCIA MASCULINA EM ESCOLAS PARA CRIANÇAS” Vinícius Oliveira Santos (UNIFAL-MG)
8. “FRONTEIRAS E ANTAGONISMOS: O CONFLITO COMO UMA FORMA DE INTERAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR” Junior Roberto Faria Trevisan (UNIFAL-MG)
9. “A FIGURA DOCENTE NA ESCOLA: INTERPRETAÇÕES A PARTIR DAS TEORIAS DA EDUCAÇÃO DE PIERRE BOURDIEU E DERMEVAL SAVIANI” Aaron França Teófilo (UNIFAL-MG)
10. “A LEITURA E SEU PROTAGONISMO NO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO” Naiara Costa Vidigal; Rodrigo de Vasconcellos Viana Medeiros (IFMG)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 2. EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA – Debatedor: Prof. Luis Antonio Groppo e Profa. Renata Nunes Vasconcelos (DIAS 04 e 05)

Sessão 1 – 04/09/2018 – 14h às 17h

1. "NOVAS FORMAS DE SUBJETIVIDADE E SOCIABILIDADE PROPORCIONADA PELA MEDICINA GENÔMICA: IDENTIDADES, ASSOCIAÇÕES E ATUAÇÃO POLÍTICA" Igor José Alves Santana (UNIMONTES)
2. "MEMORIAL DAS OCUPAÇÕES: REVIVENDO A LUTA DOS ESTUDANTES NO SUL DE MINAS GERAIS" Mayara Hellen Lemes Rossato; Luís Antonio Groppo (UNIFAL-MG)
3. "A UNIVERSIDADE, A GREVE E O TEMPO: PROBLEMATIZANDO CONFLITOS E O COTIDIANO DOCENTE". Rosa Maria de Souza; Fabrício Roberto Costa Oliveira (UFJF)
4. "GESTÃO ESCOLAR E AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA O EFETIVO EXERCÍCIO DA PLURALIDADE E A ÉTICA" Dilcinho Luiz da Silva (UNIVERSIDADE SEK – CHILE)
5. "O OLHAR NA COLETIVIDADE: PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA E EDUCAÇÃO LIBERTADORA" Rômulo Predes Cunha (FGV)

Sessão 2 – 05/09/2018 – 14h às 17h

6. "“LA OTRA EDUCACIÓN”: UMA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL ANTICOLONIALISTA NAS MONTANHAS DE CHIAPAS" Mariana Neves Jaimes (UNIFAL-MG)
7. "A IMPORTÂNCIA DE DOIS COLETIVOS JUVENIS PARA FORMAÇÃO E PERMANÊNCIA DOS SEUS INTEGRANTES EM UMA UNIVERSIDADE NO INTERIOR DE MINAS GERAIS" Mariana Ramos Pereira (UNIFAL-MG)
8. "UMA EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA SMOC (SOCIAL MOVIMENTO ORIENTED CITZENSHIP)" Francis Lázaro Júnior; Gleyton Trindade (UNIFAL-MG)
9. "QUEM LUTA, EDUCA? UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO NO GRÊMIO ESTUDANTIL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS E A APRENDIZAGEM SOCIOLÓGICA" Bruna de Castro Gavino; Grazielle Ramos Schweig (UFMG)
10. "CURSINHOS POPULARES E O ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES PARA ALÉM DO ACESSO" Ana Thereza Reis Magalhães (UFMG)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 3. POLÍTICAS PÚBLICAS – Debatedores: Prof. Gleyton Trindade e Prof. Natalino Silva (05/09 e 06/09).

Sessão 1 – 05/09/2018 – 14h às 17h

1. “LEI DE COTAS, ESCOLAS PÚBLICAS E O ACESSO À UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE O CASO DAS ESCOLAS TÉCNICAS PAULISTAS” Gustavo Antônio da Silva Inácio; Débora Cristina Piotto (USP)
2. “POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO COMO JOVENS ESTUDANTES COTISTAS” Aline de Carvalho Pereira; Natalino Neves da Silva (UNIFAL-MG)
3. “DIREITO À MORADIA: A POLÍTICA DE ALUGUEL SOCIAL EM PERDÕES-MG” Jucilaine Neves Sousa Wivaldo; Mireli Roberta Alvarenga de Carvalho (UFLA)
4. “PREVIDÊNCIA SOCIAL: DIREITO SOCIAIS X INFORMATIZAÇÃO?” Paula Regina Wenceslau Lloyd; Jucilaine Neves Sousa Wivaldo (UFLA)
5. “INIQUIDADES NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS” Jéssica Mára Viana Pereira; Carina Rabelo de Souza Fonseca (UFMG)

Sessão 2 – 06/09/2018 – 14h às 17h

6. “A INCLUSÃO DO DIREITO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 FRENTE À ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE INTERESSE NA CONSTITUINTE” Beatriz de Paula Silva Ribas (UFMG)
7. “O ACESSO À JUSTIÇA COMO OBJETO DE ESTUDO NO CONTEXTO DE JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E DE INCLUSÃO ÀS AVESSAS” Josélia Ferreira dos Reis; Nívia Valença Barros (UFF)
8. “AS ESTRATÉGIAS DE INDUÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA CONFORMAÇÃO DA ESTUTURA ADMINISTRATIVA DAS SECRETARIAS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL” Isabella Dias Cunha (UFMG)
9. “NEODESENVOLVIMENTISMO E SOCIOBIODIVERSIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE E PROTEÇÃO ÀS DIVERSIDADES” Jadson Lobato Gonçalves (UFPA)
10. “VIOLÊNCIA TRANSGERACIONAL NAS FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NA AMAZÔNIA BRASILEIRA” Sandra Mônica da Silva Schwarzstein (UFF)
11. “O IDEB EM ALFENAS: PERSPECTIVAS E DIFICULDADES DE COMPARAÇÕES” Marcelo Rodrigues Conceição; Samira Cristina Silva Pereira (UNIFAL-MG)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 4. ESTADO E SOCIEDADE – Debatedor: Prof. Antonio Carlos Andrade Ribeiro; Zara Rego de Souza (06/09)

Sessão 1 – 06/09/2018 – 14h às 17h

1. “ASSISTENCIALISMO, EDUCAÇÃO E TRABALHO: O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 – 1930)” Giovane Silva Balbino (UNICAMP)
2. “MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA EM BELO HORIZONTE-MG (1985 – 1995): ANÁLISE DE SUA DINÂMICA INTERNA A PARTIR DE UMA ABORDAGEM RELACIONAL” Alexandre Silva Nogueira (UFMG)
3. “DESIGUALDADE EM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO DO CASO BRASILEIRO” Gabrielle Cosenza (FGV)
4. “INVENÇÃO OU DESCOBERTA? A RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE ENQUANTO OBJETO EM DESENVOLVIMENTO” Marcos Luiz Vieira Soares Filho (UERJ)
5. “ORGANIZAÇÕES CIVIS PELOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS” Maria Carolina Arruda Branco; Helena de Oliveira Vitorio; Julia do Carmo Carbone (UNIFAL-MG)
6. “DISPUTAS SIMBÓLICAS NA GESTÃO DAS ÁGUAS: UMA ANÁLISE DOS CAPITAIS SOCIAIS” Janaina dos Santos de Souza (UFSCAR)
7. “A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA AFIRMAÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS EM CONTEXTOS URBANOS” Gercidio Junior Valeriano Pereira; Marina Schkolnick Soares Leite (UFABC)
8. “A DIFUSÃO E ISOMORFISMO NAS REDES BRASILEIRAS DE ACCOUNTABILITY” Ana Carolyne Martins de França; Vinicius Eduardo Martins Baraldi Vaz (UNIFAL-MG)
9. CRITÉRIOS DE MÉRITO: CONFLITOS DECORRENTES NA DEFINIÇÃO DE ALUNO NO ENSINO PÚBLICO E DESEMPENHO ESTUDANTIL. Lucas Loureiro Leite (UFJF).



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 5. TRABALHO – Debatedor: Prof. Adriano Santos (05/09)

Sessão 1 – 05/09/2018 – 14h às 17h

1. “TRABALHO E EXCLUSÃO: DESAFIOS DOS JOVENS BRASILEIROS AO ACESSO NO MUNDO DO TRABALHO” Camille de Sousa Fernandes Tantow; Wickson Moreira Ribeiro (UFRJ)
2. “GÊNERO E A DUPLICIDADE DO TRABALHO FEMININO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A DOMINAÇÃO-EXPLORAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA” Maria Júlia Tavares Pereira (UNIFAL-MG)
3. “GÊNERO, MIGRAÇÃO E TRABALHO: AS DESIGUALDADES NO PROCESSO MIGRATÓRIO” Josianny Soares Carvalho (UNIMONTES)
4. “FORMAÇÃO BURGUESA E ESPAÇO URBANO EM SÃO PAULO” Osvaldo José da Silva (UNESP)
5. “A CRÍTICA AO DIREITO DA PROPRIEDADE PRIVADA EM MARX” William Gustavo Rodrigues; Giovane Silva Balbino (DAMÁSIO EDUCACIONAL)
6. “AS EMOÇÕES EM AMBIENTES ORGANIZACIONAIS E O SERVIÇO PÚBLICO” Isabella Ladeira Furtado; Antonio Carlos Andrade Ribeiro (UNIFAL-MG)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 6. PARTIDOS POLÍTICOS, LEGISLATIVO E COMPORTAMENTO ELEITORAL – Debatedor: Prof. Thiago Silame e Ms. Denisson da Silva Santos (04 e 05/09)

Sessão 1 – 04/09/2018 – 14h às 17h

1. “PARTIDOS POLÍTICOS E SUA RELAÇÃO COM A ELEGIBILIDADE DE MULHERES NA MESORREGIÃO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS” Isabela Augustonelli (UNIFAL-MG)
2. “A IMPORTÂNCIA DO LEGISLATIVO E A AVERSÃO QUE CAUSA NAS REDES SOCIAIS ONLINE: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO LEGISLATIVO E NÃO DE PRÁTICAS POLÍTICAS” Rodrigo Pimenta de Almeida Alves; Felipe Bandeira Netto (UFPA)
3. “UM ESTUDO NETNOGRÁFICO: O COMPORTAMENTO POLÍTICO NAS “VÉSPERAS” DAS ELEIÇÕES PRESIDÊNCIAS DE 2018 NO BRASIL: O FACEBOOK COMO FERRAMENTA DETERMINANTE DO COMPORTAMENTO POLÍTICO – COMO VOTA O ELEITORADO DA “ESQUERDA” E “DIREITA”” Felipe Bandeira Netto; Ingrid Magno da Silva; Rodrigo Pimenta de Almeida Alves (UFPA)
4. “DE VOLTA PARA O FUTURO: A BANCADA EVANGÉLICA E O NEOCONSERVADORISMO BRASILEIRO” Bruna Caroline Machado Gomes; Ailton Laurentino Caris Fagundes (UFCAT)
5. FOLHA UNIVERSAL E POLÍTICA: IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS E AS ELEIÇÕES DE 2010 E 2014. Willelm Martins Andrade Jardim; Fabrício Roberto Costa Oliveira (UFJF).
6. “O PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE OS GOVERNOS LULA, DILMA e TEMER” Velcimir Inácio Maia (UFSJ)

Sessão 2 – 05/09/2018 – 14h às 17h

7. “O SISTEMA PARTIDÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS” Zara Rego de Souza; Antonio Carlos Andrade Ribeiro (UNIFAL-MG)
8. “SISTEMA PROPORCIONAL DE LISTA FECHADA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS PARLAMENTARES SOBRE AS PROPOSTAS DE LISTA FECHADA NO PERÍODO DE 2007 ATÉ 2017” Thomas Marques da Silva (UNIFAL-MG)
9. “PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, ASSOCIATIVISMO E COMBATE À CORRUPÇÃO” José Vitor Lemes Gomes (UFJF)
10. “O CONTROLE EM DETRIMENTO DA SEGURANÇA NA IMPLANTAÇÃO DO REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL (RIC) NO BRASIL” Fabiana Lopes Côrrea (UNIMONTES)
11. “50 ANOS DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5. O GOLPE DENTRO DO GOLPE: REMEMORAR PARA NÃO REVIVER” Lucas Inácio Rodrigues; Willian Gustavo Rodrigues (UNIFEI)
13. “PARTIDOS POLÍTICOS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NO LEGISLATIVO EM VIÇOSA-MG, 1996-2016” Cristiane Rios Mendes (UFJF).

GT 7. POVOS TRADICIONAIS – Debatedor: Prof. Vicente Cretton (04/09)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Sessão 1 – 04/09/2018 – 14h às 17h

1. “O BRANCO E O INDÍGENA: O QUE O CONTATO INTERÉTNICO REVELA SOBRE AS RELAÇÕES DE IDENTIDADE E ALTERIDADE?” Thabata Caroline Ferraz Alves (UNIFAL-MG)
2. “A INFLUÊNCIA DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA MOBILIDADE TERRITORIAL E NA MIGRAÇÃO DO NORTE DE MINAS GERAIS” João Marcos Silva Moura (UNIMONTES)
3. “SOBERANIA ALIMENTAR: UMA NECESSIDADE DOS POVOS” Gabriel Cosme Gonçalves Marques dos Santos; Maria Carolina Arruda Branco; Luiz Gustavo de Amorim Gonçalves (UNIFAL-MG)
4. “TERRA E TERRITÓRIO: CONCEITO EM DISPUTA” Vicente Cretton Pereira; Maria Carolina Arruda Branco (UNIFAL-MG)
5. “OS JÊ MERIDIONAIS E OS DIFERENTES OUTROS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NO ENTRE-LUGAR” Tayná Bonfim Mazzei Mazza (UFU)
6. “CULTURA, CONSTRUÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA E DESENVOLVIMENTO EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DE POPULAÇÕES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA” Carlos Sérgio de Brito Moreira Júnior
7. “A ANTROPOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS EM SAÚDE NA POPULAÇÃO RIBEIRINHA DE IGARAPÉ-MIRI/PA” Ana Paula de Brito Oliveira (UFPA)
8. “O DIREITO À IDENTIDADE ÉTNICA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E DA PROPRIEDADE COLETIVA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E TRIBAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS EFEITOS DAS SENTENÇAS PROFERIDAS PELA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS” Ricardo Guerra Vasconcelos (PUC-Mg)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 8. SUBJETIVIDADE, MÚSICA E JUVENTUDE – Debatedor: Lucas Cid Gigante (04/09)

Sessão 1– 04/09/2018 – 14h às 17h

1. “A MÚSICA COMO VIA DE EMANCIPAÇÃO SEGUNDO THEODOR W. ADORNO” Rafael Ribeiro de Almeida (UESC)
2. ““A VIDA É DIFERENTE DA PONTE PRA CÁ”: IDENTIDADE E DIFERENÇA NOS RAPS DOS RACIONAIS MC’S” Venício Raimundo Custódio Júnior (UNIFAL-MG)
3. “REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MÚSICA: ESTABELECENDO CONCEITOS” Gregor Castro Erbiste; Leonardo Turchi Pacheco (UNIFAL-MG)
4. “PODER, AMIZADE EM REDES INTRA-ORGANIZACIONAIS: O CASO DE UM GRUPO MUSICAL DE UMA UNIVERSIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS” Antonio Ribeiro; Gregor Castro Erbiste (UNIFAL-MG)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 9. GÊNERO E SEXUALIDADE – Debatedor: Prof. Elias Gomes, Prof. André Luiz Sena Mariano e Discente Ana Clara Couto. (06/09)

Sessão 1 – 06/09/2018 – 14h às 17h

1. “A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA SEXUALIDADE NA SOCIEDADE PÓSMODERNA” Caroline Cristina Caetano; Carlos Tadeu Siepierski (UNIFAL-MG)
2. “PROGRAMA AMOR & SEXO E OS PROCESSOS SÓCIO-HISTÓRICOS DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA” Carla Marina Neto das Neves Lobo (UFF)
3. “AS IDENTIDADES DE GÊNERO DITAS "INCONFORMES" E A ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO NUMA UNIDADE DE ENSINO DA REDE ESTADUAL DE ALFENAS - MINAS GERAIS NO ANO DE 2018” Lucas Soares Miniussi; Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves; Zara Rego de Souza; Gregor Castro Erbiste; Samira Cristina Silva Pereira; Jonas Gabriel Bendassoli Roque (UNIFAL-MG)
4. “DINÂMICAS HOMOCONJUGAIS E O ARBITRÍO DO ESTADO: ENTRE A NORMALIZAÇÃO E A INCONFORMIDADE” Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves (UNIFAL-MG)
5. “CIDADANIA E GÊNERO: A IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOAS TRANSEXUAIS” Lucas Henrique Sousa (UNIFAL-MG)
6. “UMA BREVE REVISÃO SOBRE A TUTELA JURÍDICA DOS TRANSEXUAIS: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO”. Luiza Cotta Pimenta (UFJF).
7. “A IGREJA DOS DIREITOS HUMANOS: UMA IGREJA NA LUTA CONTRA A INJUSTIÇA” Evanway Sellberg Soares (UNESP)
8. “RELAÇÕES DE RAÇA/ETNIA E GÊNERO NA OBRA HIBISCO ROXO” Lintheane da Silva Martins (UFG-RC)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 10. ESPAÇOS URBANOS – Debatedor: Prof. Leonardo Turchi Pacheco (04/09)

Sessão 1– 04/09/2018 – 14h às 17h

1. “O SELF NO MEIO URBANO” Marcelo de Medeiros Reis Filho (FGV)
2. “ESPAÇOS URBANOS DE BERNA NAS CRÔNICAS DE CLARICE LISPECTOR” Nataly Rafaela Ternero; Aparecida Maria Nunes (UNIFAL-MG)
3. “A BICA DO BAIRRO DO Ó: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO, MEMÓRIA E SOCIABILIDADE NA CIDADE DE SANTOS DUMONT” Daniela Alexandre Ferreira (UFJF)
4. “O USO DA MACONHA COMO MECANISMO DE INTERAÇÃO ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS” Diego Vinícius Bernardes da Silva (PUC-Mg)
5. “A EVOLUÇÃO POPULACIONAL NAS MICRORREGIÕES DE ANDRELÂNIDA E ITAJUBÁ” Jonas Gabriel Bendassoli Roque; Marcelo Rodrigues Conceição (UNIFAL-MG)
6. “O BANDEIRANTE FERNÃO DIAS NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE (MG) E O BANDEIRANTISMO NO SUL DE MINAS GERAIS” Caíque de Paula Dias (UNIVAS)
7. “INFORMAÇÃO E AÇÃO – COLEÇÕES DIGITAIS PARA OS MOVIMENTOS ATIVISTAS AMBIENTAIS DE BELO HORIZONTE” José Nunes do Nascimento (UFMG)
8. “O CIRCULAR DAS EMOÇÕES: UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA ENTRE OS TORCEDORES DO TUPI FOOTBALL CLUB”. Marcos Paulo de Castro Mello (UFJF)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

GT 11. MÍDIAS SOCIAIS E COMPORTAMENTO – Debatedor: Prof. Marcelo Conceição e Prof. Milton Zamboni (dias 05 e 06/09)

Sessão 1 – 05/09/2018 – 14h às 17h

1. “EU TRABALHO COM FATOS: IMPRENSA, JUDICIÁRIO, INTERAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS” Marina Cabada Polydoro (UFRJ)
2. “CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA E SUAS REPERCUSSÕES SOCIAIS” Adeli Ferreira Nascimento; Leonardo Euler Ferreira Nascimento (UFMG)
3. “ALGORITMOS E RACISMO: DISPOSITIVOS E CENÁRIOS PARA NOVOS E VELHOS RACISMOS” Wickson Moreira Ribeiro (UFRJ)
4. “TRANSTORNOS ALIMENTARES EM MENINAS ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE NO AMBIENTE ESCOLAR” Anna Clara C. Couto; Renata Nunes Vasconcelos (UNIFAL-MG)
5. “E A IGREJA SE FEZ DADOS: MÍDIAS SOCIAIS E PLATAFORMAS DIGITAIS NA DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP” João Paulo Gomes Ricotta (UFRJ)

Sessão 2 – 06/09/2018 – 14h às 17h

6. “AS NOVAS FACES DA DEMOCRACIA DIGITAL” Cristiane Helena de Paula Lima Cabral; Alex Ian Psarki Cabral (PUC-Mg)
7. “CIBORGUISMO EM TEMPOS NEOLIBERAIS: ENSAIO SOBRE TECNOCIÊNCIA E HUMANO-MÁQUINA” Victor Gabriel Alcantara da Silva; Wickson Moreira Ribeiro (UFRJ)
8. “MÍDIAS SOCIAIS E OS IMPACTOS EM AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS” Samira Cristina Silva Pereira (UNIFAL-MG)
9. “NATIVOS DIGITAIS: IMPACTO DAS MÍDIAS SOCIAIS EM AMBITO ESCOLAR” Julia do Carmo Carbono; Samira Cristina Silva Pereira (UNIFAL-MG)
10. “A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL E AS TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS FUTURAS” Victor César Fernandes Rodrigues (UNESP)
11. “NAÇÕES SOCIAIS E SOCIEDADES NACIONAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A SOCIEDADE NACIONAL MODERNA”. Paula A. Viol Liguori (UFJF).



GRUPOS DE TRABALHOS - RESUMOS

GT 1. EDUCAÇÃO, ENSINO E EXTENSÃO – Debatedora: Profa. Marcela Rufato

Sessão 1 – 05/09/2018 – 14h às 17h

1. “PESQUISA E EXTENSÃO: O DESATAR DA IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA COM A JUVENTUDE ALFENENSE” Mateus Aires dos Santos; Lucas Costa Nagahiro; Marcelo Rodrigues Conceição (UNIFAL-MG)

A imaginação sociológica, segundo Mills (1969, p. 14), é o “meio pelo qual os homens percebem o que está acontecendo no mundo e compreendem o que está acontecendo com eles mesmos, como minúsculos pontos de cruzamento da biografia e da história, dentro da sociedade”. Baseado nessa definição, o projeto de extensão “A imaginação sociológica e o sul de minas” tem como objetivo analisar aspectos sociais visando estimular a imaginação sociológica de estudantes das escolas da rede pública estadual, por meio do desenvolvimento de atividades voltadas à discussão e análise da realidade social local. Também conta com o apoio do jornal online “Alfenas Hoje”, onde são publicados os resultados das atividades em artigos esporádicos que possibilitam que todos os cidadãos tenham acesso. As atividades são baseadas no levantamento e na organização de dados secundários sobre o mercado de trabalho formal na região do sul de Minas, extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Até então, as ações realizadas visam construir um panorama do mercado de trabalho formal no âmbito nacional, estadual, regional e municipal, destacando e analisando informações acerca do número de empregados por setores econômicos e quais são principais profissões no município de Alfenas. Estes dados são apresentados aos estudantes alfenenses incitando possíveis reflexões sociológicas e promovendo um debate a respeito da relação entre estas informações e a Sociologia. Além das observações acerca do mercado de trabalho, o projeto buscou chamar a atenção para a importância dos alunos de ensino médio prestarem o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), orientando-os sobre as possibilidades de cotas nessas políticas públicas e chamando a atenção para o ingresso através das listas de esperas que possuem uma grande



rotatividade. Em geral, as atividades realizadas até o momento apontaram uma grande preocupação dos alunos com seu futuro, os debates realizados nas escolas apontaram que os jovens Alfenenses reconhecem o papel fundamental da educação no acesso ao mercado de trabalho. Com isso o projeto observa um progresso no desenvolvimento da imaginação sociológica entre os estudantes, que poderão fazer o uso desse recurso para se projetarem fora do âmbito escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginação Sociológica. Sul de Minas. Educação básica.

2. “PROJETO DE EXTENSÃO: “TELA CRÍTICA NA UFPA: O MUNDO DO TRABALHO ATRAVÉS DO CINEMA”” Kawana Campos Angelim Lobo; Fernanda Valli Nummer (UFPA) Compreender de forma crítica o mundo do trabalho e utilizar o filme como instrumento pedagógico para o processo de ensino aprendizagem são os principais fatores que determinam o projeto de extensão “Tela Crítica: O mundo do trabalho através do cinema” a realizar suas atividades na UFPA desde 2012. Até 2107 foram atendido cerca de 930 participantes. A proposta original do Tela Crítica é do o professor de sociologia Giovanni Alves da Universidade Estadual Paulista – UNESP (2010) e na UFPA e desenvolvido na Faculdade de Ciências Sociais pela professora de Antropologia Fernanda Valli Nummer. O projeto tem aproximado a comunidade em geral, estudantes das universidades e professores do ensino médio da região além de estagiários do curso de Ciências Sociais da UFPA quem têm suas temáticas de pesquisa associadas ao mundo do trabalho contemporâneo. As inscrições são realizadas pelo e-mail do projeto: telacriticaufpa@gmail.com. Cada encontro reúne de 15 a 25 participantes que recebem certificados de 4 (quatro) horas como atividade complementares emitidos pela Pró-Reitoria de Extensão - PROEX. O projeto também desenvolve atividades fora da universidade de acordo com demandas externas e anualmente publica artigos de seus participantes, na revista “Tela Crítica: Revista de Sociologia e Cinema”. O projeto tem atingido uma demanda regional de atividades para complementação de carga horária de estudantes de ensino superior em um espaço de conhecimento que alia arte e ciência na apropriação desnaturalização e estranhamento do mundo. Acredita-se que o Tela Crítica, enquanto projeto de extensão tem a perspectiva de transformar o olhar do



sujeito sobre sua realidade social, trazendo uma perspectiva inovadora, fora dos padrões tradicionais de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Cinema. Sociologia.

3. “EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA” Lorena Jovana Aureliano Santos; Franciane Diniz Cogo; Luciola Lucena de Sousa; Tatiane Cristina Moreira; Evandro Freire Lemos (UEMG)

A extensão universitária é uma prática de ensino, onde os estudantes realizam atividades extraclasse, em contato direto com a comunidade. Nesse sentido destaca-se a participação de feiras e exposições, onde o estudante é retirado de sua zona de conforto, e torna-se o ator principal, sendo responsável por conduzir uma série de atividades desde a organização dos materiais necessários e também o método de exposição para o público. Nesse contexto, objetiva-se apresentar como um grupo de estudantes do curso de Engenharia Agrônoma se organizaram para expor sobre técnicas de conservação do solo e da água e retenção de água no solo na Semana do Meio Ambiente na cidade de Passos, sudoeste do Estado de Minas Gerais. O estudo foi conduzido na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), no município de Passos, na mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, localizado a 20°44'06" S, 46°37'33" W. A exposição com o tema “Exposição de técnicas de conservação do solo e da água e de retenção de água no solo” foi realizada por estudantes do terceiro, sétimo e nono período do curso de Engenharia Agrônoma da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade de Passos. Os estudantes arquitetaram um sistema que demonstra a erosão do solo quando descoberto, coberto por serrapilheira ou por gramínea. Para tanto foi empregado garrafas pets, solo originário de um Latossolo, e depois simular a chuva a água foi coletada para comprovar, nesta simulação o solo carregado em cada sistema. Do mesmo modo foi apresentado um sistema de retenção de água no solo, foi oferecido um Latossolo argiloso, um solo arenoso e um solo orgânico. Os materiais para este foi cedido pelo Centro de Ciências, pertencente à UEMG. Durante a exposição os estudantes apresentaram para públicos de diferentes idades como crianças, adolescentes, adultos e idosos. E desta forma foram provocados a apresentar o mesmo contexto de



diversas formas, o que é muito expressivo na formação e maturidade acadêmica dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Extensão Universitária. Educação.

4. “APLICANDO A TEORIA NA PRÁTICA” Franciane Diniz Cogo; Felipe Duarte Praxedes Silva; Luciola Lucena de Sousa; Tatiane Cristina Moreira; Evandro Freire Lemos (UEMG)

Os estudantes, na maioria das vezes, realizam as atividades extraclasse, com a intenção de obter notas para serem aprovados. Diante desta situação, torna-se necessário transformar este pensamento, através de atividades que confronte com a realidade profissional, e conduza a refletir de forma crítica e assertiva na sua jornada acadêmica e profissional. Em presença desta circunstância, o projeto de ensino: aplicação da teoria na prática objetiva produzir motivação nos educandos do curso de graduação de Agronomia e Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Minas Gerais, unidade de Passos, a realizarem de forma mais conscientes e motivados as atividades, conectando assim a teoria a prática. O projeto “Aplicação da teoria na prática” foi desenvolvido pelos estudantes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade de Passos, no município de Passos, mesorregião do Sul e Sudoeste do Estado de Minas Gerais, localizado a 20°44’06” S, 46°37’33” W. As atividades foram realizadas pelos estudantes do curso de Engenharia Agrônoma, regularmente matriculados nas disciplinas de Física II, Projeto Integrador I, Projeto Integrador III e Gestão do Agronegócio e do curso de Ciências Biológicas disciplina de Física, totalizando 147 participantes, sendo 43 do curso de Ciências Biológicas e os demais do curso de Agronomia. Os estudantes distribuídos em grupos foram orientados diante de um determinado tema a realizar entrevista, levantamento da estrutura da universidade e comércios regionais relacionado ao tema, e ainda a realizar uma busca no Periódico Capes sobre as pesquisas realizadas com o tema. A partir das orientações em classe e como atividades extraclasse e com temas específicos de acordo com a disciplina os estudantes foram estimulados a realizar as atividades e elaborar um resumo expandido e submetê-lo e apresentá-lo na Semana da Matemática, promovida pelo Curso de Matemática da Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade de Passos. O projeto



de ensino: aplicação da teoria na prática, contribuiu com a formação acadêmica dos estudantes, mostrando assim algumas aplicações da teoria estudada em sala de aula na prática. O projeto proporcionou aos estudantes também a oportunidade de participarem de um evento científico.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Aprendizagem. Educação.

5. “ENSINO DE QUÍMICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS” Lucíola Lucena de Sousa; Paulo Sérgio dos Santos Junior; Franciane Diniz Cogo; Maria José Reis (UEMG)

O Ensino de Química em muitas escolas públicas apresenta deficiências como falta de material didático, péssima infra-estrutura, má formação do professor, falta de laboratório, aluno sem interesse no aprendizado, professor desmotivado principalmente devido ao baixo e atraso nos salários. O Ensino de Química de boa qualidade no Brasil ainda é um ideal a ser colocado em prática. Um recente levantamento realizado pelas professoras e alunos da Universidade Estadual de Minas Gerais em diversas escolas públicas do município de Passos-MG verificou de perto essa triste realidade. Sabe-se que uma mudança que implique a melhoria da qualidade de ensino só se realiza a partir de uma mudança na sala de aula. A escola não é apenas fonte de dados: é o local onde a mudança acontece, onde o aluno aprende, o professor transmite os conhecimentos e principalmente local que a interação disciplina, professor e aluno são essenciais. Nesse sentido, as políticas públicas precisam reconhecer esse poder da unidade escolar e, ao mesmo tempo, assegurar um alinhamento das suas metas com aquelas traçadas para o sistema educacional. É imprescindível que os implementadores das políticas educacionais conheçam a fundo as metas e estratégias do governo para a educação, de modo que possam também fazer os seus planejamentos. Para garantir aos professores melhores condições de trabalho e garantir ao aluno um melhor aprendizado. Em várias escolas ensina-se química de forma abstrata e esse tipo de ensino não promove a melhor absorção do conteúdo, muito menos, alunos com pensamentos críticos capazes de participarem ativamente da sociedade. Antes de iniciar o ensino de química, é necessário investir na formação docente, bem como dispor de aparelhamento das escolas, reformas curriculares, prêmios de incentivo ou programas de intercâmbio entre escolas e centros de pesquisa.



PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Química. Educação. Escolas Públicas.

GT 1. EDUCAÇÃO, ENSINO E EXTENSÃO – Debatedora: Profa. Marcela Rufato

Sessão 2 – 06/09/2018 – 14h às 17h

1. “EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM PIRANGUINHO/MG” Natanael dos Santos Silva; Lucas Inácio Rodrigues (FEPI)

O presente trabalho, intitulado “Educação e sociedade: o ensino de história local em Piranguinho/MG” tem como objetivo analisar as interfaces pedagógicas presentes no ensino de história local e as influências no processo de identidade da população piranguinhense. A cidade de Piranguinho se localiza ao sul do estado de Minas Gerais e compreende do processo cultural voltado para a confecção e venda do doce Pé de moleque como um instrumento de construção da identidade local. A base teórica posta para a realização deste trabalho foram as obras de Paulo Freire voltadas para o saber popular como forma de aprendizado para a vida, as obras de Matthew Lipman sobre o ensino de filosofia para crianças, fato que ocorre na cidade de Piranguinho, as obras de Circe Bittencourt sobre o ensino de história e seus fundamentos e métodos juntamente com outros autores. Com este trabalho esperamos transmitir a importância do ensino da história local para a constituição do cidadão consciente de seu papel na sociedade. Buscaremos, por meio de relatos dos professores e gestores locais, refletir sobre como se deu o processo de se trabalhar o ensino de história local, as possíveis resistências e as intencionalidades presentes nessa prática política/pedagógica. Além dos relatos, trabalharemos com análise de imagens que nos demonstram as atividades que as escolas produzem voltadas para a localidade e utilizaremos também da compreensão dos documentos oficiais que são representados pelo setor público na figura da Secretaria Municipal de Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ensino de História. Sociedade. Identidade.



2. “ENTRE OS PRIVILÉGIOS E OS OBSTÁCULOS: UMA ANÁLISE SOBRE A DOCÊNCIA MASCULINA EM ESCOLAS PARA CRIANÇAS” Vinícius Oliveira Santos (UNIFAL-MG)

O presente trabalho teve como objetivo discutir as relações entre gênero e docência, mais precisamente, buscou-se pensar as tensões relacionadas à condição docente de homens que atuam em creches e nas séries iniciais do ensino fundamental. Em que pese à ampliação das reflexões sobre diversidade de gênero na educação escolar, observa-se que a presença de homens que trabalham na educação de crianças pequenas é ainda um eixo de certos conflitos. O espaço escolar, por muitas vezes, é palco reprodutor de preconceitos em relação ao gênero e responsável pela reafirmação de estereótipos incutidos na sociedade, devido a essa questão, estar em sala de aula como educador e executar determinadas tarefas que envolvam crianças é um obstáculo. Fecham-se as oportunidades de seguir a carreira pedagógica. Essas determinadas atitudes são contra os preceitos de uma educação inclusiva, pluralista e sem discriminação. Por outro lado, abrem-se portas para as carreiras de gestão e secretariado, sendo um privilégio mencionado, pela maior parte dos entrevistados presentes nos artigos e dissertações utilizadas. Em suma, os acontecimentos relatados no espaço escolar nos fazem pensar na seguinte questão: É possível termos um modelo educacional capaz de se desvincular dos parâmetros sociais carregados de preconceito? Será necessário elucidar a importância da gestão escolar no que cabe à formação cidadã das famílias e equipes em relação à presença do homem na escola e dentro de sala de aula e, não menos importante, na contribuição para que o trabalho do professor não seja prejudicado pelo simples fato de ser homem.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Educação escolar. Educação Infantil. Condição docente. Masculinidade.

3. “FRONTEIRAS E ANTAGONISMOS: O CONFLITO COMO UMA FORMA DE INTERAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR” Junior Roberto Faria Trevisan (UNIFAL-MG)

As instituições escolares, desde sua sociogênese, integram importantes estudos e análises nos vários campos das ciências humanas e sociais. Cada escola, ainda que sua



existência permaneça vinculada a setores mais amplos da sociedade, apresenta traços socioculturais singulares, forjados pelos diferentes grupos e pelas múltiplas relações, muitas vezes antagônicas, estabelecidas em seu interior. Em minhas vivências acadêmicas e profissionais, na condição de cientista social e docente da educação básica pública, pude perceber que as divergências, dentre várias outras possibilidades, emergem como uma das principais formas de interação nas instituições escolares. Assim, este trabalho, longe de ser apenas um relato de caráter etnográfico, tem por tema central os fenômenos conflituosos no âmbito da educação formal pública. Seu objetivo principal é compreender o conflito, com base nas concepções sociológicas e filosóficas de Georg Simmel (1858-1918), como uma forma pura de interação – ou sociação (Vergellschaftung). Além disso, o presente trabalho busca retratar algumas das representações antagônicas e algumas das fronteiras, sejam elas físicas ou simbólicas, que se estruturam no meio escolar e entre seus componentes (estudantes, docentes, gestores etc.). Para tal, e a título de descrição metodológica, evoco trabalho de campo, com ênfase na observação participante, que realizei em uma escola pública estadual no município de Alfenas, Minas Gerais, entre 2015 e 2016. Neste contexto, pude acessar os principais espaços de convívio escolar e também acompanhar o cotidiano de três turmas dos anos finais da educação básica (1º, 2º e 3º anos). Os resultados e desfechos, ainda que referentes a determinado tempo e espaço, o que não minimiza aproximações com outras instituições, demonstraram que o conflito, muitas vezes percebido por meio de convicções estigmatizadas e/ou contraditórias, quando considerado pelo seu caráter sociologicamente positivo, pode trazer consigo novos olhares sobre as formas sociais estruturadas entre os sujeitos que fazem e sofrem ativamente o cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia. Educação. Conflito. Interação. Escola.

4. “A FIGURA DOCENTE NA ESCOLA: INTERPRETAÇÕES A PARTIR DAS TEORIAS DA EDUCAÇÃO DE PIERRE BOURDIEU E DERMEVAL SAVIANI” Aaron França Teófilo (UNIFAL-MG)

Nos anos 1990 emerge uma veemente sensação de “crise” da autoridade docente no Ensino Básico brasileiro. Os professores amiúde alegam que não são concebidos como autoridades no seio da comunidade escolar. Daí a contemporânea profusão de pesquisas



conduzidas no Brasil com foco na temática da autoridade professoral. Diante desse cenário parece relevante indagarmos como as Teorias da Educação concebem a figura social do educador na escolarização. Nos limites do presente trabalho propomos uma reflexão sobre as interpretações da figura docente fornecidas pelas célebres teorias da educação que herdamos de Pierre Bourdieu e Dermeval Saviani. Para tal, analisamos e cotejamos as distintas teorias consultadas, especialmente no que diz respeito às ideias concorrentes elaboradas pelos autores acerca das relações educação/sociedade e professor/aluno, mediante uma revisão bibliográfica concentrada no estudo das obras que se seguem: “Escritos de educação”, assinada por Bourdieu, e “Escola e democracia”, da autoria de Saviani. Em conclusão, destacamos que as teorias abordadas sugerem ao pensamento interpretações opostas a respeito da figura docente na escola, em particular, e na sociedade, de modo geral. Na “teoria da reprodução” legada por Bourdieu, o professor escolar é cerradamente interpretado como um agente autoritário, cujo papel é, sobretudo, exercer uma “violência simbólica” sobre os discentes considerados cultural e economicamente desfavorecidos, e assim, mantê-los em posições originalmente desvantajosas em uma estrutura social hierarquizada. Já com a “teoria histórico-crítica” proposta por Saviani, vamos ao encontro em sala de aula de uma possível figura de autoridade, responsável pelo ensino dos conhecimentos objetivos sistematizados, produzidos coletivamente pela humanidade, e comprometida com a transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Autoridade. Docência. Escola. Teorias da Educação.

5. “A LEITURA E SEU PROTAGONISMO NO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO” Naiara Costa Vidigal; Rodrigo de Vasconcellos Viana Medeiros (IFMG)

O presente estudo tem a finalidade de apresentar um relato de experiência acerca de um projeto de ensino realizado em uma instituição pública de ensino federal que teve o objetivo de relacionar a influência da leitura no rendimento acadêmico dos alunos. Aplicou-se 295 questionários juntos aos discentes onde os mesmos responderam perguntas sobre sua frequência de leitura e uso da biblioteca. A análise dos dados pautou-se em estatísticas descritivas além do teste não-paramétrico de Mann-Whitney.



Os resultados obtidos revelaram que cerca de 1/5 dos alunos não havia lido nenhum livro completo nos últimos dois anos. Além disso, observou-se uma baixa frequência na utilização da biblioteca por partes dos discentes e, em contrapartida, um grande uso da internet para pesquisas escolares. Com relação a influência da leitura no rendimento acadêmico dos alunos, a análise não-paramétrica conclui que quanto maior a quantidade de livros lidos e assiduidade de empréstimos na biblioteca nos últimos dois anos, mais alto será seu coeficiente de rendimento. Porém, o impacto da leitura no rendimento dos alunos acontece de maneira defasada, pois não foram detectadas diferenças significativas no coeficiente de rendimento dos alunos quando avaliado seus níveis de leitura para o ano corrente. Diante dos resultados, ações foram realizadas em conjunto com a bibliotecária da instituição para evidenciar os benefícios que o hábito da leitura proporciona ao longo da vida acadêmica. Além disso, criou-se um blog na internet para estimular os alunos e incentivá-los a se manterem rodeados de informações que contribuíssem para seu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Rendimento Acadêmico. Projeto de Ensino. Relato de Experiência.

GT 2. EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA – Debatedor: Prof. Luis Antonio Groppo e Profa. Renata Nunes Vasconcelos

Sessão 1 – 04/09/2018 – 14h às 17h

1."NOVAS FORMAS DE SUBJETIVIDADE E SOCIABILIDADE PROPORCIONADA PELA MEDICINA GENÔMICA: IDENTIDADES, ASSOCIAÇÕES E ATUAÇÃO POLÍTICA" Igor José Alves Santana (UNIMONTES)

O acentuado desenvolvimento da medicina, principalmente na área genética, que vem sendo cada vez mais aprimorada, pode ser associado a transformações significativas nos modos de subjetivação e nas relações sociais da contemporaneidade. A medicina genômica, novas tecnologias de prolongamento da vida, projetos científicos de mapeamento do genoma humano, assim como novos medicamentos e tratamentos, todo esse aparato médico-tecnológico e a forma como se desenvolveu ao longo dos anos, não poderiam se efetivar sem de alguma maneira abalar aspectos na forma como



concebemos o mundo, e principalmente como nos relacionamos com as ideias de vida (no seu sentido biológico), a morte, as doenças, e sobre direitos e políticas relacionados a tais noções. Pelo método de uma revisão bibliográfica de autores que conceituaram, sistematizaram, trabalharam com as problemáticas que dispomo-nos a explorar, tais como Tomas H. Marshall, Steven Epstein, Peter P. Pelbart, Paul Rabinow, Nikolas Rose e Carlos Novas, propomo-nos analisar e direcionar o presente estudo para inicialmente uma abordagem conceitual e contextual do tema, desenvolvendo os conceitos-chave que constituem a base argumentativa da análise do fenômeno do surgimento e funcionamento de um novo de tipo de subjetividade, e ainda, sobre a organização e mobilização política dos chamados grupos de pacientes, usando duas associações como exemplos e objetos de análise: a Cystic Fibrosis Foundation (CF) e a Dystrophic Epidermolysis Bullosa Research Association (debra). Quanto aos resultados e a discussão obtida: contextualizamos o surgimento dessas figuras às suas interações com os diferentes âmbitos da sociedade, e principalmente com o exercício da cidadania, objetivamos suscitar um debate que problematiza e abala as atuais definições de atuação política, participação cidadã e identidade, estendendo os limites que essas categorias abarcam, isso para incluirmos os “grupos de pacientes”, figura social que potencializa a ideia de uma nova forma de subjetividade, uma personalizada aos moldes dos perfis físico-biológicos dos inclusos nesses grupos. Figura esta que começa a ser de suma importância para o entendimento das relações sociais contemporâneas: indivíduos que consomem sua presença no espaço físico e social através de suas experiências corporais associadas as suas doenças, que não poderiam distinguir suas condições físico-biológicas das suas atuações políticas, jurídicas, econômicas e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia da Ciência e Tecnologia. Medicina genômica. Individualidade somática. Bioidentidade. Biossociabilidade.

2. “MEMORIAL DAS OCUPAÇÕES: REVIVENDO A LUTA DOS ESTUDANTES NO SUL DE MINAS GERAIS” Mayara Hellen Lemes Rossato; Luís Antonio Groppo (UNIFAL-MG)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as reflexões e análises acerca do Seminário “Memorial das Ocupações Estudantis”, organizado pelo Grupo de Estudos



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

sobre a Juventude de Alfenas-MG, em novembro de 2017 na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). O evento surgiu do anseios de fortalecer a memória sobre as ocupações de instituições de ensino no Brasil em 2016, em que o Sul de Minas Gerais obteve grande destaque - com ocupações de escolas e campi universitários em municípios como Poços de Caldas, Alfenas, Varginha, Campestre e Juruaia -, reconhecendo a importância histórica desse ciclo de ações coletivas. Uma inspiração, pela ideia de Walter Benjamin de que todas as lutas sociais pela emancipação, mesmo as que aparentemente foram derrotadas, devem ser revividas e valorizadas em seu potencial libertador, para inspirar as lutas do presente. Buscava-se com o Seminário um ano do auge do movimento das ocupações, importante não apenas pela luta política, em oposição a ações de governos estaduais e nacional que ameaçam direitos sociais, em especial à educação, mas também como práticas autônomas ou co-geridas de formação política e de educação para a cidadania. A ocupação contesta a ideia de que a participação política deva ocorrer apenas através do processo de socialização política - o qual pretende preparar e/ou habilitar a jovem para ingressar ativamente no âmbito político somente quando se tornar adulta. CASTRO (2009) propõe pensar a política como um espaço atravessado por uma contradição que é própria do processo político além de imprevisibilidades e conflitos, em vez de pensarmos nela como uma construção linear, previsível e consensual. Uma característica perceptível nos depoimentos dados nos espaços da atividade, é o caráter pedagógico do conflito, pois é na experiência da luta política, segundo FREIRE (2007), que as condições necessárias à liberdade são criadas. Ao longo do Memorial, secundaristas, que participaram ativamente das ocupações em suas respectivas escolas, afirmaram a vontade e a capacidade que a juventude tem de formular políticas, assim como explicitaram o desgaste causado não só pela construção da luta, mas também pela necessidade de se fazerem legitimados como agentes políticos. Tal elemento pode ser caracterizado como um dos principais responsáveis pelo sentimento ambíguo da participação na ocupação, como experiência que servirá como medida de outras vivências ao longo da vida e, ao mesmo tempo, um trauma a ser superado.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupações. Emancipação. Juventudes. Dialética. Subjetividades.



3. “A UNIVERSIDADE, A GREVE E O TEMPO: PROBLEMATIZANDO CONFLITOS E O COTIDIANO DOCENTE”. Rosa Maria de Souza; Fabrício Roberto Costa Oliveira (UFJF)

Tendo como referências as pautas do movimento grevista dos docentes dos institutos e universidades federais de 2012, o artigo busca relacionar os questionamentos ali presentes as questões que permeiam o cotidiano dos docentes da Universidade Federal de Viçosa. A partir da ideia de que a universidade pode ser entendida como um espaço de múltiplas disputas, buscamos compreender quais são as implicações dessa configuração para a rotina dos docentes do ensino superior. Primeiramente, analisamos o movimento grevista de 2011/2012, a partir das falas dos professores em assembleias durante a greve de 2012. Posteriormente, procuramos entender o cotidiano dos professores efetivos do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH), a fim de perceber como as questões levantadas pelo movimento grevista aparecem no fazer diário desses professores. Nesse sentido, entrevistamos oito professores efetivos de diferentes cursos do CCH. Pudemos perceber que as questões do produtivismo, do tempo para o trabalho, demandas burocráticas, entre outras se tornam muito relevantes para os professores atuantes no ensino superior brasileiro. Nesse trabalho, entendemos as universidades como espaços de constantes disputas, nos termos de Bourdieu, principalmente no que toca as definições das suas funções, que tem grande peso para a construção de políticas públicas para educação superior, podendo ser entendidas a partir da noção de campo. Enquanto campo, as universidades se encontram em constante contato com outros campos, em vista de que lida com demandas de diversas esferas do mundo social. Todas essas demandas, segundo pudemos analisar, tem forte impacto sobre o trabalho docente nas instituições de ensino superior (IFES) brasileiras, se relacionando com diversas das questões apontadas como críticas pelos professores entrevistados.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Trabalho docente. Tempo. Greve.

4. “GESTÃO ESCOLAR E AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA O EFETIVO EXERCÍCIO DA PLURALIDADE E A ÉTICA” Dilcinho Luiz da Silva (UNIVERSIDADE SEK – CHILE)

O presente trabalho teve como propósito investigar quais são as possíveis contribuições da gestão educacional para o exercício de princípios éticos que são adquiridos no



decorrer da vida escolar. Com base em Boff (2003) e Hermann (2001), pode-se ver que o exercício dos princípios éticos se encontra arraigados na fundamentação cristã e o sistema educacional tem o papel de socialização da cultura, do conhecimento e dos valores. Diante disso, a moral e a ética devem, portanto, ser transmitidas às novas gerações e essa difusão do conhecimento ocorre também dentro da escola. A partir de estudos bibliográficos, vê-se claramente que nem sempre as outras esferas da sociedade, além da escola, contribuem de maneira significativa para desenvolver qualitativamente as relações interpessoais, dificultando assim o exercício dos valores. Mediante a essa realidade, a gestão escolar deve propiciar condições ao aluno de um convívio pautado na justiça, no respeito e na solidariedade, de modo que vivenciem esses valores, incorporando-os a sua personalidade levando tais práticas ao convívio em sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão escolar, Princípios éticos, Sociedade.

4. “O OLHAR NA COLETIVIDADE: PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA E EDUCAÇÃO LIBERTADORA” Rômulo Predes Cunha (FGV)

Este trabalho busca a expansão dos debates que permeiam o método de educação libertadora postulada por Paulo Freire, agregando à discussão a concepção de uma pedagogia da coletividade construída a partir de experiências revolucionárias e de movimentos sociais. A fim de analisar a referida pedagogia da coletividade, opta-se por uma ênfase no seguinte recorte histórico: o grande desafio representado aos novos gestores e pensadores do regime comunista recém-nascido com a Revolução de Outubro de 1917, expoente na necessidade urgente de grandes reformas estruturais, agravadas com as consequências catastróficas da Primeira Guerra Mundial. Assim, a figura do ucraniano Anton Semionovich Makarenko (1888-1939) é uma particularmente pertinente por ter almejado a construção dos novos homens e mulheres soviéticos, de valores e comportamentos compatíveis com o ideário e a experiência de uma sociedade socialista. Para isso, serão iluminadas intenções, dificuldades e lógicas por detrás do desenvolvimento de uma pedagogia da coletividade revolucionária, esclarecidos os cenários pós-Revolução Russa. Dessa forma, a aproximação analítica da obra de Paulo Freire com a experiência pedagógica do ucraniano Anton Makarenko proporciona uma saudável adição para as reflexões sociológicas sobre a educação de forma mais ampla. É



interessante pensar a experiência revolucionária soviética e suas implicações a fim de melhor compreender os esforços e desafios pedagógicos enfrentados por pensadores e movimentos sociais brasileiros no trato com uma educação pautada no protagonismo dos sujeitos e na valorização da coletividade enquanto instância fundante de sentido. O trabalho evoca, portanto, a incomum biografia de Anton Semionovich Makarenko, tecida por Cecília da Silveira Leudemann, e o seu diálogo com a excepcional obra de Paulo Freire, figura consolidada nos estudos sobre educação no Brasil e no mundo, assim como o estudo das contribuições de Michel Foucault para análises da sociologia da educação. Por fim, acionando a leitura de Roseli Salete Caldart, o caráter de educação libertadora desta pedagogia revolucionária é analisado à luz da teoria freireana e concretizado na experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Coletividade. Movimentos sociais. MST.

GT 2. EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA – Debatedor: Prof. Luis Antonio Groppo e Profa. Renata Nunes Vasconcelos

Sessão 2 – 05/09/2018 – 14h às 17h

1. ““LA OUTRA EDUCACIÓN”: UMA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL ANTICOLONIALISTA NAS MONTANHAS DE CHIAPAS” Mariana Neves Jaimes (UNIFAL-MG)

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que tem como objetivo analisar as práticas educacionais realizadas nos territórios autônomos zapatistas (México). Por meio de uma revisão bibliográfica, realizou-se primeiramente a reconstrução da história do movimento zapatista, identificando suas principais características e acontecimentos ao longo de mais de 20 anos. O movimento é composto por indígenas e camponeses mestiços que cansados da situação de extrema pobreza, violência e descaso do Estado, deram um grito de basta no dia primeiro de janeiro de 1994 e apresentaram suas principais demandas, dentre as quais está a educação. Desde então o movimento se organiza em comunidades autônomas na Selva Lacandona em Chiapas, México. A construção das demandas em educação corresponde



a um contexto político de relação conflituosa com o Estado, no qual os processos de socialização política geram condições favoráveis para alternativas educacionais interculturais de acordo com práticas de auto-governo. Com base em relatos sobre as práticas educacionais dos povos zapatistas, buscamos compreender o uso da educação para sustentação da organização autônoma das comunidades. Acreditamos que o que os/as zapatistas fazem é uma apropriação da escola como instância socializadora para ensinar e aprender a “mandar obedecendo”, um princípio político de organização muito presente em suas práticas. Assim, a educação nas comunidades zapatistas alimenta a participação ativa dos jovens e adultos em uma democracia comunitária, que repercute na construção do movimento como um todo. Esta educação foi importante para o surgimento de projetos autônomos, de natureza anti-colonizantes, empoderando a cultura indígena local. O presente trabalho ainda está em fase de desenvolvimento e, com ele, pretendemos refletir sobre como a educação, desenvolvida de maneira autônoma, pode ser utilizada para fortalecer o orgulho e a dignidade dos povos oprimidos para que busquem a emancipação do jogo colonial, ao qual estão condicionados há mais de 500 anos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Movimentos Sociais. EZLN. Descolonial.

2. “A IMPORTÂNCIA DE DOIS COLETIVOS JUVENIS PARA FORMAÇÃO E PERMANÊNCIA DOS SEUS INTEGRANTES EM UMA UNIVERSIDADE NO INTERIOR DE MINAS GERAIS” Mariana Ramos Pereira (UNIFAL-MG)

Este resumo foi elaborado a partir das primeiras análises dos materiais coletados em uma Iniciação Científica, vinculada ao grupo de pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis”, presente em uma universidade federal mineira. Ela tem como objetivo geral compreender e interpretar como se organizam e ocorrem os processos de formação social e política dos jovens estudantes de uma universidade do interior de Minas Gerais que participam de dois coletivos juvenis no interior dela. Esses coletivos são parte do movimento estudantil da universidade, que discutem questões mais amplas relacionadas a conjuntura política nacional e também temas sociais, tais como as relações étnico-raciais, de gênero e a diversidade sexual. Eles se organizam com o propósito de atender as demandas internas da universidade e se estruturar nacionalmente



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

para atingir um objetivo maior, a mudança da sociedade. Para a realização deste trabalho foram usadas quatro metodologias: observação participante, feita por mais de 12 meses, durante as atividades realizadas pelos coletivos dentro da universidade e fora dela; entrevista semiestruturada, aplicada em 8 integrantes e ex- integrantes dos coletivos; coleta de materiais disponibilizadas pelos grupos pesquisados em suas mídias sociais e nas atividades que eles participam e organizam; e revisões bibliográficas de textos com temas ligados à pesquisa. Os resultados encontrados até agora confirmam a dimensão educativa não formal na formação dos integrantes dos dois grupos. Essa forma de educação atua, junto com as formas clássicas de educação presentes dentro da universidade, na formação dos jovens. Essa formação é feita pelos próprios integrantes dos coletivos, em que suas falas, pesquisas, interpretações das coisas e vivências, são elementos centrais na formação do grupo. Os dados da pesquisa também mostraram a importância desses grupos para a permanência dos sujeitos na universidade, pois eles são uma forma de manter laços e atuam nas atividades alternativas para além da vida acadêmica. Para esse evento, o trabalho se atentará em apresentar os dados relacionados às variadas formas de educação usadas pelos grupos na sua formação e como as redes feitas dentro dos grupos foram e são parte importante para os estudantes atuantes nos grupos presentes dentro desta universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação não formal. Organização juvenil. Formação.

3. “UMA EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA SMOC (SOCIAL MOVIMENTE ORIENTED CITIZENSHIP)” Francis Lázaro Júnior; Gleyton Trindade (UNIFAL-MG)

Os programas que visam fortalecer a participação política e a democracia através da educação, tem tido cada vez mais atenção dos estudiosos do tema, principalmente nos Estados Unidos da América. Isto se deve ao fato de que em grande maioria, as pessoas entendem que a democracia é algo bom e desejável. Desta forma, muitos ativistas comunitários, professores, produtores de agendas, filósofos, cientistas políticos entre outros, buscam entender quais dessas agendas tornariam mais forte a democracia. Isto faz com que dezenas de agendas que prometem fortalecer a democracia apareçam, pois de acordo com Westheimer e Kahne (2004), o conceito de boa cidadania implica



diretamente no conceito de boa sociedade. Com isso em mente, e usando como plano de fundo o excelente trabalho de Westheimer e Kahne intitulado “Que tipo de cidadão? A Política da Educação para a Democracia (2004)”, são identificados três tipos ideais de cidadão que a educação cidadã tem a intenção de formar e as agendas por trás disso. Ao mesmo tempo, destacamos três pesquisas nos Estados Unidos que exemplificam muito bem as agendas que tem como compromisso uma educação voltada à justiça e aos movimentos sócias, que proporcionam climas abertos em sala de aula, o envolvimento pro ativo na comunidade dentre outras características que tem a intenção de fortalecer a democracia. Sendo assim, esse trabalho tem como foco, destacar a importância que a criação dessas agendas tem na participação dos jovens na política e mostrar, através de pesquisas destacadas, como agendas que visam uma educação cidadã voltada à justiça e aos movimentos sociais (Social movement oriented-citizenship – SMOC), proporcionam ao aluno o envolvimento proativo na comunidade, uma visão que incentiva a discussão e apoia os direitos humanos e ambientais, dentre outras características que acabam por incentivar o aluno a questionar a origem do sistema e a buscar formas de ação.

PALAVRAS CHAVE: Participação. Política. Educação. Cidadania. Smoc.

4. “QUEM LUTA, EDUCA? UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO NO GRÊMIO ESTUDANTIL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS E A APRENDIZAGEM SOCIOLÓGICA” Bruna de Castro Gavino; Grazielle Ramos Schweig (UFMG)

Este trabalho busca verificar se participar do grêmio estudantil tem provocado o desenvolvimento do raciocínio sociológico nos estudantes do Instituto de Educação de Minas Gerais. À luz de uma concepção de aprendizagem que retira de seu centro a sala de aula e se relaciona à participação política e às demais experiências de vida dos educandos, proponho que se pense o estranhamento, a desnaturalização e a imaginação sociológica como algo mais vinculado a uma postura, a uma forma de enxergar a realidade social, do que a conteúdos, teorias, temas e conceitos. Essa investigação privilegia a visão dos próprios aprendizes e não mede a aprendizagem de forma quantitativa; por isso, tem como métodos a observação participante e a realização de entrevistas envolvendo todos os estudantes do grêmio e um pequeno número dos demais



estudantes da escola. Algumas das etapas desse estudo são: o mapeamento das concepções de sociologia dos alunos da escola em questão; a comparação entre as concepções dos alunos que participam do grêmio e as concepções dos alunos que não participam; identificação das motivações que levam ao envolvimento com o grêmio e análise das atividades desenvolvidas pelo grupo. Meu objetivo com essa pesquisa não é subsidiar argumentos para a retirada da sociologia da sala de aula, pelo contrário, meu trabalho caminha num sentido de abrir o olhar dos docentes da disciplina no ensino básico sobre outras situações que potencialmente possam contribuir e complementar o aprendizado da sociologia. Minhas primeiras impressões apontam que não apenas os alunos enxergam que existe uma relação entre o grêmio e a sociologia, mas que de fato as atividades desenvolvidas possuem um grande potencial para positivar essa relação.

PALAVRAS-CHAVE: Participação política. Percepção discente. Imaginação sociológica. Aprendizado de sociologia.

5. “CURSINHOS POPULARES E O ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES PARA ALÉM DO ACESSO” Ana Thereza Reis Magalhães (UFMG)

Este trabalho objetiva compreender como os cursinhos populares contribuem na formação de seus estudantes, para além dos conteúdos cobrados nos exames de seleção para o ensino superior. Apoiada teoricamente nos conceitos de Bourdieu a respeito do capital cultural e do capital social, assim como estudos que tratam sobre a realidade dos cursinhos populares, a presente pesquisa investigou como essas contribuições são construídas no cotidiano escolar do cursinho Equalizar, localizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para tanto foram realizados questionários, observações e entrevistas. Os questionários foram aplicados aos estudantes do cursinho, a fim de conhecer e traçar algumas de suas características gerais, como situação socioeconômica familiar, trajetória escolar e conhecimentos a respeito dos processos de seleção para o ensino superior. Já as entrevistas, foram feitas com o presidente do cursinho, com quatro professores, com duas integrantes do Núcleo Psicopedagógico e com cinco estudantes. Além disso, foram feitas observações durante algumas aulas para que fosse possível conhecer a realidade cotidiana do cursinho. As contribuições identificadas podem ser divididas em dois aspectos, um relativo diretamente aos



processos de seleção ao ensino superior e outro, referente a uma formação mais ampla. No que concerne aos processos de seleção ao ensino superior, além de auxiliar com transmissão de conteúdo, o cursinho auxilia os estudantes na escolha de cursos e estratégias diante dos processos seletivos. Além disso, os estudantes têm a oportunidade de contato com a UFMG e com suas diversas atividades, antes mesmo do ingresso no ensino superior, o que depois, pode auxiliá-los na vida universitária. No tocante a formação mais ampla, um ponto de destaque é a construção de uma “rede de solidariedade”, uma vez que o cursinho, construído por meio de voluntariado, desperta nos estudantes a vontade de também contribuir em alguma atividade do tipo, inclusive com a possibilidade de participarem do Equalizar posteriormente. Outrossim, o cursinho tem a preocupação de trabalhar a autoestima e a ansiedade de seus estudantes os preparando não apenas para as provas, mas para a vida como um todo. Dessa forma, além de ampliar o capital cultural e social dos estudantes, o Equalizar atua em aspectos que não só auxiliam no momento da seleção, mas também, constituem um diferencial na contribuição da permanência desses estudantes no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: cursinhos, ensino superior, camadas populares, sociologia da educação.

GT 3. POLÍTICAS PÚBLICAS – Debatedores: Prof. Gleyton Trindade e Prof. Natalino Silva

Sessão 1 – 05/09/2018 – 14h às 17h

1. “LEI DE COTAS, ESCOLAS PÚBLICAS E O ACESSO À UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE O CASO DAS ESCOLAS TÉCNICAS PAULISTAS”
Gustavo Antônio da Silva Inácio; Débora Cristina Piotto (USP)

Em 29 de agosto de 2012, foi promulgada a Lei Federal nº 12.711 (popularmente conhecida como “Lei de Cotas”), que instituiu a reserva de 50% das vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a ser atingida paulatinamente, para estudantes que tenham cursado, integralmente, o ensino médio em escolas públicas. Assim, considerando a mudança trazida pela Lei, o objetivo da presente pesquisa é discutir se ela tem contribuído para uma migração de estudantes da rede particular de



ensino para cursarem o ensino médio em escolas técnicas paulistas – as ETECs (Escolas Técnicas Estaduais). No estado de São Paulo, essas escolas públicas são reconhecidas por oferecerem um ensino considerado de maior qualidade. Assim, a hipótese que este trabalho busca investigar é se as camadas médias estariam procurando matricular seus filhos em escolas públicas como as ETECs visando a se beneficiarem dessa política de ação afirmativa (a “Lei de Cotas”). Para tanto, foi realizado levantamento quantitativo sobre a origem escolar dos estudantes matriculados em quatro ETECs do interior paulista, na última década (entre os anos de 2008 a 2017), sendo cinco anos anteriores à promulgação da Lei, a saber 2008 a 2012, e cinco anos após essa Lei ser sancionada, 2013 a 2017. Os dados indicam um crescimento no fluxo migratório de estudantes que frequentavam a rede particular durante o ensino fundamental e passaram a cursar o ensino médio nas ETECs analisadas. A análise quantitativa também mostrou que a migração da rede particular de ensino ocorre em proporções superiores no ensino médio regular e em escalas menores no ensino técnico integrado ao médio. A pesquisa apontou, ainda, que a migração da rede particular de ensino para as ETECs tem se intensificado nos últimos anos, coincidindo com a sanção da Lei 12.711/2012. Como considerações finais, o trabalho discute se a chamada “Lei de Cotas” estaria contribuindo para a ampliação de estudantes de camadas populares no ensino superior federal ou se, ao contrário, ela poderia estar colaborando para a manutenção de desigualdades educacionais.

Palavras chave: Lei de Cotas. Escolas técnicas. Escolas particulares. Universidade pública.

2. “POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO COMO JOVENS ESTUDANTES COTISTAS” Aline de Carvalho Pereira; Natalino Neves da Silva (UNIFAL-MG)

A implementação da reserva de vagas com componente racial no ensino médio da Rede Federal de Educação, a partir da Lei nº 12.711/12, traz novas questões para a pesquisa acadêmica em torno da temática das ações afirmativas e do combate ao racismo na educação escolar. Com o objetivo de compreender sobre como a temática ações



afirmativas estão sendo desenvolvidas, em especial políticas de cotas no ensino médio o estudo em andamento, faz um levantamento bibliográfico de teses, dissertações e periódicos publicados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Cadernos de Pesquisa, Educação e Realidade, História da Educação, entre outros, por meio de uma abordagem qualitativa com intuito de quantificar a produção científica na área nos últimos cinco anos (2013-2017) para que outros pesquisadores que buscarem os mesmos fins possam visualiza-la, evitando duplicidade das informações e uma maior troca de conhecimento. Em uma análise inicial na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) são citados alguns autores dentre eles: Leite; Silva (2016) que buscou discutir os impactos da inclusão do viés racial em cotas para ingresso no nível médio, Souza (2016) com a finalidade de compreender a implementação da lei de cotas através da percepção de um grupo de professores de uma instituição federal e Lima (2016) que procurou investigar as possíveis implicações do preconceito racial e o fracasso na trajetória de escolarização de adolescentes e jovens autodeclarados negros (as). Deste modo, já é possível constatar que existem poucos trabalhos publicados relacionados à temática de cotas raciais no ensino médio técnico federal, o que condiz com a necessidade de maior aprofundamento sobre esta temática nessas instituições, uma vez que a Lei nº 12.711 dispõe sobre critérios de reserva de vagas para instituições federais de ensino técnico de nível médio e para instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2012).

PALAVRAS-CHAVE: Cotas Raciais. Ensino Médio Técnico. Política de Ações Afirmativas.

3. “DIREITO À MORADIA: A POLÍTICA DE ALUGUEL SOCIAL EM PERDÕES-MG” Jucilaine Neves Sousa Wivaldo; Mireli Roberta Alvarenga de Carvalho (UFLA)

Este estudo consiste na reflexão e análise acerca do aluguel social e o direito à moradia, no município de Perdões - MG. O aluguel social configura como política para atender famílias em vulnerabilidade social, seja ela em decorrência de catástrofes naturais ou desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária, sendo, portanto, um benefício eventual da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Compreende-se que a falta de planejamento urbano e/ou um plano diretor efetivo muitas vezes contribui para os



indivíduos construírem suas casas em locais de riscos. Além disso, a especulação imobiliária valoriza determinados terrenos e favorece o mercado, consequentemente, faz com que as pessoas com menos poder aquisitivo residam distante do centro, nas periferias. Assim, em terrenos precários e condições sociopolíticas vulneráveis muitos erguem seu abrigo, pois suas condições financeiras são insuficientes para construírem em um lugar seguro. Reconhece-se que a simples existência do indivíduo já lhe dá o direito ao acesso a condições básicas de sobrevivência, dessa forma o direito à moradia é direito de igualdade, um direito social de acesso (BARIN, 2006). Nesse sentido, o direito à moradia “[...] em face da natureza de direito essencial referente à personalidade humana” (SOUZA, 2004, p. 46). Ademais, este estudo apresenta uma abordagem metodológica exploratória, descritiva e qualitativa com consultas a documentos na Secretaria de Assistência Social, nos quais constam os dados das famílias que têm aluguel social. Compreende que o aluguel social em Perdões vai além de resolver uma situação imediata, mas é uma estratégia de política de combate ao déficit habitacional. Conforme discorre Milano (2013), a política de aluguel social como forma de provisão definitiva de planejamento e políticas públicas habitação é muito indicada, pois permite que para uma população heterogênea, devem ser aplicadas soluções habitacionais heterogêneas. Embora, é preciso refletir sobre uma política habitacional que diminua a desigualdade urbanística, pois muitas das habitações de interesse social são implantadas em locais distantes, contribuindo para um intenso confinamento da pobreza, deficiente e desassistida, onde diversos sujeitos estão à margem dos direitos urbanos e dos benefícios coletivos, bem como sem equipamentos de acesso à educação, saúde e mobilidade urbana, pois em razão de fatores sociais, ambientais e falta de planejamento urbano, impede a efetivação da Política de Habitação Social. É fundamental mais estudos sobre o aluguel social, pois há poucos artigos sobre a temática, sendo mais comum, reportagens de cidades específicas que passaram por calamidade pública e utiliza benefício eventual em seu território.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Urbano. Benefício Eventual. Política de Habitação Social. Mobilidade Urbana.



4. “PREVIDÊNCIA SOCIAL: DIREITO SOCIAIS X INFORMATIZAÇÃO?” Paula Regina Wenceslau Lloyd; Jucilaine Neves Sousa Wivaldo (UFLA)

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) está implantando em todas as suas agências o novo modelo de atendimento, também conhecido como INSS Digital com o discurso de agilidade dos serviços e melhoria do atendimento aos cidadãos. Desse modo, este estudo tem como objetivo central analisar possíveis impactos da implantação do INSS digital (INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, 2018). A pesquisa desenvolveu-se sob o arcabouço de matérias jornalísticas, reportagens, que discorrem sobre o processo de informatização, pois não há estudos empíricos sobre o tema. O Novo modelo já é uma realidade em nosso país, onde o usuário dos serviços vai a Agência da Previdência Social somente após o agendamento do serviço ou o seu requerimento é atendido todo virtual. Com a promessa de agilidade, ocorre a tramitação eletrônica de todo processo. Outra possibilidade é a concessão automática de benefícios, sem que o usuário tenha que deslocar até a agência, caso já tenha atingido todos os critérios (NÓS DO INSS, 2018). Entretanto, nesse novo sistema é preciso levar em consideração alguns aspectos que não são mencionados com a inovação virtual do INSS. O primeiro ponto abordado é que há muitos servidores aposentando e os postos de trabalho não são repostos. Os servidores que ficam trabalham sobrecarregados, tendo que cumprir uma rotina de trabalho árdua, o que pode comprometer sua saúde física e emocional. Outro aspecto é a limitação de informação e orientação quando da habilitação virtual, o que poderá trazer um prejuízo enorme ao cidadão que sem informações poderá ter seu benefício indeferido por não possuir toda documentação comprobatória, sendo que no atendimento presencial, havia orientação e informação prévia ao cidadão. O último aspecto, talvez seja o mais prejudicial aos cidadãos, principalmente para aqueles que não têm acesso à internet ou os que são analfabetos. Esse público além da falta de informação sofrerá ainda com a ausência de estrutura digital para pleitear os benefícios previdenciários, por não possuírem condições tecnológicas, sociais e educacionais, levando-os a terem que pagar por serviços que antes eram ofertados presencialmente nas Agência da Previdência Social. Diante dessas considerações permanece a reflexão, até que ponto a informatização prejudicará e/ou facilitará o acesso aos direitos previdenciários? Espera-se que mais estudos sejam



desenvolvidos para avaliação desse processo de transformação do INSS digital elencando os principais impactos para a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: INSS Digital. Benefícios Previdenciários. Informação.

5. “INIQUIDADES NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS” Jéssica Mára Viana Pereira; Carina Rabelo de Souza Fonseca (UFMG)

O artigo analisa o formato de financiamento da educação básica no Brasil na perspectiva da equidade nas despesas municipais nos níveis de ensino infantil e fundamental. Por iniquidades entendem-se as desigualdades nas despesas executadas pelos municípios nesses níveis de ensino. Tem-se como premissa que o Fundef e o Fundeb tiveram importante papel redistributivo na educação básica. Contudo, persistem importantes desigualdades entre os municípios no financiamento do ensino infantil e fundamental, níveis que são de oferta prioritária dos entes locais. Para analisar as iniquidades municipais que persistem no financiamento, a pesquisa se apoia em abordagens metodológicas mistas – qualitativa e quantitativa, estruturada em um desenho exploratório e descritivo. A metodologia qualitativa abrange a pesquisa documental de legislações, que foi realizada com o propósito de compreender o desenho da política de educação básica e o sistema de financiamento da educação básica pós CF-88, bem como o formato de composição e distribuição dos recursos financeiros destinados a essa política social. A metodologia quantitativa abarca a análise estatística descritiva, com o objetivo de fazer um diagnóstico das despesas per capita da educação pública de nível infantil e fundamental dos municípios brasileiros no ano de 2015. As análises evidenciam que a maioria dos governos municipais tem um acréscimo de recursos considerável a partir dos mecanismos de redistribuição do Fundeb. Porém, ainda persistem iniquidades em todo território nacional. O gasto municipal por aluno é expressivamente heterogêneo e reflete as desigualdades socioeconômicas territoriais. Assim, os maiores gastos estão localizados em municípios das regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul, em detrimento das regiões Nordeste e Norte. A conclusão é que a iniquidade territorial do financiamento da educação fundamental persiste, apesar dos avanços recentes. Para alcançar melhores patamares de equidade, é necessário promover



ajustes no atual desenho do financiamento da educação básica, com mecanismos de maior participação técnica e financeira da União, de definição do custo-aluno a partir de critérios ligados à qualidade, dentre outros aspectos político-pedagógicos.

PALAVRAS-CHAVE: Federalismo Fiscal. Educação Básica. Iniquidade Fiscal. Municípios. Brasil.

GT 3. POLÍTICAS PÚBLICAS – Debatedores: Prof. Dr. Gleyton Trindade e Prof. Dr. Natalino Silva

Sessão 2 – 06/09/2018 – 14h às 17h

1. “A INCLUSÃO DO DIREITO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 FRENTE À ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE INTERESSE NA CONSTITUINTE” Beatriz de Paula Silva Ribas (UFMG)

O objetivo deste trabalho consiste em analisar como os grupos de interesse atuaram no processo da Arena Nacional Constituinte (1987-1988), tendo em vista a constitucionalização dos temas sociais na Carta Magna de 1988. Define-se grupos de interesse como organizações que se empenham, em torno de uma issue, para a adoção ou rejeição de políticas públicas, tendo os seus interesses particulares como norteadores de suas ações (KEY, 1994; THOMAS, 2004). Interessa-nos especificamente identificar e descrever as estratégias utilizadas pelos principais grupos externos à arena política, envolvidos no processo decisório em torno do direito de proteção à maternidade e à infância. Para tanto, este trabalho se valerá de uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, com a finalidade de averiguar o comportamento dos atores relacionados a esta temática, concentrando-se em seus aspectos constitutivos e estratégicos. O marco temporal da análise será de 1987 a 1988, pois este é período que marca o início e fim dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, conforme a Emenda Constitucional nº. 26 de 27 de novembro de 1985. Serão consideradas duas comissões da ANC: 1) Comissão da Ordem Social e a 2) Comissão da Família, da Educação, Cultura e missões da Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, as quais foram responsáveis



por elaborar os dispositivos constitucionais referentes aos direitos sociais constitucionalizados em 1988.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição Federal. Direito Social. Maternidade. Infância. Grupos de Interesse.

2. “O ACESSO À JUSTIÇA COMO OBJETO DE ESTUDO NO CONTEXTO DE JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E DE INCLUSÃO ÀS AVESSAS” Josélia Ferreira dos Reis; Nívia Valença Barros (UFF)

Neste trabalho proponho a discussão da política de acesso à justiça no Brasil, considerando o contexto da judicialização da política e das relações sociais e como a busca pelo Poder Judiciário, importante esfera para garantia de direitos fundamentais, acaba se constituindo como instrumento de uma “inclusão às avessas”, na medida em que a inserção deste Poder no Estado Capitalista, imprime um caráter específico de conservação da ordem econômica vigente, e do status quo. O estudo do tema se deu por meio de análise de dados sistematizados pelo governo federal a partir de estudos elaborados pelo Ministério da Justiça e pelo Conselho Nacional de Justiça; e bibliografia específica sobre o tema. Para sistematizar a análise, reunimos as informações dos últimos cinco anos, que também são as mais consolidadas. Pensar que sujeitos acessarão políticas e serviços públicos apenas ao acionar o Poder Judiciário, ou quando são por ele penalizados é crítico, pois demonstra o imenso abismo no sentido de uma distribuição efetiva de políticas sociais e, ao mesmo tempo, aponta para a legitimidade de acionamento judicial quando há violação de direitos sociais, uma vez que o acesso à justiça também se constitui como direito fundamental. O acesso à justiça, neste aspecto, é um importante elemento do Estado Democrático de Direito, tanto para garantia de direitos consagrados, quanto para o reconhecimento de novos direitos que encontram resistência de múltiplos interesses (e nem sempre legitimados pelo bem comum). A relação da população mais pobre com o judiciário, é marcada por um viés autoritário e de criminalização, mas tem adquirido outras nuances com o advento dos juizados especiais, que simplificaram o acesso além de reduzir ou eliminar custas processuais. Muito se precisa avançar para garantir acesso efetivo aos direitos para a população pauperizada e para enfrentar a realidade onde se constrói a judicialização da



política e das relações sociais. Apesar do contexto de avanço agressivo das determinações do capital sobre as relações sociais, as ações tomadas pelo governo, nos anos que precederam o golpe de 2016, no sentido de estruturar e consolidar os dados sobre as instituições que compõem o Poder Judiciário trouxeram maior transparência, abrindo “a caixa preta” que este poder sempre se constituiu, expondo suas contradições e seu lugar na sociedade brasileira do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à Justiça. Judicialização. Inclusão às Aversas.

3. “AS ESTRATÉGIAS DE INDUÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA CONFORMAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DAS SECRETARIAS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL” Isabella Dias Cunha (UFMG)

Esse trabalho analisa a construção da estrutura administrativa das secretarias estaduais de assistência social. A mudança na trajetória dessa política, com criação do Sistema Único de Assistência Social, é atribuída ao governo federal, cuja utilização de mecanismos de indução foi percebida especialmente no âmbito municipal (BICHIR, 2011; SÁTYRO; CUNHA, 2018). Mais importante que pensar no federalismo como explicação para os resultados de políticas públicas, é necessário compreender as regras que regem as relações intergovernamentais. Nesse trabalho, inseriu-se também a perspectiva institucionalista por se tratar de um estudo sobre mudanças institucionais, cujos efeitos foram explicados a partir do conceito de isomorfismo coercitivo (DIMAGGIO; POWELL, 1991). A institucionalização trata de um processo que foi reforçado pela criação de um sistema nacional e as relações intergovernamentais por meio desse arranjo institucionais devem ser capazes de promover o desenvolvimento de capacidades estatais nos governos subnacionais. Podem ser verificados os efeitos da capacidade transformativa da União sobre a organização administrativa das secretarias estaduais? Analisou-se a trajetória da administração estadual entre 2010 e 2015 a fim de compreender o desenvolvimento da capacidade de gestão dos estados para a política de assistência social. Os principais resultados sugerem a heterogeneidade da capacidade transformativa da União sobre os estados, sendo possível apontar, a partir dos dados analisados, que as áreas da gestão apresentam trajetórias distintas de desenvolvimento,



assim como não há padrões territoriais de institucionalização nos estados para a gestão da assistência social.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Único de Assistência Social. Relações Intergovernamentais. Institucionalização. Capacidades Estatais. Gestão Estadual

4. “NEODESENVOLVIMENTISMO E SOCIOBIODIVERSIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE E PROTEÇÃO ÀS DIVERSIDADES” Jadson Lobato Gonçalves (UFPA)

O Neodesenvolvimentismo apresenta-se como uma nova alternativa de superação das políticas macroeconômicas dos anos 70 e 80 implementadas para o desenvolvimento do país, contribuindo para o planejamento do crescimento da produção industrial com inclusão da sustentabilidade e com vistas de mitigação da desigualdade social promovendo uma agenda distributiva. A política neodesenvolvimentista é justificada, por seus idealizadores, pela crítica à falência estrutural do antigo modelo nacional desenvolvimentista com origem na CEPAL, bem como a crítica ao Estado neoliberal avesso a intervenção e perseguição estatal da máxima econômica e do bem estar social. Entretanto, tratar de políticas intervencionistas no plano macroeconômico e nas esferas do rumo do desenvolvimento perpassam por um novo modelo de sociabilidade, atravessadas pelo chamado “núcleo duro” comum às duas versões de desenvolvimento (industrialização, intervencionismo pró-crescimento e do nacionalismo), do qual no antigo modelo de desenvolvimento provocou exclusões, massacres de povos, violência simbólica e física sob a tutela do Estado à biodiversidade e também à sociobiodiversidade. Este trabalho propõe debater as políticas desenvolvimentistas e a proteção da sociobiodiversidade no contexto do neodesenvolvimentismo brasileiro, utilizando o conceito de sociobiodiversidade como instrumento teórico interdisciplinar humanizador do desenvolvimentismo. O conceito de sociobiodiversidade está associado à preservação da biodiversidade e o debate sobre terras e os direitos sobre ela das populações tradicionais, assim como sociodiversidade está indicada na imagem dos vários grupos tradicionais presentes no interior do Brasil (grupos indígenas, pequenos produtores, ribeirinhos, quilombolas, camponeses, extrativistas etc). O que se constata na utilização do conceito de sociobiodiversidade é a inclusão de um componente ético e



político para o debate, quer dizer, o avanço do modelo econômico neoliberal que vê no mercado a finalidade maior colocou em cheque reprodutibilidade de formas de vidas tradicionais e colocou em riscos as diferentes simbologias, conteúdos materiais e imateriais, cosmologias desses povos tradicionais. É nesse sentido que o conceito de sociobiodiversidade surge ampliando a compreensão sobre diversidade e biodiversidade e os impactos dos grandes empreendimentos do Estado, inserindo na temática da proteção social e ambiental percepções e diálogos com as mais diversas disciplinas das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas.

PALAVRAS-CHAVE: Neodesenvolvimentismo. Sociobiodiversidade.. Diversidade.

5. “VIOLÊNCIA TRANSGERACIONAL NAS FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NA AMAZÔNIA BRASILEIRA” Sandra Mônica da Silva Schwarzstein (UFF)

Ao lado da violência estrutural e social, manifesta-se nas relações familiares o fenômeno da “violência doméstica contra crianças e adolescentes” (VDCCA), que se qualifica pelas desigualdades de poder nas relações entre homens e mulheres e entre adultos e crianças. Expressa-se através das violências física, psicológica, sexual, negligência e exploração, que causam danos que afetam o desenvolvimento e a dignidade de crianças e adolescentes. Alguns estudos identificam os efeitos da VDCCA entre adolescentes: fracasso escolar, abuso de drogas, gravidez precoce, delinquência, comportamento violento, depressão, prostituição e suicídio. As evidências demonstram que a percepção que o adolescente tem de si e do mundo pode ser afetada pela intensidade de violências a que foi exposto. Atendendo jovens infratores, Welsh (1978) percebeu ser irrelevante o número daqueles que não sofreram violência doméstica severa. O presente trabalho adota a visão teórica que entende que a prática da chamada “educação punitiva” pode contribuir para a delinquência adolescente. Seu objetivo é identificar as representações sociais relacionadas à violência social e à violência doméstica, que levam algumas mães a práticas violentas com seus filhos. Para tal, realizou 18 entrevistas com as responsáveis por adolescentes infratores de Belém do Pará. Em suas respostas, essas mulheres revelaram maior sensibilidade para a violência que impera fora de casa, que para a violência doméstica da qual poderiam ser as autoras.



Nenhuma se reconheceu como agressora de seus filhos. Identificavam-se como vítimas da violência praticada por seus companheiros, mas não incluíam no conceito de práticas violentas as modalidades de educação punitiva às quais recorriam com suas crianças. Construíam uma escala subjetiva e imprecisa de intensidade da violência da qual eram autoras, para fazer a distinção entre “violência contra a criança” e “práticas educativas”. Serviam-se dessa escala para diferenciar o “bater” socialmente aceitável, do “espancar” moralmente reprovável. Visibilidade é conferida à importância das representações sociais dos diferentes atores envolvidos. Fica evidente que um abismo separa as concepções dos profissionais que reconhecem na VDCCA uma cultura perniciosa, das representações sociais das entrevistadas. Conclui-se que, dificilmente, será possível reduzir a VDCCA prevalente nas famílias dessas mulheres, sem antes aproximar esses dois universos diferenciados de representações.

PALAVRAS-CHAVE: Violência doméstica. Adolescente infrator. Família.

6. “O IDEB EM ALFENAS: PERSPECTIVAS E DIFICULDADES DE COMPARAÇÕES” Marcelo Rodrigues Conceição; Samira Cristina Silva Pereira (UNIFAL-MG)

Esse trabalho apresenta os resultados parciais da análise sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básico (Ideb), das escolas estaduais e municipais que oferecem os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º), na cidade de Alfenas. O índice é obtido por meio da multiplicação da média da taxa de aprovação das séries do respectivo nível de ensino pela nota padronizada que é calculada pelas médias de desempenho nas avaliações de português e matemática. As utilidades do Ideb, segundo o Inep (2018), estão relacionadas às possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, pois o índice é comparável nacionalmente e expressa, em valores, os resultados da aprendizagem e do fluxo educacional. O Ideb é divulgado em vários recortes: por estados e municípios, por rede administrativa a que pertence a escola (estadual, municipal), por escola e por nível escolar (ensino fundamental e ensino médio). O método de pesquisa se baseia no levantamento e na revisão de trabalhos que analisam o índice; nos resultados do Ideb entre os anos de 2009 e 2015, em que há dados para a maioria das escolas da cidade; e na elaboração de gráficos e tabelas, para



mensurar os valores, analisando-os por meio de dois recortes: rede administrativa e localização geográfica em relação à distância das escolas da praça central da cidade: centrais até dois quilômetros; não-centrais entre dois e cinco quilômetros e rurais fora do centro urbano. Para a análise parcial foram consideradas apenas as escolas que apresentam resultados para todos os anos, 2009, 2011, 2013 e 2015, e que estão denominadas, de acordo com os recortes estabelecidos, em: cinco centrais (estaduais), duas não-centrais (municipais) e uma rural (municipal). Os resultados parciais ainda não permitem afirmar se há ou não diferenças entre os resultados das escolas em relação à rede administrativa e à localização. A bibliografia sobre o tema, especialmente Amaral e Belo (2013), tecem críticas sobre o antagonismo entre a universalização da educação básica, as taxas de repetência e a baixa proficiência obtida por estudantes em exames padronizados em nível nacional, destacando a contradição existente entre o aumento do número de estudantes e o baixo aproveitamento nas avaliações, como um problema histórico. Não se pode esquecer o impacto que aspectos qualitativos acerca da organização da escola (infraestrutura, corpo administrativo e docente e gestão) têm nesses resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Ideb. Educação básica. Avaliação. Estatísticas Escolares. Políticas Públicas.

GT 4. ESTADO E SOCIEDADE – Debatedor: Prof. Antonio Carlos Andrade Ribeiro; Zara Rego de Souza.

Sessão 1 – 06/09/2018 – 14h às 17h

1. “ASSISTENCIALISMO, EDUCAÇÃO E TRABALHO: O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 – 1930)” Giovane Silva Balbino (UNICAMP)

A presente pesquisa tem como sua proposta de analisar e contribuir para uma perspectiva histórica e crítica. Sobre os aspectos envolvendo a Igreja Católica, como principal instituição Assistencialista, fazendo um diálogo entre a educação e o trabalho, usando como mecanismo de controle social na Primeira República (1889 – 1930). Nossa pergunta central e objetiva, o porquê da Igreja Católica usar o assistencialismo e



a educação como controle social nas classes populares? Qual o discurso envolvendo o trabalho na concepção religiosa nesse contexto? Para isso é necessário explorar mais teoricamente. Segundo CUNHA (2005) o Estado mesmo “separado” da Igreja, buscava apoio do clero para à manutenção da ordem pública, devido as constantes ameaças de insurreições dos militares e dos movimentos anarcossindicalistas. Para CIAVATTA (2009), nesse contexto histórico em que a Igreja propôs a sua influência no Assistencialismo e dialogando com a educação e no desenvolvimento da relação do trabalho como movimento de modernização da força de trabalho e de inserir as “massas” ao regime capitalista. Segundo CHALHOUB (1996), a questão higienista e da condição social do indivíduo pesava na sua “sentença” de como ele poderia viver, para as elites o seu “pecado” em ser “pobre” era responsável pelo “atraso” do progresso da nação. Partimos de uma perspectiva, histórico crítica, que possibilitará compreender, o desenvolvimento das ações da Igreja Católica em relação ao Assistencialismo e a Educação. Entendemos que os possíveis resultados que podemos obter, aqui estão como seguintes hipóteses que levantamos. A Igreja Católica como instrumento da classe dominante, para a manutenção da ordem, isso não é novidade, porém ao aprofundar nas análises descobrimos a preocupação dessas elites religiosas e políticas na luta de inserir o país bem como a população “marginalizada” no anseio da sociedade assalariada capitalista. Partiremos na discussão de que a Igreja junto com o Estado propondo uma união e forças em relação ao Assistencialismo e a Educação para o desenvolvimento do trabalho. O sentimento cristão, inspirando os representantes do Alto Clero e dos representantes políticos do Estado para “ajudar” o próximo, deve ser problematizada como uma demonstração plena da disciplina e da ética cristã. Usando desse princípio do assistencialismo como método de disciplinarização das massas populares para o trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência. Educação. Trabalho. Igreja Católica.

2. “MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA EM BELO HORIZONTE-MG (1985 – 1995): ANÁLISE DE SUA DINÂMICA INTERNA A PARTIR DE UMA ABORDAGEM RELACIONAL” Alexandre Silva Nogueira (UFMG)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

A literatura sobre movimentos sociais e ação coletiva tem demonstrado que o sucesso desses fenômenos está ligado a elementos como a confiança entre os atores, as dinâmicas de reconhecimento e status, a disposição para colaborar e os mecanismos de “controle social” existentes (Ostrom, 1990; Lazega, 2001). O presente trabalho analisa a dinâmica relacional de um movimento social, o Movimento de Luta por Moradia em Belo Horizonte-MG, entre os anos 1985 e 1985, focando nas dimensões citadas acima, quais sejam: a dimensão do reconhecimento/status, da colaboração, da confiança e do controle social lateral. Os dados para as análises foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas e levantamentos sociométricos realizados com 16 lideranças do movimento, permitindo, ao fim e ao cabo, a construção de quatro redes sociais, uma para cada um das dimensões citadas. Usando-se da técnica de Análise de Redes Sociais e de uma análise das biografias das lideranças, pôde-se demonstrar (I) que existia uma forte hierarquia de status entre essas lideranças, de forma que um grupo similar de lideranças ocupava as posições centrais nas redes de reconhecimento, colaboração e confiança. Também se descobriu que (II) o controle social lateral era exercido de maneira mais proeminente por certos atores e que (III) esses atores não estavam imunes às dinâmicas de controle social. (III) Os resultados apontam também para a existência de uma “elite de lideranças” que tanto eram os maiores encarregados por “guardar a ação coletiva” no movimento, como também eram aqueles com maior status nas redes de troca envolvendo reconhecimento, colaboração e confiança. (IV) Ademais, as análises da biografia e da atuação das principais lideranças mostraram a importância de suas trajetórias relacionais para a compreensão de seu posicionamento na estrutura relacional do movimento. (V) No nível agregado, as análises permitiram entender mais sobre como as diversas organizações, federações e associações de bairro se encontravam integradas dentro do processo de luta por moradia na cidade de Belo Horizonte. (VI) De outra parte, os dados relacionais possibilitaram outro olhar sobre a função que instituições como a Igreja Católica e os partidos de esquerda tiveram para o sucesso do movimento de luta por moradia, e de outros movimentos populares, na cidade naquele período.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Social. Análise de Redes Sociais. Controle Social. Status. Confiança.



3. “DESIGUALDADE EM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO DO CASO BRASILEIRO” Gabrielle Cosenza (FGV)

No mundo atual, globalizado, marcado pela existência de questões transnacionais, ou seja, que não respeitam as fronteiras do Estado como as questões ambientais, mudanças climáticas, questões de segurança, entre outras, as instituições internacionais tem ganhado cada vez mais destaque. Podemos encontrar divergências em relação ao que são instituições, como agem e também a sua importância. Podemos questionar também sobre quem dita as regras a serem seguidas pelos Estados, quem tem mais poder e quem tem mais influência frente a essa governança global em um regime anárquico internacional. Nesse sentido, após explicar o que são as Instituições Internacionais, traremos alguns conceitos e autores que argumentam a respeito da desigualdade que as instituições podem produzir. Para exemplificar, abordaremos um pequeno estudo de caso que aconteceu com o Brasil e o Banco Mundial, Organização Internacional financeira que efetua empréstimos a países em desenvolvimento. Em novembro de 2017, o Banco Mundial divulgou um relatório sobre a revisão das despesas públicas no Brasil chamado “Um ajuste justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”. O relatório foi encomendado ao Banco Mundial pelo ex-ministro da fazenda Joaquim Levy e foi entregue aos atuais ministros da Fazenda e Planejamento. São 160 páginas que abordam diversos temas como sustentabilidade fiscal, funcionalismo público, gastos do governo, previdência social, mercado de trabalho, saúde, privatizações. Mas foi o tema da educação superior pública o que mais gerou polêmica, obtendo respostas por parte de diversos especialistas brasileiros na área de educação. Em suma, este trabalho se propõe a analisar como instituições internacionais podem produzir desigualdades, o que será ilustrado através do debate ocorrido em torno do relatório do Banco Mundial sobre educação superior pública brasileira. A partir de um breve arcabouço teórico com base na literatura sobre Instituições e teorias clássicas das Relações Internacionais, pretende-se explicar o que são essas instituições, suas intenções e como funcionam. Em seguida, com a exposição dos argumentos dos especialistas do Banco Mundial e dos contra-argumentos dos especialistas e professores brasileiros, pretende-se analisar o papel do Banco Mundial como instituição responsável



por estabilizar a economia, mas também por produzir ou reforçar desigualdades, com base na literatura sobre a desigualdade no internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições Internacionais. Desigualdade. Educação.

4. “INVENÇÃO OU DESCOBERTA? A RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE ENQUANTO OBJETO EM DESENVOLVIMENTO” Marcos Luiz Vieira Soares Filho (UERJ)

Este artigo trata da relação Estado-sociedade, referenciando o hibridismo em comparação às concepções “isolacionistas” dos debates acerca da organização das classes trabalhadoras nas décadas de 1970 e 1980. Objetiva-se dar relevo à relação Estado-sociedade enquanto conexão plural e complexa, de forma a destacar uma questão-problema básica para esta literatura das décadas de 1970 e 1980: a relação Estado-sociedade era inexistente, dada pela incapacidade de articulação das massas(?); induzida verticalmente pelo Estado em controle da sociedade(?); ou, o que argumentamos, as ferramentas teóricas que possibilitassem a percepção deste objeto é que não estavam, ainda, disponíveis aos analistas? O que leva a outra pergunta: a relação Estado-sociedade mudou ao longo das décadas, no plano prático, ou a construção epistemológica induziu outra percepção deste objeto? Não visamos cometer o vício do anacronismo condenatório, mas demonstrar, por meio de um trabalho teórico, as continuidades que permitiram a construção da relação Estado-sociedade como objeto de pesquisa. Disto resultou uma categorização quádrupla destes estudos, baseada no pressuposto sobre a capacidade articulatória das classes populares – como pré-requisito para uma interação com agentes exógenos a elas. Desta forma tem-se um gradiente de teorias que (i) negam a capacidade de ação e organização da sociedade, em fundamentações teóricas diversas, tendo-a como sujeita à indução estatal (WEFFORT, 1973); (ii) dos autores que reconhecem uma capacidade organizatória “pautista-agendista” que se encerra no reconhecimento de necessidades pontuais por parte do Estado (JACOBI, 1982); (iii) teorias que reconhecem o “nascimento espontaneista” e autônomo dos movimentos sociais (SADER, 1988); (iv) teóricos que percebem uma interação não-autônoma, mas agenciada, entre as classes populares – ou movimentos sociais – e os representantes governamentais, repleta de condicionantes e mutualidades



(BOSCHI, 1987). Conclui-se que a perspectiva teórica e agenda de pesquisa tende a reconhecer cada vez mais tais relações, de forma a evidenciar fronteiras relativas entre Estado e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Hibridismo. Participação. Estado-sociedade.

5. “ORGANIZAÇÕES CIVIS PELOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS” Maria Carolina Arruda Branco; Helena de Oliveira Vitório; Julia do Carmo Carbono (UNIFAL-MG)

De modo diferente ao que se observa hoje, os diversos povos a que chamamos indígenas outrora ocuparam o território brasileiro por completo (Carneiro da Cunha, 2009). Por isso, a garantia das Terras Indígenas, que fora da região Norte muitas vezes não passam de marcos geográficos pontuais, pode ser vista como uma história de resistência aos invasores que teve início logo nos primeiros contatos e segue até os dias de hoje. Registra-se que apenas no início do século XX surgiu a primeira política do Estado brasileiro voltada efetivamente para os povos indígenas. Tratou-se da criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão que tinha por orientação dar "amparo" aos indígenas do Brasil (Ribeiro [1970]1996). Submerso em denúncias de corrupção o SPI atuou até 1966, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio, a FUNAI (Carneiro da Cunha, 2009). Contudo, os conflitos envolvendo os povos indígenas continuam sendo recorrentes no Brasil, na maioria das vezes como consequência da implementação de grandes projetos que impactam a dinâmica da vida dos povos indígenas, os conflitos agrários e de maneira mais ampla, a má distribuição de terras. Em meio a este contexto de disputa entre grandes interesses, a partir da década de 1970, muitas organizações se constituem para a proteção e promoção dos direitos indígenas. Algumas delas de caráter nacional, são elas: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Associação Nacional de Ação Indígena (ANAI), a Operação Amazônia Nativa (OPAN), o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). E atualmente uma que se destaca é o Instituto Socioambiental (ISA). Estas organizações desenvolvem papel fundamental contribuindo para os diversos modos de organização política indígena. Elas conformam a rede de política pública para os povos indígenas estendendo os horizontes em locais onde a



FUNAI não chega. Fazem a interlocução entre indígenas e órgão público, a defesa dos interesses indígenas, denúncias de situações que afetam a vida destes povos, bem como a veiculação e promoção de conhecimento indígena. Neste trabalho analisamos as organizações civis mobilizadas pelos direitos dos povos indígenas no Estado de Minas Gerais. Coletamos dados sobre o número de organizações, os assuntos abordados, a localização das organizações e os eventos aos quais se vinculam. Com base nos dados construímos uma tipologia para classificar as organizações identificadas.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Indígenas. Organizações Civis. Políticas Públicas. Projetos Sociais. Estado.

6. “DISPUTAS SIMBÓLICAS NA GESTÃO DAS ÁGUAS: UMA ANÁLISE DOS CAPITAIS SOCIAIS” Janaina dos Santos de Souza (UFSCAR)

Com a nova organização e com a emergência da problemática ambiental, que traz para dentro do âmbito rural a burocracia, agentes anteriormente conhecidos como urbanos passam a estar presentes no contexto rural, ressignificando e projetando novas formas de organização desse meio. Há agora novas sociabilidades que serão entrecortadas pelas questões ambientais, parte dessa advinda de acontecimentos históricos Pós-Segunda Guerra Mundial e dos variados movimentos adjacentes, como o anti-nuclear e movimentos libertários. Logo, em conjunto com uma produção simbólica cultural do que é o rural e de novas formas de geração de renda desse espaço, possuímos um rural diferente daquele idealizado anteriormente, que culminará em espaços como os Comitês de Bacia. Assim o trabalho tem como objetivo fazer uma análise de capitais sociais na gestão das águas no estado de São Paulo. Propõem-se uma análise sobre a trajetória de André Elia Neto, representante titular da cadeira da Agroindústria no Conselho Recursos Hídricos do estado de São Paulo e nos comitês de bacia, investigando como se foram adquiridos ao longo de sua formação profissional e acadêmica capitais sociais e econômicos importantes para sua inserção nesse campo de poder. Para desenvolvimento do trabalho foram utilizadas informações das plataformas digitais da ÚNICA² e do SIGRH² que em conjunto uma Revisão Bibliográfica e com uma entrevista concedida no ano de 2014 parte do projeto financiado pela FAPESP intitulado “Dominação e justificação nas práticas de governança das águas em contexto de ruralidade”



fomentaram as discussões. Procurou-se responder as seguintes questões: Quais são os principais capitais sociais responsáveis para uma efetiva participação nesse espaço? O que levaria determinados atores a ter esse acesso? Diante disso a hipótese baseia-se na afirmação de que os capitais sociais adquiridos ao longo da trajetória dos agentes participativos são determinantes na inserção de pautas e maior qualidade de participação na gestão das águas. Com isso pode-se apresentar as mobilizações dos capitais essenciais na formulação do Habitus da governança de Recursos hídricos, pautadas na lógica técnico científica e na valoração do recurso, que em conjunto formações de redes importantes nesse âmbito proporcionaram legitimidade e acessos impossibilitados a demais atores dentro da governança das águas.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão das Águas. Capitais Sociais. Comitês de Bacia. Participação.

7. “A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA AFIRMAÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS EM CONTEXTOS URBANOS” Gercidio Junior Valeriano Pereira; Marina Schkolnick Soares Leite (UFABC)

Trabalho escrito para participação na III Jornada de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas e tem como proposta central apresentar I a situação de desigualdade e exclusão sociocultural e econômica vivenciada por povos indígenas que vivem em contextos urbanos, em particular, na região do Grande ABCD, SP e II discutir as potencialidades do uso da metodologia das cartografias sociais para auxiliar na reflexão e análise qualitativa desse fenômeno social. Este trabalho integra um projeto de Iniciação Científica que tem como objetivo principal mapear e analisar a literatura produzida sobre o tema das desigualdades sociais intraurbanas e sua associação com as questões de segmentos indígenas que vivem em contextos urbanos na Região do Grande ABCD. O processo de urbanização brasileiro está intrinsecamente ligado à intensificação e ampliação de desigualdades socioespaciais. Esta tese já se encontra estabelecida pela literatura voltada ao tema, principalmente em estudos e conceitos desenvolvidos por Milton Santos e Flávio Villaça. Os povos indígenas que vivem em contextos urbanos fazem parte de uma dinâmica socioespacial excludente e isso pode ser notado por suas condições de acesso à saúde, educação, moradia, diferenciado



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

socioculturalmente. A proposta de discutir o uso da cartografia social para aprofundar o conhecimento sobre essa realidade é um dos objetivos principais dessa apresentação. Cabe notar que essa IC está associada ao Projeto de Extensão intitulado “Diagnóstico Sociocultural e Econômico da população indígenas residente no Grande ABCD”, sob orientação do etnólogo e docente da UFABC, Drº Luís Roberto de Paula. O trabalho apresentará uma síntese da revisão bibliográfica realizada até aqui sobre desigualdades intraurbanas e populações indígenas que vivem em contextos urbanos. Também serão apresentados dados quantitativos e qualitativos sobre esse segmento social, bem como mapas iniciais que representam as dinâmicas desses segmentos em território nacional até sua fixação na região do Grande ABCD. Uma apresentação sucinta da metodologia da cartografia social também será um dos objetivos metodológicos deste trabalho. Com base nas experiências com cartografias sociais levantamos a discussão da importância dos procedimentos metodológicos no processo de etnogênese dos indígenas em contexto urbano e a importância de sua participação e protagonismo, visando uma construção identitária que subverta a lógica liberal e colonizadora, participando ativamente do planejamento urbano como forma de afirmação de seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia. Etnogênese. Estruturação urbana. Desigualdades intraurbana.

8. “A DIFUSÃO E ISOMORFISMO NAS REDES BRASILEIRAS DE ACCOUNTABILITY” Ana Carolyne Martins de França; Vinicius Eduardo Martins Baraldi Vaz (UNIFAL-MG)

O tema da cooperação entre organizações tem ganhado relevância no debate atual sob o prisma do que se convencionou chamar de redes interorganizacionais. A literatura da ciência política tem se ocupado com um tema correlato ao abordar a cooperação entre as organizações que conforma a web of accountability institutions. Sob o prisma dessa disciplina, os estudos investigam em que medida uma rede conectada é capaz de melhorar o controle sobre os agentes públicos e privados. Em geral, as pesquisas investigam se há ou não interação entre os agentes que permitem o fluxo de informação, mas pouca atenção é dada às iniciativas para fomentar tais laços. Em 2010, no estado da Paraíba foi criado um estilo inovador de gestão da interdependência entre órgãos de



controle para facilitar o intercâmbio de informações: o Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (FOCCO). Esta estratégia para motivar a cooperação entre agências de controle e delas com as organizações civis se difundiu pelo país. O objetivo desse trabalho é apresentar os resultados iniciais da pesquisa: "Tecendo laços na rede brasileira de instituições de accountability: uma análise da difusão de iniciativas de cooperação para prevenção e combate à corrupção". Sob o prisma da sociologia organizacional pretendemos contribuir para o debate ao identificar os mecanismos que atuaram/atuem no processo de difusão dos FOCCOs pelo território nacional. A partir dos dados já coletados, examinamos a relação de parceiros, de eventos e de ações empreendidos pelos FOCCOs. Encontramos padrões recorrentes que agrupam diferentes conjuntos de fóruns, sugerindo a atuação do mecanismo de contágio no processo de difusão. Com base nos dados, postulamos ainda que as redes organizacionais de accountability se desenvolvem em um campo altamente profissionalizado sob a pressão do isomorfismo normativo que direcionam os FOCCOs para cada vez mais se tornarem similares. Por fim, apontamos o tema da formação de laços em redes organizacionais como um campo promissor a ser explorado e capaz de oferecer contribuições significativas para o debate sobre a web of accountability institutions.

PALAVRAS-CHAVE: Redes interorganizacionais. Cooperação. Accountability. Difusão.

9. CRITÉRIOS DE MÉRITO: CONFLITOS DECORRENTES NA DEFINIÇÃO DE ALUNO NO ENSINO PÚBLICO E DESEMPENHO ESTUDANTIL. Lucas Loureiro Leite (UFJF).

A pesquisa se desenvolveu dentro de duas escolas públicas do município de Campos dos Goytacazes/RJ. Teve como objetivo os conflitos decorrentes da definição de “habilidades e competências” consideradas ideais para o desempenho estudantil: a expectativa docente para um “critério de mérito”. Foi feita uma etnografia do cotidiano escolar e diálogos com docentes e gestores. A partir deste trabalho foi possível identificar cinco critérios de mérito. Dentro da primeira escola estão presentes o critério do “aluno-destaque” e o “aluno-superação”: ambos se baseiam nas notas dos bimestres, mas enquanto o primeiro exige um desempenho “acima da média” em todas as disciplinas para se ganhar o reconhecimento público dentro da escola; o outro valoriza o crescimento de desempenho de um bimestre



para o outro, construindo assim uma perspectiva diferente para o aluno. Na segunda escola existem três critérios de mérito. Estes são voltados para valores que devem ser assimilados ou a construção de disciplina e hábitos particulares: são os “filhos verdadeiros”; “alunos críticos” e por último o “aluno honrado”. A pesquisa demonstra que a diversidade de perspectivas sobre o desempenho estudantil torna mais complexa o debate sobre mérito e o quê é “ser um bom aluno”: alguns foram identificados em reuniões com a gestão ou conselhos de classe, e outros construídos a partir da experiência docente de alguns interlocutores. Seus resultados apontam para a necessidade de se refletir sobre como critérios subjetivos, sem vínculo único e direto com o desempenho escolar; mas na trajetória e potencial de desenvolvimento dos estudantes podem e são considerados em muitos casos. A contradição de critérios com perspectivas diferentes sobre o aluno de escola pública no mesmo espaço deixa evidente também as possibilidades de criação, desaparecimento ou modificação destes critérios.

PALAVRAS-CHAVE: Mérito. Ensino Público. Critérios. Aluno-destaque. Alunos honrados.

GT 5. TRABALHO – Debatedor: Prof. Adriano Santos

Sessão 1 – 05/09/2018 – 14h às 17h

1. “TRABALHO E EXCLUSÃO: DESAFIOS DOS JOVENS BRASILEIROS AO ACESSO NO MUNDO DO TRABALHO” Camille de Sousa Fernandes Tantow; Wickson Moreira Ribeiro (UFRJ)

A crise sociopolítica econômica que atravessa o país, tem suas consequências em diferentes âmbitos da vida social brasileira. Saúde, educação e segurança são reclamações constantes da vida cotidiana. Em correlação a essa sensação de desemparo, há uma forte mediatização dos índices de desemprego, observar e analisar quais são os sujeitos que compõem os índices de desemprego e quais os elementos de constituição desse cenário julga-se necessário tanto para compreensão dos dilemas do presente como também para se proporcionar recursos para a superação desses. A partir dessa premissa, o presente trabalho tem como objetivo discutir a conjuntura de acesso da juventude ao mercado de trabalho. A argumentação desse trabalho foi desenvolvida através das pesquisas de Adalberto Cardoso (2013), a respeito do debate acerca da geração “nem nem” e sua incidência no contexto brasileiro e, Marco Aurélio Santana (2005), que



assinala as transformações do mundo do trabalho e o processo de precarização dos postos de trabalhos nacionais. A metodologia aplicada a essa pesquisa consistiu em análise de dados apresentados pela Organização Internacional do Trabalho em correlação com bibliografias acerca do tema. A discussão proposta por essa pesquisa aponta que o mundo do trabalho formado por meio da concorrência e de limitados postos de empregos, produz um campo desfavorável a grupos historicamente marginalizados como pobres, negros e mulheres, sobretudo na parcela jovem desses grupos, que competem em condições desfavoráveis, em razão do baixo nível de formação e da falta de organização produtiva em suas cidades para absorção do seu trabalho. Esses fatores apontam para a urgente necessidade de reorganização da estrutura produtiva do país, possibilitando não apenas o ingresso de jovens, mas viabilizando trabalho digno, respaldado por direitos e remuneração justa, só a partir dessa transformação é concebível um real desenvolvimento do mercado de trabalho e uma efetiva mobilidade social com consequências na diminuição das desigualdades brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Juventude. Desemprego. Desigualdade.

2. “GÊNERO E A DUPLICIDADE DO TRABALHO FEMININO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A DOMINAÇÃO-EXPLORAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA” Maria Júlia Tavares Pereira (UNIFAL-MG)

Reflexões sobre o lugar ocupado pela mulher na sociedade de classes são hoje amplamente propagadas na sociedade e no meio acadêmico. O desenvolvimento de uma leitura crítica da sociedade capitalista combinada ao patriarcado ocorreu a partir das décadas de 1970 e 1980. Sob essa perspectiva, o trabalho, enquanto categoria de investigação, foi central na análise do espaço ocupado pela mulher no modo de sociabilidade capitalista. A duplicidade do trabalho feminino – desempenhado no lar e extra-lar – foi compreendida como um reflexo da exploração-dominação e vulnerabilidade da mulher na sociedade de classes. Desde então, a exploração-dominação da mulher permaneceu; a ampliação do espaço ocupado por elas no mercado de trabalho não promoveu uma redefinição de papéis da sociedade e as responsabilidades domésticas, por exemplo, continuaram uma atribuição quase



exclusivamente associadas ao gênero feminino. Após as décadas de 1970 e 1980, pouco se avançou na tentativa de compreender a síntese entre o trabalho reprodutivo e produtivo da mulher na sociedade capitalista. Assim, esta pesquisa, ainda em andamento, adota a perspectiva de que o desempenho da mulher nas “relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2003) e na socialização dos filhos são determinantes para o desenvolvimento do trabalho feminino. Com ênfase na divisão sexual do trabalho na produção dos gêneros, investiga como sua perpetuação atua na marginalização da mulher na sociedade de classe. Isso porque, o processo de proletarização não alterou a função procriadora do “ser mulher”, somente aumentou sua carga, duplicou seu trabalho e sua jornada na produção e reprodução da existência. Portanto, seria possível pensar o trabalho produtivo na sociedade capitalista sem considerar a dimensão reprodutiva do trabalho feminino? A metodologia selecionada para tal, de caráter qualitativo e exploratório, combina levantamento de dados com revisão bibliográfica, a fim de articular a discussão teórica às estatísticas sobre desigualdades de gênero na atual da realidade brasileira. Algumas das autoras que contribuem para a discussão são Heleieth Saffioti, Helena Hirata, Flávia Biroli, Claudia Mazzei e Elisabeth Souza-Lobo.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Trabalho Feminino. Capitalismo.

3. “GÊNERO, MIGRAÇÃO E TRABALHO: AS DESIGUALDADES NO PROCESSO MIGRATÓRIO” Josianny Soares Carvalho (UNIMONTES)

A mobilização feminina vem ganhando destaque nos novos estudos migratórios e estudos de gênero, pois problemas relacionados a preconceitos, salários inferior aos dos homens, condições precárias de trabalho e desigualdades de gênero são temáticas que têm sido discutidas em vários campos de pesquisa, e não é diferente no campo da migração. São inúmeras as motivações que impulsionam a migração feminina, pois a migração não é um fenômeno predominantemente masculino e apesar das dificuldades, como conciliar o serviço doméstico, emprego e família, os fluxos migratórios femininos têm crescido dentro e fora do Brasil. Este trabalho procura entender o fenômeno migratório a partir do Norte de Minas para centros urbanos e as desigualdades de gênero presentes nesse processo. A metodologia utilizada é de pesquisa qualitativa, trabalho de campo, entrevistas com homens e mulheres que já migraram e análise de trajetória.



Conceitos como espaço, trajetória, redes e desigualdades são fundamentais para a discussão teórica da migração, e se tratando de relações de gênero, entender essa dinâmica é fundamental. O objetivo, portanto, é compreender o processo migratório para o trabalho, fazendo assim uma intersecção entre questão de gênero e questão migratória enquanto um processo social que sempre existiu, mas que tem sofrido variações. Os resultados parciais demonstram que no fenômeno migratório as mulheres encontram maiores desafios que os homens. A discussão do trabalho gira em torno de uma comparação da experiência migratória de homens e mulheres, com o pressuposto de que as desigualdades de gênero também alcançam a migração. A trajetória das mulheres brasileiras contribuiu para diminuir alguns indicadores de desigualdades no Brasil, dentre eles o de renda, escolaridade e inserção no mercado de trabalho e a migração foi essencial nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Migração. Norte de Minas. Gênero. Desigualdades

4. “FORMAÇÃO BURGUESA E ESPAÇO URBANO EM SÃO PAULO” Osvaldo José da Silva (UNESP)

Este trabalho tem como objetivo construir uma descrição quanto à dimensão da Revolução Burguesa no Brasil, sob a ótica do cientista social Florestan Fernandes, demonstrando como a formação do pensamento burguês constituiu ações de ocupação do território físico espacial em São Paulo, e o mecanismo de acumulação primitiva do capital, desenvolveu as nuances de empoderamento das burguesias emergentes neste cenário econômico, político e social. A relação terá como eixo o artigo do autor: Luiz Augusto Maia Costa, intitulado Planejando Antes do Planejamento: Território e Cidade em São Paulo, 1880 – 1910. Neste artigo encontra-se claramente definido o movimento de ocupação do espaço territorial mediante a força do poder econômico da classe social burguesa em ascensão em São Paulo. Conclui-se que, apesar de serem concebidos em universos distintos, estes textos aproximam a análise das contradições sociais apontando de forma indissociável a gênese arqueológica da perene exclusão social no Brasil.

PALAVRAS CHAVE: Burguesia. Capital. Modernidade. Revolução.



5. “A CRÍTICA AO DIREITO DA PROPRIEDADE PRIVADA EM MARX” William Gustavo Rodrigues; Giovane Silva Balbino (DAMÁSIO EDUCACIONAL)

A presente pesquisa que propomos apresentar tem como essência de buscar um diálogo crítico sobre o direito da propriedade privada nas concepções filosóficas e teóricas das obras de Karl Marx, mas precisamente a partir de duas obras *Os Despossuídos* e *os Manuscritos econômico-filosóficos*. Abordamos essa pesquisa metodologicamente a partir das posições teóricas em relação à propriedade privada, buscamos evidenciar essa pesquisa com essa pergunta eixo, qual é a relação e o direito sobre a propriedade privada no sistema capitalista? Essa pergunta que inicia no discurso de ROUSSEAU (2008) e MARX (2010) a explorará reconhecendo que no desenvolvimento da propriedade privada há a efetivação/realização do estado de alienação dos indivíduos em relação às suas próprias forças naturais. É nesse sentido que o Direito baliza as reações da propriedade privada, uma vez que é defendida como um direito natural como por LOCKE (1991), como é positivado no plano interno como uma garantia fundamental. Assim, uma vez garantido o Direito da propriedade privada, o Estado engessa a estrutura social individualizando e segregando àqueles que são despossuídos em que MARX (2017) descreve fazendo relação com a “lei referente ao furto de madeira” na década de 40 do século XIX. Diante dessa estrutura engessada do Estado em relação à propriedade privada como Direito, os resultados que obtivemos são mais como hipóteses levantadas para formulamos à discussão. A primeira hipótese que levantamos é a relação da propriedade privada como o principal direito da sociedade burguesa, nesse instante percebemos que esse direito é na realidade o triunfo da exploração de indivíduo em relação aos outros indivíduos. A segunda hipótese que queremos levantar é o direito na esfera burguesa, como PACHUKANIS (2017) nos explica a relação do direito como produto essencial para o funcionamento do sistema capitalista, uma vez que ele é colocado ao lado da mercadoria. A discussão que queremos realizar com esse trabalho é a importância de discutir a questão da propriedade privada como direito, mas por que é direito de ter a propriedade privada? Nessa relação a nossa discussão em permeia numa crítica tanto em relação ao direito da propriedade olhando na esfera de uma mercadoria e como uma crítica fundamentada no diálogo com a crítica marxista sobre a propriedade privada.



PALAVRAS-CHAVE: Direito. Propriedade Privada. Capitalismo. Marxismo.

6. “AS EMOÇÕES EM AMBIENTES ORGANIZACIONAIS E O SERVIÇO PÚBLICO” Isabella Ladeira Furtado; Antonio Carlos Andrade Ribeiro (UNIFAL-MG)

O estudo das emoções busca explicar o fenômeno das emoções humanas e seus impactos na vida do indivíduo sob diversas perspectivas. As emoções são fenômenos complexos e têm sido objeto de análise por diferentes áreas do conhecimento, com aspectos, pressupostos e formas diversas de pensar o assunto. Teve origem na filosofia, com reflexões que datam de mais de dois mil anos, até o aparecimento de novas teorias psicológicas sobre a matéria, no fim do século XIX (BONFIM, GONDIM, 2010; FINEMAM, 2001). Filósofos e psicólogos colocavam que as emoções eram instintos básicos que deveriam ser controlados, pois podiam afetar a capacidade de tomar decisões dos homens. A abordagem social coloca a emoção como um elemento psicossocial, nas interações humanas rotineiras, considerando as expressões gestuais, posturais, verbais, faciais e motoras. Assim, a emoção, do ponto de vista sociológico, coloca que o mesmo gesto ou expressão facial pode ser interpretado de modo diferente, de acordo com as experiências sociais, em situações semelhantes, das expectativas pessoais, dos padrões sociais relacionados ao contexto em que se está inserido. Para as ciências sociais das emoções, as experiências emocionais de cada pessoa, sentidas e vividas por um indivíduo social, são resultados entre os indivíduos e a cultura e sociedade. Neste trabalho o tema das emoções em ambientes organizacionais é discutido para construir um quadro analítico que permite analisar sua manifestação no serviço público. Observa-se que as relações de trabalho e as organizações, principalmente públicas, vêm sofrendo mudanças. As aspirações dos cidadãos quanto aos serviços públicos a serem prestados têm exigido dos trabalhadores posturas que vão além da racionalidade e da impessoalidade. Neste contexto, no artigo será discutido o tema das emoções frente às organizações, demonstrando a importância de se considerar este componente que faz parte da vida dos indivíduos e que afeta o local de trabalho. Sugere-se que procedimentos de regulação emocional e flexibilização da jornada de trabalho sejam considerados como mecanismos para manter aspectos positivos ou mitigar os impactos negativos das novas demandas emocionais que o serviço público exige.



PALAVRAS-CHAVE: Emoções. Organizações. Serviço Público.

**GT 6. PARTIDOS POLÍTICOS, LEGISLATIVO E COMPORTAMENTO
ELEITORAL – Debatedor: Prof. Thiago Silame e Ms. Denisson da Silva Santos
Sessão 1 – 04/09/2018 – 14h às 17h**

**1. “PARTIDOS POLÍTICOS E SUA RELAÇÃO COM A ELEGIBILIDADE DE
MULHERES NA MESORREGIÃO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS” Isabela
Augustonelli (UNIFAL-MG)**

Neste trabalho propõe-se uma breve análise da inserção das mulheres na arena eleitoral. Para tanto, verificar-se-á como as políticas de cotas e os partidos políticos tratam a questão do gênero. Desde a redemocratização no Brasil, através da legislação eleitoral legitima-se o multipartidarismo. Essa característica tem por finalidade representar interesses dos diferentes grupos da sociedade brasileira. Sabendo da dificuldade histórica da inserção da mulher nos espaços públicos somado à pluralidade de partidos políticos que existem atualmente, como esses reagem às políticas públicas de gênero nas suas organizações? Isto é, como os partidos lidam com a questão do gênero, interna e externamente em relação às suas organizações. A pesquisa será realizada a partir de dados quantitativos retirados do sítio do TSE sobre as eleições municipais no Sul e Sudeste de Minas Gerais. Pretende-se elaborar indicadores considerando o número de candidaturas destinadas às mulheres, o desempenho eleitoral dos partidos que lançam e elegem mulheres, como também estratégias eleitorais dessas organizações considerando a política de cotas. Identificando os partidos que mais contribuem para atenuação do deficit democrático, bem como aqueles que menos atentam-se para esse problema. Como resultado da pesquisa, espera-se contribuir para elaboração de um diagnóstico sobre a atuação dos partidos políticos em relação à política de cotas por gênero na Mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais, buscando elucidar a configuração da representação feminina nas 146 (cento e quarenta e seis) cidades da referida mesorregião, abrangendo as eleições municipais de 2000 até 2016. Importante ressaltar que os dados apresentados e as inferências que serão traçadas ainda estão em fase inicial



de análise, não almejando, portanto, uma reflexão acabada, nem mesmo uma conclusão pronta no que se refere à discussão proposta.

PALAVRAS-CHAVE: gênero. partidos políticos. mulher na política. políticas públicas.

2. “A IMPORTÂNCIA DO LEGISLATIVO E A AVERSÃO QUE CAUSA NAS REDES SOCIAIS ONLINE: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO LEGISLATIVO E NÃO DE PRÁTICAS POLÍTICAS” Rodrigo Pimenta de Almeida Alves; Felipe Bandeira Netto (UFPA)

John Locke (1632 – 1704), ao falar sobre seus estudos políticos considera o Legislativo o órgão mais importante dentre todos que compõe o Estado (LOCKE, 1993), ele estabelece uma relação de interdependência subordinada na relação que o legislativo tem com os demais poderes que são parte integrante da engrenagem que move este Estado (GOUGH, 1992) e essa supremacia advém do poder que o legislativo tem de organizar e representar a sociedade civil. Este trabalho busca evidenciar esta importância do legislativo e a análise dos discursos políticos e comportamentos construídos e defendidos acerca do legislativo, que foram coletados na rede social Facebook. A pesquisa foi feita com jovens estudantes da escola média e universidade, com idades entre dezesseis e vinte e seis anos e ambos os sexos. Utilizando a análise do discurso nas postagens, pois, este tipo de análise “não restringe [...] somente ao nível linguístico, mas as amplia para o nível das relações sociais, que incluem os sujeitos e as relações de poder” (MILANEZ e SANTOS, 2009, p. 18). Assim analisaremos dos discursos que compõem compartilhamentos, curtidas e escritos, buscamos evidenciar que as pessoas negligenciam a importância do poder legislativo dentro da configuração política brasileira, no que tange a representatividade da sociedade civil e sua pluralidade. Demonstramos, assim, que há um grande receio, por parte dos estudantes; sejam estes de nível superior ou de nível médio, com a Câmara dos Deputados e Senado Federal e um desconhecimento sobre o real significado de existir um poder legislativo, suas funções e modo de agir. Desconhecimento que acaba gerando um sentimento de desconfiança e medo, um misto de raiva e desagrado, que são expressos em falas,



discursos, textos e comportamento político, quando na realidade, este sentimento deveria ser de representatividade democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Poder Legislativo. Facebook. Rede Social. Comportamento Político.

3. “UM ESTUDO NETNOGRÁFICO: O COMPORTAMENTO POLÍTICO NAS “VÉSPERAS” DAS ELEIÇÕES PRESIDÊNCIAS DE 2018 NO BRASIL: O FACEBOOK COMO FERRAMENTA DETERMINANTE DO COMPORTAMENTO POLÍTICO – COMO VOTA O ELEITORADO DA “ESQUERDA” E “DIREITA””
Felipe Bandeira Netto; Ingrid Magno da Silva; Rodrigo Pimenta de Almeida Alves (UFPA)

As comunidades online, cada vez mais são parte integrante da nossa vida, nosso dia a dia é descrito nelas, nossas preferências estão descritas no que curtimos e compartilhamos de modo sutil e quase imperceptível, elas foram se configurando com parte importante no processo de acesso ao mundo e escolhas feitas por nós e não percebemos na maioria das vezes sua importância nessas escolhas, (LIMA, 2009) e passamos a acreditar que somos nós, os únicos responsáveis por nossas decisões. As redes sociais são constantemente usadas para a interação, e possuem um potencial enorme quando se trata de atuar como incentivador nas transformações da sociedade, (MORBACH, 2014). Na política não é diferente, a influência que as redes sociais online têm sobre o indivíduo e seu poder de escolha e decisão, é grande e amplamente perceptível (BANDEIRA NETTO, 2016). Visando isso, buscamos neste trabalho perceber elementos dessa influência dentro da rede social online o Facebook dialogando entre a empiria e teóricos da ciência política, para, assim, traçar um prospecto de possíveis possibilidades dentro do campo político partidário das eleições presidenciais do ano de 2018, para tal, usaremos elementos descritos e percebidos em conversas, postagens, likes e compartilhamentos, dentro do Facebook, analisando esses posicionamentos e comportamentos políticos de eleitores nas fanpages dos candidatos à Presidência da República Federativa do Brasil. Estas análises se debruçarão sobre essa postura que compõe o dia a dia dessa rede social. Tentaremos demonstrar o quanto as atividades decorridas no Facebook tem o poder de influenciar, direcionar e decidir o



âmbito político; posicionamento partidário, escolha de partidos, propagação de ideias, e escolha do voto.

PALAVRAS-CHAVE: Netnografia Política. Política. Rede Social. Voto.

4. “DE VOLTA PARA O FUTURO: A BANCADA EVANGÉLICA E O NEOCONSERVADORISMO BRASILEIRO” Bruna Caroline Machado Gomes; Ailton Laurentino Caris Fagundes (UFCAT)

Maior que qualquer partido político que atua no Congresso Nacional, a Bancada Evangélica mostra-se uma das principais forças políticas do país. Formada por cerca de 90 parlamentares, entre deputados e senadores, ela se divide entre diversos partidos dos mais variados estados; com representantes oriundos de diversas igrejas, sobretudo das neopentecostais, esse grupo representa uma das mais importantes forças do conservadorismo brasileiro, atuando de forma coesa em temas relacionados às liberdades individuais, onde defendem bandeiras importantes para suas visões religiosas de mundo. Resultado do crescimento do protestantismo no Brasil e da inserção de diversas denominações religiosas na esfera pública e na política, a Bancada Evangélica é parte importante da guerra cultural por símbolos, códigos e estilos de vida no país. De acordo com Carneiro e Prandi (2018), 49% das justificativas dos votos favoráveis à abertura do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (mais de 90 parlamentares) incluíam argumentos pautados em questões relacionadas à religiosidade. Esse trabalho pretende analisar o surgimento e o crescimento desse grupo dentro do Congresso Nacional e, dentro da perspectiva do conflito político-cultural, compreender suas pautas fundamentais e por meio de dados colhidos no site da Câmara dos Deputados, levantar estudos através de autores contemporâneos que estudam a religião e a política buscando entender o surgimento e desenvolvimento desses que compõe essa frente parlamentar e, ainda, como exemplo ou estudo de caso, compreender sua atuação na votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

PALAVRAS-CHAVE: Bancada. Evangélica. Partidos. Políticos. Conservadorismo.



5. FOLHA UNIVERSAL E POLÍTICA: IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS E AS ELEIÇÕES DE 2010 E 2014. Willelm Martins Andrade Jardim; Fabrício Roberto Costa Oliveira (UFJF).

Este artigo concebe como objeto de estudo as relações entre política e religião, tomando como ator principal a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), uma das instituições religiosas mais atuantes na política institucional brasileira. Tal Instituição detém um grande poder econômico e possui uma série de veículos midiáticos através dos quais evangeliza, informa e se posiciona perante diversos temas, sejam eles públicos ou privados. Nossa pesquisa pautou-se pela análise do jornal “Folha Universal”, mídia impressa oficial da IURD de alcance nacional. Nosso recorte se situa nos períodos de julho a outubro das duas últimas eleições presidenciais - 2010 e 2014 - nas quais também estiveram em disputa os cargos de governador, senador, deputado federal e estadual. Esperou-se, com essa escolha, captar a especificidade de um jornal evangélico influenciado pelo “tempo da política” e, assim, contribuir para o debate sobre religião e política no Brasil. Nos dois períodos analisados, o jornal adotou uma postura na qual há a valorização do voto como principal meio de solucionar os problemas sociais. Notou-se, que no período eleitoral de 2010 a denominação utilizou o jornal como meio para fazer propaganda de seus políticos e influenciar as eleições presidenciais com matérias favoráveis a candidata à presidência Dilma Rousseff. Munidos com as concepções de campo e *habitus* de Pierre Bourdieu, entendemos que o campo religioso produz um capital especificamente religioso, mas que enquanto capital simbólico informa outros campos, no caso aqui pesquisado, o campo político. Consideramos que as estratégias da IURD tendem a este processo: informam a ação de seus fiéis no campo político através da mobilização de um capital simbólico gerado no campo religioso. Essa forma de abordar as questões políticas é deixada de lado nas eleições de 2014, na qual, em geral, o editorial optou pela não vinculação dessa classe de matérias.

PALAVRAS-CHAVE: Eleições. IURD. Neopentecostalismo. Política. Religião.

6. “O PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE OS GOVERNOS LULA, DILMA e TEMER” Velcimiro Inácio Maia (UFSJ)



Este trabalho descreve as posições do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na Câmara dos Deputados durante os anos de 2003 a 2017. O estudo utiliza os métodos da Análise de Redes Sociais (ARS) para identificar as relações de colaboração entre os parlamentares. As redes foram obtidas por meio da concordância em votações abertas e nominais de matérias legislativas ocorridas em Plenário durante os anos selecionados. As fontes de dados consistiram nas listas de votações disponíveis no site da Câmara. Para cada ano, as listas foram arranjadas na forma de tabelas, dispondo os votos de cada parlamentar segundo as matérias. A partir disso, por meio de código elaborado na linguagem “R”, calculou-se o grau de concordância entre cada par de deputados. O grau de concordância variou de 0 a 1, ou seja, se um par de parlamentares votasse de forma totalmente divergente em todas as matérias, o grau entre estes seria igual a zero; se votasse de forma totalmente convergente, seria igual a 1. A partir disso geraram-se as matrizes de adjacências visando à construção das redes. Os resultados permitem dizer que: (1) a configuração da Câmara dos Deputados foi marcada pelo aumento do número de partidos políticos; (2) nos últimos três anos a quantidade de votações abertas e nominais foi bem superior que nos anos anteriores, ou seja, houve uma atividade mais intensa em Plenário nos anos pré e pós impeachment e (3) o PMDB já se descolava do Partido dos Trabalhadores (PT) desde os últimos anos do primeiro mandato de Dilma Rousseff, tendo se aliado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) a partir de 2016. Os grafos obtidos pela técnica de redes mostraram a dinâmica relacional entre os diversos partidos políticos, mostrando como estes se agruparam ao longo do tempo. O rompimento do PMDB com o governo (PT) e seu alinhamento com o PSDB acarretou um novo perfil para o parlamento, fato que determinou uma forte polarização no decorrer de 2016, com dois grandes subgrupos antagônicos. Pode-se dizer que em 2016 ocorreu algo semelhante ao que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de ‘paralisia decisória’ para o caso do golpe de 1964 (SANTOS, 1986). O PMDB, principal partido aliado, já se afastava do bloco governista desde 2013, fato que contribuiu para a queda da governabilidade do governo Dilma em seu segundo mandato, culminando com seu impeachment em 2016. A partir de então, a estrutura relacional da Câmara se tornou mais polarizada e menos colaborativa.



Palavras-chave: Polarização política; Redes de colaboração; Impeachment; Partidos políticos.

GT 6. PARTIDOS POLÍTICOS, LEGISLATIVO E COMPORTAMENTO ELEITORAL – Debatedor: Prof. Thiago Silame e Ms. Denisson da Silva Santos

Sessão 2 – 05/09/2018 – 14h às 17h

1. “O SISTEMA PARTIDÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS” Zara Rego de Souza; Antonio Carlos Andrade Ribeiro (UNIFAL-MG)

Este trabalho tem por objetivo descrever a estrutura de competição do sistema partidário na mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais sob o prisma das eleições municipais ocorridas no ano de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016, com base nas medidas de tendência central e distribuição. Observamos o desempenho, a capacidade de mobilização dos candidatos, as relações de gênero, a quantidade absoluta e o número efetivo de partidos das 146 cidades que compõem a mesorregião analisada. Pretende-se assim, comparar ano a ano o resultado dessas cinco eleições municipais. Pouco se tem investigado sobre a atuação dos partidos políticos nas pequenas cidades do interior. Geralmente, a literatura destaca a fragilidade das organizações partidárias nas cidades que “rendem pouco voto” como consequência da imersão em contextos marcados fortemente por relações de dependência e fortemente hierarquizadas, além do fato de serem deixadas à deriva pelas cúpulas nacionais e estaduais nas cidades que apresentam menor ou nenhum potencial estratégico (RIBEIRO, 2013). Os dados analisados foram extraídos do sítio do TSE e tratados e organizados com o emprego de técnicas de análise quantitativa. O modelo de análise utilizado foi a comparação da estrutura de competição partidária ano a ano. Os resultados apontaram para a identificação de um padrão de competição estabelecido nas eleições municipais da mesorregião, permitindo a descrição do sistema partidário desse local, bem como suas principais tendências de comportamento organizacional.

PALAVRAS-CHAVE: Eleições Municipais. Sistema Partidário. Competição Eleitoral.



2. “SISTEMA PROPORCIONAL DE LISTA FECHADA: UMA ANALISE DOS DISCURSOS PARLAMENTARES SOBRE AS PROPOSTAS DE LISTA FECHADA NO PERÍODO DE 2007 ATÉ 2017” Thomas Marques da Silva (UNIFAL-MG)

O seguinte artigo tem como objetivo analisar os discursos realizados pelos deputados federais sobre as propostas de reforma política em especial a proposta de mudança para a lista fechada nas eleições proporcionais. A discussão sobre qual modelo de lista o Brasil deve seguir vem de muito tempo e pelas análises dos discursos vimos que pouca coisa mudou desde os discursos de Pedro Aleixo na defesa da lista aberta desde a constituinte de 1946. Para a realização da análise foi selecionado o período de 2007 até 2017, não apenas por passar por três governos diferentes, mais por conseguir captar os principais anseios de reforma política que vem influenciado por grandes acontecimentos que trouxeram à tona a pauta da reforma política com mais intensidade. Pela análise dos discursos proferidos pelos deputados é possível perceber varias singularidades, como a relação da defesa da lista fechada pelas deputadas de diferentes posicionamentos ideológicos, por verem nessa mudança institucional uma oportunidade para aumentar a ocupação feminina nos cargos públicos. Ou a defesa da manutenção da lista aberta proferida pelos deputados para que assim segundo eles se tenha uma melhor renovação dos mesmos, ou para que se impeça a formação de “caciques” políticos. A análise passa por três grandes picos de discussão, 2007, 2009 e 2017, as primeiras com influencia de grandes escândalos como o mensalão e a ultima com grande influencia com os desdobramentos da lava a jato. Desta forma podemos classificar e catalogar os tipos de discursos, e suas variáveis como os interesses partidários, os interesses de gênero, os interesses ideológicos e suas influencias nas tentativas de reforma política no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Lista Aberta. Lista Fechada. Reforma política.

3. “PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, ASSOCIATIVISMO E COMBATE À CORRUPÇÃO” José Vitor Lemes Gomes (UFJF)

INTRODUÇÃO: As leis de combate à corrupção eleitoral (9840/99 e 135/10) que resultaram de projetos de iniciativa popular evidenciam a existência de, pelo menos, dois tipos de comportamento político frente à corrupção no Brasil de hoje. Cidadãos dispostos a trocar o voto ou a votar em políticos notoriamente corruptos evidenciam um



comportamento permissivo em relação à corrupção. Cidadãos que se engajaram na coleta de assinaturas evidenciam um comportamento combativo em relação à corrupção. Esse trabalho tem como questão central a compreensão da coexistência das duas condutas diferentes e opostas frente à corrupção no Brasil, uma permissiva e outra combativa, identificando fatores e variáveis associados a cada uma delas. Consideramos a hipótese de que os diferentes modos de reagir à corrupção estão associados a fatores culturais e socioeconômicos, mais especificamente, ao controle diferenciado de recursos por parte dos cidadãos e seu grau de envolvimento em projetos coletivos (associativismo). Nesses termos, consideramos o comportamento político como um fenômeno associado à cultura política, à racionalidade econômica e à experiência associativa. O estudo de Putnam (2006) sintetiza as principais referências teóricas dessa tese, isto é, a Teoria da Cultura Política e a Teoria da Escolha Racional. Apresentamos ao longo da tese proposições teóricas e evidências empíricas difundidas na literatura especializada que reforçam a hipótese. **MÉTODO:** Realizamos um estudo de casos através de entrevistas individuais guiadas por um roteiro semiestruturado. A amostra foi composta por 16 cidadãos residentes em Juiz de Fora entre os quais oito informantes engajaram-se na coleta de assinaturas a favor das leis mencionadas e oito não se engajaram naquele projeto. **RESULTADOS:** O resultado reforça a suposição de que os dois tipos de comportamento político frente à corrupção estão associados aos fatores culturais, ao controle diferenciado sobre recursos socioeconômicos e à experiência associativa. **DISCUSSÃO:** Esse estudo sugere que a participação popular em projetos coletivos (associativismo) é um recurso estratégico. O associativismo pode viabilizar o aprofundamento da cidadania (CARVALHO, 2011), a intensificação da accountability (O'DONNELL, 1998) e as possibilidades de contestação popular, fatores que podem contribuir para o fortalecimento da democracia brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento político. Cultura política. Racionalidade econômica. Experiência associativa.

5. “O CONTROLE EM DETRIMENTO DA SEGURANÇA NA IMPLANTAÇÃO DO REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL (RIC) NO BRASIL” Fabiana Lopes Côrrea (UNIMONTES)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

O presente trabalho tem como objetivo discutir, ainda de forma exploratória, a implantação do novo registro de identidade civil (RIC) no Brasil. Para tanto, é fundamental compreender o objeto em questão estendendo a análise para além de sua característica utilitária e instrumental, mas interpretando-o como um artefato político, nos termos de Langdon Winner, com consequências para nossas práticas cotidianas e relações sociais, bem como um favorecedor das práticas de vigilância e controle. A princípio, priorizou-se como método para esta pesquisa a consulta bibliográfica para articulação teórica dos conceitos-chaves essenciais para a discussão da formação de uma sociedade de vigilância e controle. Trata-se da compreensão teórica de conceitos abordados por Langdon Winner, que discute os artefatos técnicos como instrumentos políticos e Feenberg que aborda a necessidade de compreensão do código técnico que compõe a produção material de quaisquer objetos, bem como as análises de Foucault e Deleuze. O desenvolvimento da presente pesquisa decorre da discussão acerca da adoção do RIC, que visa substituir documentos de identificação essenciais como o Registro Geral. A unificação de dados pessoais possibilita o cruzamento de dados com maior facilidade, logo, não invalida a ação de crackers. Ao contrário, favorecem que tendo acesso ao profiling (perfil), de determinado indivíduo um possível cracker acesse todos os seus dados de uma vez. Desse modo, um dos resultados da presente pesquisa é a percepção de que os indivíduos somente sejam envolvidos no sistema a critério de controle. Pode-se destacar ainda que o projeto vem sendo desenvolvido sem muita visibilidade visto que não houve promoção de plebiscito ou incentivo a discussões populares por parte do poder público. A falta de participação pública em espaços políticos contribui para a estabilidade das relações desiguais de poder, visto que não é possível questionar o uso do RIC sem compreender a política que nele é incorporada. Ademais, o RIC favorece a constituição da sociedade de controle descrita por Deleuze. Nela, o poder é exercido de forma subjetiva e ao livre, quer dizer, transcende os muros da prisão, da escola, do lar, logo, ultrapassa as dimensões que compunha a sociedade disciplinar descrita por Foucault. Ademais, a presente pesquisa pretende compreender como garantir nossa segurança sem que precisemos abrir mão de uma sociedade democrática, nos submetendo a vigilância constante.



PALAVRAS-CHAVE: Sociedade de controle. Vigilância. Segurança. Democracia. Registro de Identidade Civil (RIC).

6. “50 ANOS DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5. O GOLPE DENTRO DO GOLPE: REMEMORAR PARA NÃO REVIVER” Lucas Inácio Rodrigues; Willian Gustavo Rodrigues (UNIFEI)

Em 13 de Dezembro de 1968, o então presidente Artur da Costa e Silva emitiu o Ato Institucional nº 5, conhecido como AI-5, sobrepondo-se a Constituição de 1967, o qual ampliava os poderes dos militares e é o golpe definitivo para opressão do poder ditatorial. O AI-5 fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado; cassou mandatos de políticos em todas as esferas da federação; decretou estado de sítio; suspendeu habeas corpus para crimes políticos; cassou direitos políticos de opositores ao regime; cassou o direito de reunião e manifestação; limitou a atuação do poder judiciário, retirando suas garantias e sua independência inerentes ao cargo, para preservar somente suas funções enquanto magistrado. Ampliando assim a atuação do Ministério da Justiça e dos Tribunais Militares; ainda enrijeceu o poder de censura estendendo-se a imprensa, a música, ao teatro, cinema, televisão. Nossa pergunta central enquanto objeto de estudo é: qual o papel do AI-5 na mudança discursiva, por parte dos militares de defesa da democracia, com deposição de João Goulart para o discurso de defesa da segurança nacional? Neste sentido, é preciso analisar, como diz BARROS (2007) que com emissão dos Atos Institucionais, o Estado de Direito torna-se um Estado de Exceção. Ao se tornar um Estado de Exceção, com o fortalecimento do poder do Presidente/Ditador as violações de Direitos Humanos se tornam discrepantes, com perseguição, tortura e repressão, exílios e mortes como nos diz RIDENTI (2014) a qualquer um que atuasse contra o Regime, quando esses perceberam a dimensão que atividades dos militantes impactavam negativamente contra o Regime. O Estado se torna criminoso, na aplicação do AI-5, uma vez que suprime a possibilidade do debate no campo político, cerceando direitos individuais dos cidadãos que se colocavam contra o Regime civil-militar.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Ditadura Militar. Democracia.



7. “PARTIDOS POLÍTICOS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NO LEGISLATIVO EM VIÇOSA-MG, 1996-2016” Cristiane Rios Mendes (UFJF).

A sub-representação de mulheres na política institucional é uma realidade no contexto nacional brasileiro. Diante desse quadro, o objetivo do trabalho se concentra em analisar fatores que poderiam explicar a baixa presença de mulheres na Câmara Municipal de Viçosa-MG. O partido político foi o objeto principal desta análise, visto que, ele é apontado pela literatura abordada neste trabalho como sendo um fator importante e essencial para a entrada de candidatas/os na disputa eleitoral. Desta forma, a pesquisa foi desenvolvida considerando variáveis importantes para explicar esse fenômeno, tais como o número de candidatas/os; situação, ou seja, se foram eleitas/os ou não eleitas/os; sexo; partido político; coligações; ideologia partidária; competitividade das eleições; tamanho dos partidos. Os resultados da pesquisa indicam que a falta de mulheres no meio político está relacionada à competitividade das eleições. Entretanto, as hipóteses relativas à ideologia partidária, que apontavam que partidos de esquerda possuíam mais candidatas e eleitas, não se aplica a este caso estudado. Do mesmo modo, na análise da hipótese que os partidos considerados pequenos poderiam atrair um maior número de candidatas e consequentemente teriam uma maior quantidade de candidatas eleitas, também não apresentou resultado significativo no caso analisado. Diante de análises quantitativas aplicadas ao caso deste município, pode-se entender que as hipóteses evidenciadas durante a pesquisa bibliográfica podem não ter aplicabilidade no contexto municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Partidos políticos. Legislativo municipal.

GT 7. POVOS TRADICIONAIS – Debatedor: Prof. Dr. Vicente Cretton

Sessão 1– 04/09/2018 – 14h às 17h

1. “O BRANCO E O INDÍGENA: O QUE O CONTATO INTERÉTNICO REVELA SOBRE AS RELAÇÕES DE IDENTIDADE E ALTERIDADE?” Thabata Caroline Ferraz Alves (UNIFAL-MG)

Sabe-se que grande parte das populações indígenas há algum tempo não vivem mais isoladas do restante da sociedade ocidental/moderna. Mais do que apenas dividir, em certa medida, os mesmos espaços que os brancos, ou não-índios, esses povos



estabelecem relações com eles. Algumas relações são de cunho econômico, como aquelas dadas através de parcerias feitas com empresas que veiculam produtos dos mais diversos tipos, produzidos pelos indígenas dentro das aldeias. Outras são de cunho social, como por exemplo as de casamentos interétnicos. Partindo desses fatos como dados, alguns especuladores questionam se tais povos não estariam sofrendo um processo de aculturação e/ou “embranquecimento”, ou simplesmente tendo que lidar com as consequências negativas desse contato. Todavia, o que podemos perceber a partir da literatura antropológica de estudos amazonistas e indígenas a esse respeito, como os desenvolvidos por Lévi-Strauss, Eduardo Viveiros de Castro e Aparecida Vilaça por exemplo, é que o contato com a alteridade, com aquilo que é externo à vida na aldeia, nesse caso representada pelo branco mas que pode se estender à outras etnias ou até mesmo aos mortos, não é puramente negativo, já que como vários autores constataram, a alteridade desempenha papel constitutivo na cosmologia indígena e no Ser indígena. Sendo assim, é impossível que percam a sua identidade no convívio interétnico, já que a mesma não é fixa, e sim moldada e construída na relação com o Outro. Dessa maneira, afirmar um suposto “embranquecimento” indígena revela uma hiper-simplificação de sua lógica de vida, submetendo-a à uma noção euro-americana de cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Indígena. Contato. Alteridade. Identidade.

2. “A INFLUÊNCIA DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA MOBILIDADE TERRITORIAL E NA MIGRAÇÃO DO NORTE DE MINAS GERAIS” João Marcos Silva Moura (UNIMONTES)

Este trabalho tem como objetivo contribuir para os estudos da mobilidade territorial e o debate sobre a complexidade da questão socioambiental e de sua influência no processo de migração feita pelos povos de comunidades rurais e tradicionais do Norte de Minas. Discussões analisadas pelo Projeto Do sertão para outros mundos: as redes de relações sociais nos processos migratórios para o trabalho do/no Norte de Minas Gerais/FAPEMIG/UNIMONTES. Com o processo de modernização da sociedade e o crescimento industrial a migração se tornou estratégia de sobrevivência da população rural. A migração sazonal da população brasileira está relacionada com a luta pela busca



de melhores condições de vida, o que é explícito nas comunidades tradicionais do Norte de Minas. O caminho trilhado para estudar tal tema tem como metodologia, a pesquisa e levantamento bibliográfico nacional e regional, além dos relatos etnográficos e entrevistas feitas por pesquisadores do tema migração, especialmente os pesquisadores que tem como foco o norte de Minas. Os resultados obtidos, de acordo com Paula (2012), foi que as migrações no Norte de Minas Gerais são decorrentes do processo de povoamento da região, os grupos atingidos pela instalação dos grandes empreendimentos refletem a luta pela posse de terra, construindo uma perspectiva de injustiça ambiental e cultural. O capitalismo rural provocou a expropriação das comunidades tradicionais e a degradação ambiental, visível no Norte de Minas com o crescimento da pecuária extensiva, com os eucaliptais, parques e reservas naturais, minerações, monoculturas entre outros agronegócios e atividades expansivas. A conclusão que se chega é que os conflitos ambientais estimulam o fluxo migratório da população em busca de empregos e melhores condições de vida. O processo de modernização se relaciona então com incentivo do capitalismo rural, dando oportunidades para pequenos produtores, iniciando então a expansão territorial com a finalidade de adquirir mais lucros. A expansão territorial promove problemas ambientais, e encurralam as comunidades tradicionais pertencentes aos locais, além de impedir que essa população consiga a reprodução do modo de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Migração. Mobilidade territorial. Norte de Minas. Impactos socioambientais.

3. “SOBERANIA ALIMENTAR: UMA NECESSIDADE DOS POVOS” Gabriel Cosme Gonçalves Marques dos Santos; Maria Carolina Arruda Branco; Luiz Gustavo de Amorim Gonçalves (UNIFAL-MG)

O presente trabalho aborda algumas reflexões acerca da Soberania Alimentar, para isso, incorpora questões que estão relacionadas a esta temática seja de forma a contribuir para a sua consolidação e/ou fortalecimento político, ou que atue como um entrave para que esta venha a se concretizar. A princípio buscamos dar atenção a um quadro mais geral da formação social brasileira e as ações políticas e econômicas, que fizeram em um passado e que fazem no presente com que certas atitudes sejam tomadas acerca da terra.



Em um segundo momento o texto se centra em uma abordagem contemporânea do cenário agrário, buscando elucidar questões da disputa por espaços políticos de um lado e por outro, das mobilizações dos sujeitos que são atingidos por estas políticas. Exploramos a Soberania Alimentar como uma questão fundamental à existência dos povos tradicionais tanto de uma perspectiva da segurança alimentar bem como de autonomia. A questão da terra no Brasil hoje encontra-se na ordem do dia haja vista que em torno dela é que se concentra muitas das problemáticas que propomos estudar neste trabalho. Outras questões que é de suma importância para a nossa problemática é a Revolução Verde, situada historicamente no pós Segunda Guerra com a promessa de acabar com o problema global da fome, ela se pretendia modernizadora do campo, com capacidades potencializadoras de produção e com a promessa de acabar com a fome global no entanto como podemos notar ela trouxe ao centro do debate diversas outras possibilidades de pensar a alimentação e o alimento

PALAVRAS-CHAVE: Povos Tradicionais. Soberania Alimentar. Estado.

4. “TERRA E TERRITÓRIO: CONCEITO EM DISPUTA” Vicente Cretton Pereira; Maria Carolina Arruda Branco (UNIFAL-MG)

O presente trabalho trata por um lado da história de resistência dos povos indígenas no Brasil e por outro das diferentes noções de pessoas indígenas e não-indígenas sobre o que vem a ser terra e território. Partimos assim de um descompasso entre o que povos indígenas, grandes latifundiários, empresários da área de mineração e hidreletricidade e os autores da constituição de 1988 pensam sobre terra e território, e principalmente sobre o que seria o significado mais próximo da realidade da noção de “terra tradicionalmente ocupada”, que aparece na Constituição Federal (Art.231). Como trataremos de concepções diversas de terra e território, o trabalho começa por mostrar como tais diferenças têm ocasionado desde a chegada dos colonizadores conflitos de múltiplas intensidades entre atores indígenas e não-indígenas. Para aprofundarmos a compreensão acerca das razões e consequências destes conflitos focamos a investigação em três obras principais: A queda do céu: palavras de um xamã yanomami (Kopenawa e Albert, 2015); Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado (Pereira, 2016) e Influências Mebêngokrê:



cosmopolítica indígena em tempo de Belo Monte (Urueta, 2014). Estas três obras serão ilustrativas de três modos da tensão causada pela relação diferenciada que indígenas e não-indígenas têm com a terra (ou com o território), e servirão para ilustrar respectivamente a exploração de minério em TI's, os conflitos fundiários e a instalação de grandes projetos hidrelétricos nas proximidades de TI's.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Indígenas. Terras Indígenas. Ocupação tradicional da terra. Conflitos.

5. “OS JÊ MERIDIONAIS E OS DIFERENTES OUTROS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NO ENTRE-LUGAR” Tayná Bonfim Mazzei Mazza (UFU)

O presente trabalho tem como intuito discutir a história indígena da região do Triângulo Mineiro, sul de Goiás e norte de São Paulo durante o período colonial, apresentando a intricada relação entre Estado e os povos indígenas, com vistas a apresentar os contatos interétnicos e intertribais que se deram nesse período histórico para pensar a construção da identidade étnica. De acordo com os estudos arqueológicos e de história indígena, a região em foco foi ocupada por grupos da família linguística Jê, conhecidos na documentação do XVIII pelo termo “Cayapó”. Esses povos estabeleceram inúmeros contatos nesse período, seja com povos indígenas de diferentes etnias, sobretudo os povos da família linguística Tupi-Guarani, pelo seu fluxo migratório; seja com os não-índios, trazidos à região neste período a partir da expansão da economia mineradora, quando o “bandeirismo” já assinalava o seu motivo fundamental: a necessidade crônica de mão-de-obra indígena para a manutenção da agricultura paulista. Nesse sentido, apresenta-se o argumento de que a identidade dos Jê Meridionais jamais poderia ser dada em termos de uma unidade, na medida em que diante de diferentes agentes na história, acionaram diferentes identidades, num jogo consciente de escolhas e formas de se prelar a alteridade, constituindo uma complexa rede de relações entre esses índios e os diferentes outros. Acredita-se que é nas figuras complexas híbridas, que estão nos interstícios entre esses polos, no entre-lugar, que acessáramos as experiências intersubjetivas que nos permitem uma melhor compreensão das complexas realidades existentes. Também será discutida a hipótese apresentada por estudos recentes de cunho linguístico e histórico, apontando para a invalidez das crônicas de desaparecimento, de



que os povos da etnia Panará ou Kren-Akrore, localizados no Mato Grosso, seriam os seus descendentes dos Kayapó Meridionais. Trata-se, neste trabalho, de interpretar a história a partir dos vestígios documentais lidos sob a perspectiva da alteridade, com o aporte das teorias antropológicas clássicas e das teorias pós-colonialistas, buscando o constante diálogo entre a História, com o estudo dos conteúdos conscientes, e da Antropologia, com os estudos das formas inconscientes; uma vez que articuladas uma é complementar à outra, permitindo a construção de um quadro mais abrangente das dinâmicas indígenas e dos processos históricos vivenciados por essas populações.

PALAVRAS-CHAVE: Etnologia. História Indígena. Identidades. Entre-Lugar.

6. “CULTURA, CONSTRUÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA E DESENVOLVIMENTO EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DE POPULAÇÕES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA” Carlos Sérgio de Brito Moreira Júnior

Define-se como ribeirinha a população tradicional que mora nas proximidades dos rios e sobrevive da pesca artesanal, da caça, do roçado e do extrativismo (MORIM, 2014). Diversas pesquisas abordam o tema das comunidades tradicionais ribeirinhas no âmbito nacional e internacional, uma importante área de pesquisa está relacionada aos olhares sobre a realidade do ribeirinho (FONTENELLE, 2002); outros autores já abordam a questão Da importância da pesca (LIMA, 2012; DORIA, 2012; FREITAS, 2012; FABRÉ, 1998; ALONSO, 1998) e da agricultura e do desenvolvimento sustentável para essas comunidades (PEREIRA, 2008; CANDIDO, 2010); existem também um grande número de trabalhos relacionados à territorialidade (LITTLE, 2004) e aos conflitos ambientais relacionados à estas populações (CHAV, 2008; BARROS, 2008; FABRÉ, 2008). Regionalmente, em grande parte como referência se encontram os estudos de Rodrigues (2006), Machado (2009), Costa Silva (2010) Wawzyniak (2010). Em geral, pode-se dizer que estes autores se concentram mais na análise antropológica das construções sociais, históricas, arqueológicas e etnográficas da vida destas comunidades, fazendo uma análise construtiva e relacionando o seu desenvolvimento com a sua realidade e cultura, entendendo seu modo de viver e analisando suas características. Entretanto, ainda há poucos trabalhos acadêmicos na região norte e no



Brasil como um todo, que tratem das diferentes comunidades ribeirinhas a partir de uma análise etnográfica e antropológica. Podemos perceber que há muita generalização acerca das comunidades ribeirinhas, certos estudos antropológicos e sociológicos que delas tratam não fazem mais do que apenas apresentar características “gerais” e “universais” acerca destas, quando, dada a dimensão da região em que estas estão localizadas e a distância geográfica em que estão localizadas entre si e dos demais municípios da região, há de se admitir que estas, dependendo de suas próprias circunstâncias, apresentam características, cultura e construção social diferentes. Temos aí então um universo de comunidades e povos tradicionais que devem ser estudados levando em consideração suas particularidades, através de uma análise etnográfica, histórica e arqueológica. Tais estudos estão em falta na atual conjuntura, não se pode, é claro, negar a existência de vários que estão relacionados a este tópico, porém a diversidade destes povos é imensa, e a história da maioria permanece desconhecida. Portanto, é de suma importância ressaltar a importância de se entender a diversidade cultural dos ribeirinhos amazônicos. Para entender a diversidade cultural, é importante realizar o método comparativo, para tal, foi realizada pesquisa acerca das comunidades da Baía do Capim, município de Abaetetuba, sendo estas comunidades a do rio Caripetuba, Paramajó e Igarapé-Açú. Tendo isso em vista, é importante levar em consideração a situação destas populações, a maior parte das comunidades ribeirinhas amazônicas ainda vive em uma situação de isolamento, tanto geográfico quanto cultural, sem o acesso à energia elétrica, saneamento básico, coleta seletiva etc. Há uma espécie de marginalização destas populações. Além disso, é importante se pensar em meios para o desenvolvimento e subsistência destas populações, sua estreita ligação com a natureza traz à tona um forte debate acerca do desenvolvimento sustentável, o desmatamento, a poluição e diversos outros fatores.

PALAVRAS-CHAVE: Ribeirinha. Amazônia. Comunidades. Desenvolvimento. Sustentável.

7. “A ANTROPOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS EM SAÚDE NA POPULAÇÃO RIBEIRINHA DE IGARAPÉ-MIRI/PA” Ana Paula de Brito Oliveira (UFPA)



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

A população ribeirinha caracteriza-se por seu grande conhecimento acerca da natureza, possuindo uma cultura rica, com hábitos, valores e costumes específicos. Antigamente as práticas tradicionais e populares de cura eram predominante, até o surgimento da medicina científica, que atualmente tenta implementar seu saber como ímpar e a única ciência capaz de explicar as doenças e curas, afastando cada vez mais a interação dos saberes populares. Tendo em vista que o acesso à saúde pública é um direito de todos e dever do Estado, garantido pela Constituição Federal de 1988, há um grande desafio para formulação e implementação de políticas públicas de saúde levando em consideração as características das diversidades populacionais brasileiras, neste sentido é importante entender que a antropologia da saúde é de suma importância para a formação da relação entre o processo de saúde-doença e as práticas de saúde, onde tem como fundamento que as práticas de qualquer sistema médico devem ser observadas e formadas com as construções socioculturais, tornando-a um conhecimento aberto e passivo de se recriar através dos conhecimentos tradicionais e reconhecendo sua identidade sociocultural, portanto sendo capaz de possibilitar uma melhor preparação dos profissionais de saúde com perspectiva da etnoconservação. Os ribeirinhos como população tradicional da Amazônia, são moradores das florestas e das margens dos rios, que também se caracterizam por sua diversidade mítica e sua relação homem-natureza. A população ribeirinha de Igarapé-Mirim enfrentam dificuldades acerca da prestação de políticas públicas essenciais e de direitos, principalmente no acesso aos serviços de educação e saúde. Este trabalho baseia-se em um relato de experiência e segue a linha de utilização conceitual de autores relevantes ao tema, utilizando a análise de dados primários e secundários, in locus, a utilização do recurso etnográfico com a observação dinâmica participante e a coleta de dados em formato diário, quanto aos dados secundários, utilizamos informações oficiais oriundas de institutos do Governo Federal, Estadual e Municipal. O presente trabalho pretende analisar e discutir a respeito da importância da antropologia para a proteção das práticas tradicionais de saúde, conhecimento territorial e sociocultural para uma formulação de prestação e promoção de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Ribeirinhos. Antropologia. Saúde. Práticas.



8. “O DIREITO À IDENTIDADE ÉTNICA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E DA PROPRIEDADE COLETIVA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E TRIBAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS EFEITOS DAS SENTENÇAS PROFERIDAS PELA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS”

Ricardo Guerra Vasconcelos (PUC-Mg)

O presente trabalho tem como objetivo analisar as principais decisões proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação as populações indígenas e quilombolas. A Corte Interamericana de Direitos Humanos é um órgão judicial internacional independente e autônomo do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, com competência judicial para Estados que ratificaram a Convenção Americana de Direitos Humanos e que reconheceram, por declaração a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, como também, consultiva para todos os Estados membros e órgãos da Organização dos Estados Americanos. Assim, a questão será abordada tendo como objeto de estudo o desenvolvimento e concretude da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto ao direito à identidade étnica das Comunidades Quilombolas, bem como, quanto ao direito à propriedade coletiva das Comunidades Indígenas e Tribais. Depois de feita esta primeira análise, posteriormente será efetuado estudo do impacto destas decisões, tanto em políticas públicas como na jurisprudência doméstica brasileira e na legislação federal. Ressalta-se que parte-se da hipótese de que deverá haver impacto no âmbito nacional doméstico das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sejam das sentenças que foram proferidas em relação ao Estado brasileiro, como também, em função das também sentenças que foram proferidas em relação a outros Estados, neste caso, que ratificaram a Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada, Pacto de São José da Costa Rica. A base teórica que embasa a hipótese acima, se fundamenta no efeito das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ou seja, sua autoridade de coisa julgada e interpretada, no âmbito do controle de convencionalidade necessário e imposto pelo status da Convenção Americana de Direitos Humanos no direito brasileiro e, ainda, em razão da efetividade e imperatividade dos direitos humanos. Ressalta-se que há uma característica própria destas sentenças que se circunscreve não apenas em medidas de cunho indenizatório,



mas principalmente em medidas de reparação, estas, deveras motivadoras de políticas públicas, legislativas e judiciais.

PALAVRAS CHAVE: Quilombolas. Indígenas. Tribais. Sentença. Corte Interamericana.

GT 8. SUBJETIVIDADE, MÚSICA E JUVENTUDE – Debatedor: Prof. Lucas Cid Gigante

Sessão 1– 04/09/2018 – 14h às 17h

1. “A MÚSICA COMO VIA DE EMANCIPAÇÃO SEGUNDO THEODOR W. ADORNO” Rafael Ribeiro de Almeida (UESC)

Nossa pretensão é abordar o conceito de Indústria Cultural, desenvolvido na Dialética do Esclarecimento por Adorno e Horkheimer, a qual anula o indivíduo transformando-o em pseudoindivíduo, e, ao acabo, apresentar a arte, mais especificamente a música, enquanto possível forma de resistência à lógica de mercado. A Indústria Cultural através da racionalização da produção e da difusão de bens culturais, coloca-se o objetivo de integrar a massa à ordem social vigente. O elemento decisivo é a racionalização, tanto de sua produção (planejamento e padronização dos produtos) quanto de sua difusão (aparato técnico). O planejamento está relacionado com a probabilidade de êxito comercial e diz respeito à antecipação das regras que orientam a fabricação do produto, antes mesmo de sua fabricação propriamente. O desdobramento disso é a padronização dos produtos (uniformização e estigmatização), sendo, então, a cultura de massa toda ela idêntica. Ao cabo, a racionalização da difusão refere-se ao amplo aparato técnico formado pelo cinema, rádio, televisão etc, o qual aproxima os interesses dos produtores culturais com os de outros setores econômicos, cuja busca última é o lucro comercial. Neste sentido, o sujeito envolvido na lógica da Indústria Cultural tem sua autonomia mercantilizada, restando-lhe, apenas, a anulação de sua individualidade: vê-se, então, como pseudoindividualidade. Contudo, de acordo com Adorno, é possível uma possibilidade de resistência a esta lógica, qual seja, a arte séria: esta propicia a reflexão do sujeito e sua emancipação desta condição de mercantilizado. Afinal, no que consiste a arte séria? A arte séria (a música) propicia a reflexão ao negar a finalidade social



dominante. Quer dizer, ao invés do artista sujeitar-se à lei do mercado, na obra de arte séria a finalidade é interna e não externa (que reside nos produtos da Indústria Cultural), como é caso do compositor Arnold Schönberg, que faz oposição à finalidade exterior à obra, e permanece, assim, na fidelidade interna do próprio material artístico. A música, segundo Adorno, é compreendida como possível resistência na medida em que incita (retoma) a reflexão do sujeito e sua emancipação desta condição de mercantilizado. Neste sentido, nosso objeto é apresentar a arte, mais precisamente a música, enquanto resistência à lógica de mercado da Indústria Cultural (a qual produz pseudoindivíduos), segundo a perspectiva de Adorno no livro *Dialética do Esclarecimento*.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria Cultural. Pseudoindividualidade. Racionalização. Arte séria. Sociologia da Música.

2. ““A VIDA É DIFERENTE DA PONTE PRA CÁ”: IDENTIDADE E DIFERENÇA NOS RAPS DOS RACIONAIS MC’S” Venício Raimundo Custódio Júnior (UNIFAL-MG)

Tomando como referência os raps dos Racionais MC’s, que tematizam a realidade do jovem negro brasileiro, pretende-se evidenciar como alguns elementos identitários emergem em seu trabalho. Por meio da análise destas canções, a hipótese aponta em uma formação identitária e cultural advinda e influenciada pela experiência da Diáspora Negra, perceptível por meio de símbolos específicos que elencam o universo musical criado pelo grupo. Logo, estas canções contribuem diretamente para um certo estilo de vida, uma vez que o rap é referência para jovens do mundo todo. O intuito é explorar alguns elementos que colaborem na interpretação deste estilo de vida e da identidade cultural vinculada a este. Utiliza-se instrumentos da sociologia da cultura, historiografia da música popular e crítica literária na interpretação das músicas, como narrativas criadoras de representações, sem cair na armadilha de pensar o conteúdo relatado como fatos relacionados puramente a ordem do concreto e do real. As canções do grupo ressaltam novas formas de pensar a cultura negra e as condições de existência dessa população no Brasil, comprometendo-se com temas que permeiam esta juventude, apresentando uma postura combativa, proporcionando a esses agentes novas formas de representação e de se verem como protagonistas da sua própria (r)existência. Assim se



estabelece a dialética da cultura popular negra advinda da experiência da Diáspora: movimentando-se entre contenção e resistência. Dessa forma, o artigo explora as formas de representação contidas nos rap, baseados em elementos de caráter identitário que evidenciam as diferenças existentes em entre jovens negros e agentes de outros setores e outras culturas, e, como a realidade social e as maneiras de se identificar se constroem em termos culturais para estes, fugindo de interpretações pretensiosamente essencialistas que se fundam em características físicas e limites territoriais.

PALAVRAS-CHAVE: Representações. Cultura negra. Diáspora Negra. Identidade Cultural. Rap.

3. “REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MÚSICA: ESTABELECENDO CONCEITOS” Gregor Castro Erbiste; Leonardo Turchi Pacheco (UNIFAL-MG)

Esse trabalho tem por objetivo realizar uma discussão do que seria o conceito de Representações Sociais da Música. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica interdisciplinar acerca do tema de modo a definir o que seriam os conceitos de Representações sociais e Fazeres musicais, assim como faz Arroyo (1999). Dessa forma, o conceito sócio-antropológico de “representações sociais” se refere ao saber conceitual e prático construído e compartilhado coletivamente. As representações sociais edificam a realidade, sendo compreendidas no senso comum como formas naturalizadas de significado. Tendo suas origens na Antropologia e na Sociologia e, ainda que seja difícil precisar uma definição conceitual, entende-se por representações sociais, um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais (fala, gestos, encontro no universo cotidiano, observações e análises, interpretações), e fruto do sociocultural. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistema de crenças das sociedades tradicionais: podem também ser vistas como uma "versão contemporânea do senso comum" (OLIVEIRA; WERBA, 2009, p. 106); como o posicionamento da consciência subjetiva nos espaços sociais, segundo Moscovici (1978); ou ainda, segundo Minayo (1995), como categorias de pensamento que reproduzem a realidade, explicando-a, justificando-a e questionando-a, de modo que, elaboradas e partilhadas socialmente, guiarão o comportamento e as interações dos indivíduos com o meio, modificando a



ambos. Já o conceito de Fazer Musical é construído por Arroyo (1999) e entendido a partir da junção de outros autores de modo a evidenciar as questões de sociabilidade e espacialidade existentes na prática musical. O presente trabalho almeja, para além, abordar outros aspectos atrelados à prática musical, como complementação para as definições propostas pela autora, e presentes na literatura sobre o tema. Sendo assim, a compreensão desses conceitos, corroboram para o estabelecimento das bases para o entendimento do que viriam a ser Representações Sociais da Música.

PALAVRAS-CHAVE: Música. Sociabilidade. Comportamento.

4. “PODER, AMIZADE EM REDES INTRA-ORGANIZACIONAIS: O CASO DE UM GRUPO MUSICAL DE UMA UNIVERSIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS” Antonio Ribeiro; Gregor Castro Erbiste (UNIFAL-MG)

Neste texto analisamos a interação entre emoções, relações interpessoais de poder e relações de amizade em um grupo musical de uma universidade do interior de Minas Geras, com base na percepção dos membros dessa organização. Buscamos investigar a existência de causalidade entre as percepções sobre pessoas poderosas e relações de amizades, controlando os efeitos de atributos individuais sobre a seleção de amigos e a percepção de poder no âmbito desse grupo musical. Nosso objetivo foi o de explicar os determinantes na formação de redes intra-organizacionais de poder (perceber alguém como poderoso) e de amizade (perceber amizade entre e ser amigo de) em redes dentro de organizações. Os dados analisados foram coletados por meio de um questionário que perguntou sobre atributos relevantes dos atores, tais como: formação acadêmica, idade, sexo, função formal desempenhada no grupo, estágio na formação musical, afiliação institucional e religião. Além disso, o instrumento de pesquisa solicitou respostas a três questões sociométricas para identificar relações de poder e de amizade. As análises dos dados foram orientadas por três hipóteses: 1) Indivíduos são mais prováveis de ter amizade com pessoas percebidas, por ele ou pelos outros, como poderosas; 2) Indivíduos são percebidos como poderosos quando tem amizade como pessoas poderosas; 3) Pessoas percebidas como mais poderosas tendem a buscar amizades entre si. Os resultados mostram que o status ser poderoso encontra-se influência as relações de amizade na orquestra, confirmando as 3 hipóteses.



PALAVRAS-CHAVE: Poder. Amizade. Trocas Sociais. Redes intra-organizacionais. Análise de Redes Sociais.

GT 9. GÊNERO E SEXUALIDADE – Debatedor: Prof. Elias Gomes; Prof. André Luiz Sena Mariano; Ana Clara Couto.

Sessão 1 – 06/09/2018 – 14h às 17h

1. “A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA SEXUALIDADE NA SOCIEDADE PÓSMODERNA” Caroline Cristina Caetano; Carlos Tadeu Siepierski (UNIFAL-MG)

A questão da construção da identidade na sociedade moderna tem se evidenciado na contemporaneidade. Diversos conceitos tornaram-se voláteis na modernidade, dentre eles a concepção de sexualidade, e é nesse enredo que a presente pesquisa está ancorada. Propomos investigar, a construção da identidade contemporânea com foco na fluidez da sexualidade. A investigação, ainda em curso, se subdivide em dois momentos, sendo o primeiro momento por intermédio de revisões bibliográficas de diferentes perspectivas teóricas referentes a construção identitária moderna, descortinando a transição entre a arcaica estabilidade na construção dos sujeitos e a liquidez presente na filosofia pós-moderna, que torna os sujeitos instáveis, e no segundo momento, através de pesquisa de campo. Surge então, a necessidade da compreensão do surgimento desses novos sujeitos, e suas implicações no mundo social.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Sexualidade. Liquidez. Pós-modernidade.

2. “PROGRAMA AMOR & SEXO E OS PROCESSOS SÓCIO-HISTÓRICOS DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA” Carla Marina Neto das Neves Lobo (UFF)

O presente estudo tem por objetivo refletir como os processos sócio-históricos para a construção de gênero estão inseridos no Programa Amor & Sexo. Partindo desse questionamento tomamos por base os 82 episódios que constituem as dez temporadas do Programa, exibidos no período de agosto de 2009 a março de 2017. Visando identificar como os processos sócio-históricos para a construção de gênero fazem-se presentes nas pautas dos episódios do Programa, nossa abordagem utiliza Scott (1990),



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

Bourdieu (2002), Costa (2005), Hirata (2014), entre outros autores para compreender questões específicas acerca da sexualidade e relacionamento. Avanços e movimentos, promovidos no século XX, em torno do reconhecimento da mulher e de sua capacidade de produzir e participar ativamente na sociedade chamam atenção às políticas de fortalecimento e empoderamento do papel da mulher na sociedade. A exigência das políticas internacionais nos anos 90 a países em processo dinâmico de reconstrução e desenvolvimento, com apoio dos países desenvolvidos, em torno da formalização da equidade, redução da pobreza, promoção do crescimento, construção de um modelo de governo que respeite os direitos humanos e promova o desenvolvimento sustentável, percebe que o peso dessas ações está na emancipação da mulher, na sua capacidade produtiva e ativa na participação da organização do País e, para tal, faz-se necessário a equidade nas relações de gênero. A população feminina é maior em termos de solicitação de serviços gerais, como educação, formação, saúde e proteção social. Neste sentido, o Programa assume o papel de prestadora de serviços ao repensar o papel da mulher na sociedade do século XXI e problematizar o discurso hegemônico de procriadora e cuidadora da família. Ao fazê-lo assume também o papel de produtora de um novo discurso. A lógica heteronormativa percorre as temporadas ao estabelecer a diferença entre os sexos masculino e feminino. Perpassam nas pautas do Programa as conquistas presentes nas três ondas do movimento feminista no Brasil assim como, nas últimas temporadas, visa subsidiar a construção de práticas humanizadoras e emancipatórias ao apresentar a diversidade da identidade humana. Conclui-se que o aspecto educativo do programa merece atenção constante, revelando que a discussão sobre os temas em torno do eixo central, Amor & Sexo, é tratada de maneira prescritiva e descritiva a cada temporada, sem aprofundar os impasses do discurso em torno dos temas analisados.

PALAVRAS-CHAVE: Processos Sócio-históricos de Gênero. Programa Amor & Sexo. Sexualidade e Relacionamento.

3. “AS IDENTIDADES DE GÊNERO DITAS "INCONFORMES" E A ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO NUMA UNIDADE DE ENSINO DA REDE ESTADUAL DE ALFENAS - MINAS GERAIS NO ANO DE 2018” Lucas Soares Miniussi; Carolina



Stéphanie Rodrigues Gonçalves; Zara Rego de Souza; Gregor Castro Erbiste; Samira Cristina Silva Pereira; Jonas Gabriel Bendassoli Roque (UNIFAL-MG)

Este trabalho tem por objetivo analisar como a questão da identidade de gênero aparece no contexto escolar de uma escola estadual da cidade de Alfenas, Minas Gerais. Os resultados foram elaborados através da utilização de técnicas do método qualitativo. Buscamos verificar a existência de estudantes, equipe técnico-gestora e professores(as) transexuais e travestis; observar quais as condições de uso do banheiro para essas pessoas; analisar os livros didáticos de biologia e sociologia para saber como neles é tratada a questão de identidade de gênero; analisar o Projeto Político-Pedagógico da escola com o intuito de saber se a escola se descreve como uma escola inclusiva, e se essa escola leva em consideração a inclusão de pessoas transexuais e travestis no que se refere a socialização dessas pessoas em seu ambiente, nos mais diversos aspectos. Com isso, foi possível traçar algumas características acerca da escola, no que tange a questão da inclusão, e sua relação com a noção de travestilidade e de transexualidade. Atentamos para a não presença dessas pessoas, tanto no espaço escolar observado, quanto no que parece ser o projeto de inclusão da escola, o que nos levou a concluir que os espaços escolares, em relação a esses sujeitos, têm atuado, em sua imensa maioria, como "[...] maquinarias de violações, nada mais [sendo] que um instrumental para silenciar sexualidades, bem como para despojar os 'desvios' de espaços de poder" SANTANA; POLIZEL; MAIO, 2016, p. 8). Assim, a partir das considerações levantadas, podemos concluir que as políticas e práticas educacionais da instituição escolar ora perscrutada precisam avançar (sempre) em direção à inclusão das identidades de gênero ditas "inconformes", ou, ao menos, em relação a elas.

PALAVRAS-CHAVE: Identidades de gênero. Escola. Inclusão escolar. Exclusão.

4. “DINÂMICAS HOMOCONJUGAIS E O ARBITRÁRIO DO ESTADO: ENTRE A NORMALIZAÇÃO E A INCONFORMIDADE” Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves (UNIFAL-MG)

De fato, os recentes debates sobre o casamento e o parentesco de lésbicas, gays, bissexuais e pansexuais (quer sejam estas orientações afetivo-sexuais vivenciadas por pessoas transgêneras ou cisgêneras) figuram no debate como lugares de intensas e



densas disputas, quer no sentido de impedir o Estado a dar reconhecimento a parceiros ou parceiras de mesmo gênero, quer, em sentido diametralmente oposto, de exigirem o Estado a dar tal reconhecimento. Inserindo-se neste debate, o objetivo deste trabalho é examinar quais seriam os possíveis riscos e armadilhas de se defender a legalização de novas formas legais "homoafetivas", como o casamento civil igualitário (popularmente conhecido como "casamento gay"), por meio da procura do Estado para conferir este reconhecimento. Nosso diálogo, de bases qualitativas, tem Judith Butler (2003) e sua crítica à desejar-se o desejo do Estado, Richard Miskolci (2007), e, ainda, Ricardo A. Coitinho Filho (2015) que visualiza na nomeação "homoafetivo" e na consequente sublimação da sexualidade com a qual essa operaria (em detrimento da categoria homossexual), a apoteose de celebração das práticas legitimadoras e ajustadas ao familismo e à moral. A partir destes nossos interlocutores, e por meio de uma reflexão histórica, observaremos que o tema do casamento, bem como que a emergência do(a) homoafetivo(a) como uma construção nominal (em detrimento da categoria homossexual), surgem historicamente como resposta do ativismo "LGBT+" à eclosão da Aids a partir dos anos 80. O argumento central, de forte influência butleriana, é o de que a reconfiguração pela qual passara o ativismo "LGBT+" a partir da década de 1980, teria levado ao enquadramento dessas relações heterodissidentes em padrões normativos e ao não questionamento dos termos nos quais o debate está posto. Assim, concluiremos que não se trata de tomar posição contra ou a favor no debate sobre o "casamento gay", mas antes, de rastrear as contradições a que podemos ser submetidos ao demandarmos, para alianças heterodissidentes, os poderes de normatização e normalização estatais.

PALAVRAS-CHAVE: Casamento Civil Igualitário. Homoafetividade. Estado.

5. "CIDADANIA E GÊNERO: A IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOAS TRANSEXUAIS" Lucas Henrique Sousa (UNIFAL-MG)

A cidadania é um projeto coletivo que reivindica a relação entre direitos e deveres dos indivíduos. Ela precisa ser pensada a partir de sua historicidade, pois está articulada com uma configuração social específica. Nesse sentido, podemos afirmar que a qualidade do que se entende por ser cidadão/cidadã está intrinsecamente vinculado com



uma forma específica de se entender o que é a pessoa humana. Os fatores morais compartilhados socialmente, e que permitem entendermos o Outro como cidadão/cidadã, podem ser analisados a partir da perspectiva que desloca os engendramentos normativos que os indivíduos são sujeitos. Pensa-se, portanto, a importância que possui os documentos de identificação civil na modernidade, pois possibilitam, além de identificar os indivíduos, vinculá-los a um conjunto de valores que são compartilhados dentro do Estado-nação. Assim, a problemática da dificuldade que pessoas transexuais possuíam para a retificação de seus documentos possibilita pensar esses engendramentos normativos da categoria “cidadania” a partir da perspectiva de gênero e com a aprovação da mudança do nome e do “sexo” nos documentos sem processo judicial pelo Supremo Tribunal Federal (STF) demonstrou mais uma vez a importância desses papéis oficiais na vinculação de sujeitos ao Estado-nação. Além disso, a problemática aqui em cena possibilita-nos pensar também as implicações no âmbito da dificuldade de acesso aos direitos, bem como o processo de abjeção de certas vidas menos possíveis de serem vividas.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Documentos. Gênero. Transexualidades.

6. “UMA BREVE REVISÃO SOBRE A TUTELA JURÍDICA DOS TRANSEXUAIS: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO”. Luiza Cotta Pimenta (UFJF).

O trabalho apresenta uma breve exposição sobre a evolução da questão de gênero na antropologia desde Margareth Mead até o desenvolvimento da Teoria Queer por Judith Butler, quando a desconstrução das identidades atribuídas ao gênero conduz a um questionamento sobre a própria necessidade da dualidade entre homem e mulher. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que verificamos que em disciplinas como a antropologia o sexo biológico não é mais a referência na totalidade da conformação sexual do indivíduo, no direito ainda se identifica um “atraso” tanto nas posições doutrinárias sobre o tema, quanto nas decisões judiciais que permeiam a realidade dos indivíduos transexuais. A situação do indivíduo transexual é usada como forma de situar o descompasso no tratamento da questão da identidade de gênero nas duas áreas supracitadas, principalmente quando se considera que a dignidade social do indivíduo transexual não deve ser valorizada



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

apenas no plano abstrato, quando se tem em consideração uma coletividade, mas também no plano individual, naquele sujeito enquanto ser corporificado, real. A metodologia de pesquisa constitui-se de uma revisão bibliográfica de textos relacionados ao tema tanto na área da antropologia, quanto do direito. A temática de gênero vem sendo cada vez mais discutida por vários setores da sociedade, e, ao mesmo tempo em que as possibilidades de reconhecimento das vivências de gênero para além da dicotomia homem/mulher se expandem em algumas cenas, ainda é possível encontrar setores de destaque para a coletividade que apresentam sérias limitações e mesmo “retrocessos” diante da questão.

Este trabalho foi estruturado tendo como paradigma uma evolução temporal dos conceitos de sexo e gênero no campo da antropologia, sendo que em um segundo momento são expostos certos posicionamentos do mundo jurídico que são incompatíveis com a noção de transexualidade enquanto uma das várias possíveis manifestações de gênero, e, que assim como todos os indivíduos integrantes da sociedade, merecem a devida tutela estatal fundamentada em motivos racionais e objetivos, para além da religião, da biologia e da dicotomia homem/mulher.

O objetivo deste trabalho é demonstrar que ainda existem posicionamentos no campo do direito que são divergentes do que foi construído ao longo dos anos no campo da antropologia quando se considera a moderna teoria de gênero. Nesse sentido, considerando o conhecimento sobre sexo e gênero desenvolvido por relevantes autoras como Margareth Mead, Simone de Beauvoir e Judith Butler ao longo dos últimos quase 100 anos, é possível estabelecer um marco teórico que permite identificar posições no direito que não atendem satisfatoriamente ao público transexual em suas demandas judiciais.

O questionamento dos papéis até então atribuídos ao homem e à mulher na sociedade se inicia na antropologia a partir dos estudos promovidos por Margareth Mead que, ao adotar a metodologia da pesquisa de campo, investigando as sociedades tribais do Pacífico Sul, notou existir um fator cultural que supera o biológico quando se fala em “sexo” (quando ainda não existia a noção de gênero).

A contribuição de Simone de Beauvoir também permitiu a expansão da discussão sobre sexo e gênero e, mais tarde, Judith Butler - com a sua famosa obra “Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade” - superou todos os paradigmas, reposicionando a questão de gênero e situando os aspectos relativos ao sexo, gênero e sexualidade como chave de interpretação para os conceitos que formam a moderna Teoria de Gênero.



Em contraposição à notável evolução dos conceitos de sexo e gênero no último século nas ciências humanas e sociais e à própria superação do aspecto biológico como determinante da manifestação de gênero, ainda existem autores na área do direito que apresentam uma visão abstrata dos indivíduos enquanto meros receptores passivos dos comandos legais, assim como ainda persistem certos posicionamentos emanados por magistrados em suas sentenças e acórdãos que ainda se encontram refratários ao conhecimento adquirido em torno do gênero.

A escolha dos artigos jurídicos e decisões que integram este trabalho se deu a partir de uma busca nas bibliografias indicadas em programas de mestrado em direito civil da USP e da UERJ no ano de 2017, selecionando especificamente aqueles das áreas de direito de família, bioética, direitos de personalidade e direito civil-constitucional.

O que se busca concluir é que diante do que se conhece em antropologia sobre gênero e sexualidade ainda não foi absorvido totalmente por algumas áreas do direito, resultando em posicionamentos e decisões judiciais que não são compatíveis com as necessidades dos indivíduos transexuais, entendendo-se por transexuais aqueles que tem uma identificação e uma manifestação de gênero diversas do que foi estabelecido socialmente para o sexo biológico que ostentam.

Uma vez que a transexualidade nada mais é do que um ser, é apenas uma das infinitas formas de manifestação de gênero, o tratamento destes indivíduos como portadores de uma doença, a criação de empecilhos à modificação do seu nome e do seu sexo registral através de manifestações judiciais equivocadas e a negativa majoritariamente constante do direito em contribuir para o alcance da tão famigerada e aguardada dignidade humana (e social) a esses indivíduos, só reflete a heteronormatividade ainda vigente e a instrumentalização do direito à finalidades institucionais vem se demonstrando incapazes de proteger a todos os integrantes da coletividade de forma materialmente igual.

PALAVRAS-CHAVE: Transexualidade; Direito; Gênero; Dignidade da Pessoa Humana; Alteração nome e sexo registra

7. “A IGREJA DOS DIREITOS HUMANOS: UMA IGREJA NA LUTA CONTRA A INJUSTIÇA” Evanway Sellberg Soares (UNESP)



Esse trabalho busca demonstrar a história da Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM) e como ela se construiu como uma igreja inclusiva, sendo a ICM uma denominação que nasce em um momento histórico no qual a comunidade LGBT começa a luta por seus direitos, pouco após a importante revolta de Stonewall. É fundada pelo Reverendo Troy Perry, nos Estados Unidos, e tem crescimento acelerado, se tornando uma Igreja presente mundialmente e militante por direitos civis LGBT, estando presente em momentos importantes para o movimento LGBT, inclusive no Brasil. Para atingir o objetivo desse trabalho, se utilizou de observação participante na ICM-SP, assim como pesquisa documental nos sites da denominação, tanto nacionais como internacionais. Assim, foi possível perceber que, apesar de possuir foco temático na luta pelos direitos LGBT, e ter sua teologia construída junto à história de busca por direitos LGBT, possuindo características de cada momento histórico e cada revisão teórica e teológica sobre homossexuais, transexuais, e demais manifestações; a igreja possui uma visão mais ampla com relação à inclusão, lutando pelos direitos humanos, o que leva a denominação a possuir uma teologia que respeita não somente diferentes sexualidades e práticas sexuais, mas também as diferentes identidades, sejam elas de gênero, religiosas, culturais e etc. E que essas identidades não devem ser somente toleradas, mas celebradas. Isso aponta a denominação como um movimento religioso dentro do movimento LGBT e dentro do movimento de luta por Direitos Humanos, estando essas coisas – teologia, sexualidade e direitos humanos – interligadas nas vivências da denominação.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja da Comunidade Metropolitana. Inclusão. Direitos Humanos.

8. “RELAÇÕES DE RAÇA/ETNIA E GÊNERO NA OBRA HIBISCO ROXO” Lintheane da Silva Martins (UFG-RC)

Hibisco Roxo é a história da trajetória de uma garota chamada Kalimbi, de sua formação como pessoa e de como ela chegou a ser o que é. Quando lemos o livro Hibisco Roxo da autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie nos deparamos com algumas questões intrigantes. A maneira como ela coloca na obra as relações de raça/etnia e gênero, a forma como se dispõem na sociedade acabam por refletir um



pouco o que acontece no país que a história discorre. É fato que não vamos aqui tentar entender o mundo nigeriano, mas buscamos fazer uma leitura profunda do livro a ponto de saber quais são as nuances dispostas que nos contam a história da Nigéria a partir do olhar de Adichie, mesmo que sumariamente. A trama do romance de Adichie se passa em uma Nigéria fragmentada que busca uma unificação. Desde a colonização, a Nigéria tem enfrentado um desmembramento. As tantas etnias dificultam a unificação. No entanto esta não é a única luta da Nigéria. Com a colonização veio o cristianismo, e juntamente com as armas e as algemas, veio a bíblia. A religião imposta aos nigerianos marginalizou as tradições de cada etnia, e as leis e regras passaram a ser ditadas pela Igreja. A língua mudou, os costumes mudaram, e o africano foi sendo calado. A análise do discurso que será aplicada nesta presente pesquisa surgiu como uma técnica usada dentro da análise de conteúdo. Utilizada tanto na pesquisa quantitativa quanto qualitativa, a análise de conteúdo, segundo Cappelle, Melo e Gonçalves (2003), foi criada como “uma nova compreensão do material textual”, que viria “substituir a leitura dita ‘normal’ por parte do leigo”, visando mostrar aquilo que está subentendido no texto. No entanto, como a análise do conteúdo limita o texto ao seu próprio contexto, a análise do discurso veio para implementar algumas outras técnicas à leitura e interpretação desse texto. Quando lemos uma obra literária de resistência, assim como o livro Hibisco Roxo, podemos perceber que o autor utiliza a literatura para criticar a sociedade em que está inserido. Segundo Antonio Cândido há duas maneiras de se olhar uma obra literária. Fazer uma análise literária e, em contrapartida, fazer uma análise sociológica da literatura. A Sociologia da Literatura busca olhar a literatura a partir da lente do autor, do impacto que ele busca trazer à sociedade, dos pré conceitos culturais que o autor tem.

Palavras-chave: Gênero. Etnia. Raça. Patriarcado. Feminismo. Nigéria

GT 10. ESPAÇOS URBANOS – Debatedor: Prof. Leonardo Turchi Pacheco

Sessão 1– 04/09/2018 – 14h às 17h

1. “O SELF NO MEIO URBANO” Marcelo de Medeiros Reis Filho (FGV)



O presente trabalho busca tratar sobre as intersecções entre as seguintes temáticas: os comportamentos dos indivíduos, as relações interpessoais e o meio urbano. O estudo tem suas bases em questões teóricas, compondo o debate a partir de definições já presentes no campo da sociologia. Assim, realiza-se uma análise que compara e combina teorias distintas, formando uma nova perspectiva acerca do caso proposto. Robert E. Park, com *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*, e George Herbert Mead, com *A brincadeira, o jogo e o outro generalizado*, oferecem a sustentação da argumentação. Dessa maneira, são utilizados, principalmente, os conceitos de self e cidade. O debate proposto passa por comportamentos, representações e imitações. Trata-se de ver como os grupos sociais tentam moldar o indivíduo, percebendo como ocorre esse processo e quais são suas consequências. Ao mesmo tempo, é feita a proposta de alargamento da discussão ao colocar a cidade como cenário desses aspectos. Insere-se o grupo no meio urbano, trazendo consigo suas questões morais e culturais, entre outras. Discute-se também como o fundo de palco urbano administra o controle social e as relações interpessoais.

PALAVRAS-CHAVE: Self. Meio urbano. Comportamento.

2. “ESPAÇOS URBANOS DE BERNA NAS CRÔNICAS DE CLARICE LISPECTOR” Nataly Rafaela Ternero; Aparecida Maria Nunes (UNIFAL-MG)

A escritora naturalizada brasileira Clarice Lispector viveu quase quinze anos fora do Brasil, acompanhando seu marido diplomata Maury Gurgel Valente; nesse longo período, morou em países da Europa, tais como Itália, Suíça e Inglaterra, e também em Washington, Estados Unidos. Clarice deixou documentados em crônicas e outros escritos os anos passados em movimento, revelando seu distanciamento e sensação de não pertencimento aos lugares nos quais viveu, para além de simples deslumbre. De volta ao Brasil, entre 1967 e 1973, a autora colaborou para a coluna semanal de crônicas do *Jornal do Brasil*, resgatando as memórias de suas viagens, combinando ficção e lembranças reais. Essas crônicas foram posteriormente reunidas na coletânea *A descoberta do mundo*, publicada pela primeira vez em 1984, constituindo importante obra na carreira de Lispector por concentrar toda a sua sagacidade, ironia e senso crítico – marcas registradas da autora – em pequenos textos. O método utilizado na pesquisa a



ser apresentada foi observar as múltiplas sensações observadas nas crônicas de viagem que tratam sobre a cidade de Berna, Suíça, recolhidas em *A descoberta do mundo*, cruzando-as com dados biográficos de Clarice Lispector retirados de suas correspondências publicadas nos volumes *Minhas queridas* (2007), *Correspondências* (2002) e *Cartas perto do coração* (2001). As saudades do Brasil, o estramento por estar nas terras distantes e diferentes da Suíça, longe da família e convívio social, se mostram presentes nessas crônicas recolhidas, possibilitando amplas discussões e leituras acerca dos impactos e influências dos espaços urbanos nas obras de Clarice Lispector. O sentimento de antiturista observado nas narrativas de viagem desse período da vida da escritora aliado à leitura crítica de suas correspondências ajudou a compreender as relações entre o eu viajante clariciano com o outro com quem se defronta e as reflexões que surgem deste contato. O estudo aprofundado desses textos de Clarice ajudou a estabelecer paralelos entre sua produção e vida, assim como fomentou o debate sobre a literatura de viagem da autora, ainda pouco estudada no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Clarice Lispector. Crônica de viagem. *A descoberta do mundo*. Espaços urbanos nas narrativas de viagem de Clarice Lispector.

3. “A BICA DO BAIRRO DO Ó: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO, MEMÓRIA E SOCIABILIDADE NA CIDADE DE SANTOS DUMONT” Daniela Alexandre Ferreira (UFJF)

Esse trabalho visa compreender a relação dos usuários com o espaço onde fica situado uma fonte pública de água conhecida com a “Bica” localizada no bairro Nossa Senhora Aparecida na cidade de Santos Dumont, MG. Busca um entendimento das formas de uso que o local assume ao se transformar num espaço de sociabilidade – ultrapassando a utilidade como meio de obtenção de recursos naturais – onde relações sociais são construídas e reforçadas. O tema de investigação é pautado na compreensão de um espaço urbano coletivo, envolvido na dinâmica da vida social do bairro através da percepção dos habitantes que vivenciam e o apropriam com suas práticas de lazer. A investigação se baseou na metodologia qualitativa, com a realização de dez entrevistas semiestruturadas com os usuários do local e a observação participante. Foi entendido que ao longo dos anos, aos redores da fonte pública, as práticas de ocupação do espaço



no tempo livre começaram a efervescer: jogos, grupos de samba e pagode, comemorações de aniversários, concentração do “Bloco do Balaio de Gato” no carnaval e reuniões familiares são alguns exemplos. A “Bica” se torna um ponto de encontro entre os moradores e passa a ser produzida de acordo com a necessidade de seus usuários, tornando-se, portanto, um espaço de sociabilidade. Em suma, através desta pesquisa foi possível entender que a “Bica” faz parte da trajetória de vida de muitos moradores devida às diversas formas de interação que aconteceram e acontecem no local. A “Bica” é um ponto referencial para a comunidade como centro de realização de suas atividades. A dinâmica de sua vida social é agitada, por isso vale ressaltar que ela se enquadra perfeitamente na categoria de “pedaço” concebido por Magnani (1998).

PALAVRAS-CHAVE: Fonte Pública. Espaço Urbano. Sociabilidade.

4. “O USO DA MACONHA COMO MECANISMO DE INTERAÇÃO ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS” Diego Vinícius Bernardes da Silva (PUC-Mg)

O artigo proposto para apresentação traz apontamentos e reflexões oriundas de uma pesquisa realizada sobre o uso da maconha entre jovens estudantes no ambiente universitário. Para a sua realização utilizamos método etnográfico, com observação participante e entrevistas com alunos de diferentes cursos de graduação oferecidos no Campus. Priorizamos as informações dos próprios interlocutores em relação à percepção dos mesmos sobre o uso da maconha, a influência desse uso na construção dos laços de sociabilidade e, além disso, sua relação com o espaço da universidade. Levando em consideração que a maioria dos estudos relacionados ao uso de substâncias psicoativas é voltada para as consequências negativas da prática, considerada “problemática”, acreditamos ser pertinente a análise de uma situação com um grupo distinto, ou seja, por sujeitos socialmente integrados, como no caso de estudantes universitários. Os resultados encontrados nos remetem às diferentes formas de uso, como por exemplo, para facilitar a interação social, sentimento de pertencimento e a construção de identidade. A questão das drogas tem sido uma área de grande atenção e de muitos debates, principalmente no que remete a discussão sobre a Política de Drogas adotada pelos países. Nesse sentido acreditamos ser de extrema importância abordarmos o fenômeno do uso em diferentes contextos. Além disso, buscamos levantar também a



discussão sobre o próprio método da etnografia, enquanto técnica de pesquisa no campo de estudo do uso de substâncias psicoativas.

PALAVRAS-CHAVE: Sociabilidade. Maconha. Universidade. Juventude.

5. “A EVOLUÇÃO POPULACIONAL NAS MICRORREGIÕES DE ANDRELÂNIDA E ITAJUBÁ” Jonas Gabriel Bendassoli Roque; Marcelo Rodrigues Conceição (UNIFAL-MG)

Este trabalho apresenta os resultados da investigação sobre a evolução populacional nas microrregiões de Andrelândia e Itajubá. O objetivo é analisar a relação entre as modificações das cidades que compõem as supracitadas microrregiões quanto ao tamanho de suas populações ao longo das suas trajetórias político-administrativas e relacioná-las aos fatos ocorridos na história do desenvolvimento do estado e da região sul de Minas, pois faz parte de um programa de pesquisa sobre o desenvolvimento na região do sul de Minas Gerais. O estudo se orienta nos dados e análises do artigo “Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX” de Isaías Pascoal que discute o caráter da economia e da sociedade sul mineiro do século XIX e também no trabalho de Thiago Gambi “O processo de urbanização no sul de Minas em transição” que discute o processo da urbanização do Sul de Minas no final do século XIX e início do século XX. Foram coletadas informações contidas no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a história dos municípios e a evolução da população. Gambi (2012) aponta que a região sul de Minas teve dois grandes ciclos econômicos que incentivaram o crescimento urbano, uma primeira fase no século XIX por conta de sua inserção nos circuitos de abastecimento da Corte e uma segunda devido à expansão da economia cafeeira no final do século XIX e início do XXI. O aumento populacional nas duas microrregiões pode ser observado no mesmo período da expansão cafeeira, no entanto, a configuração administrativa posterior – emancipação dos municípios – ocorreria em períodos de tempo mais ou menos irregulares, o que indica características particulares que demandam pesquisas mais específicas para cada formação municipal.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Sul de Minas; microrregião; população; política administrativa.



6. “O BANDEIRANTE FERNÃO DIAS NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE (MG) E O BANDEIRANTISMO NO SUL DE MINAS GERAIS” Caíque de Paula Dias (UNIVAS)

Pretendo desenvolver um estudo da representação da figura do bandeirante e estabelecer uma análise quanto à utilização de sua imagem nos dias atuais e, em especial, na cidade de Pouso Alegre, demonstrando a influência do bandeirantismo, predominante na região entre os séculos XVI e XVIII. Aspectos ocorridos na cidade depois da construção da rodovia BR-381, que a mesma transformou outros sentidos de identidade para os habitantes locais como a institucionalização de uma figura paulista na cidade mineira, adotando um símbolo “de fora” para o cotidiano. A representação do bandeirante trouxe um discurso de progresso para a região, formulado através no início do século XX na história nacional, em que houve uma repaginação de determinados sentidos para a sociedade brasileira sobre quais eram os “heróis” nacionais. Práticas antes inexistentes na cidade começaram a ser aplicadas principalmente com o processo desenvolvimentista incentivado por JK como a construção da rodovia BR-381. Para compreendermos a estátua que é símbolo de territorialidade é importante para o leitor entender como eram construídas as expedições no continente para ter um certa noção e localização sobre como eram as bandeiras. Posteriormente certas camadas da população do município de Pouso Alegre identificaram-se com o momento em que todo o Brasil estava vivendo na década de 1950. Basicamente a cidade não apresentava grande influência econômica no sul de Minas, por apresentar números que representavam dados iguais as cidades vizinhas e “até a década de 50, a maior concentração da população na zona rural. Após esse período, iniciou-se a instalação de indústria de transformação, culminando na década de 90, como a maior crescimento neste segmento.”² A estátua veio com esse discurso progressista e nos remete a um tempo que era preciso se jogar no desconhecido sem medo de represarias e aptos a sofrerem qualquer tipo de consequência maléfica para obtenção de resultados desejados, igual ao discurso industrial. Não muito diferente do intuito que querem transformar como marco pousoalgrense o pioneirismo e liga-lo ao bandeirante mesmo não sendo nativo dali. Não podemos deixar de compreender o



contexto histórico para que possamos assimilar a o sertanista a uma classe que lucra com determinados discursos.

PALAVRAS-CHAVE: Bandeirante, Fernão Dias, Pouso Alegre, cidade, poder, construção.

7. “INFORMAÇÃO E AÇÃO – COLEÇÕES DIGITAIS PARA OS MOVIMENTOS ATIVISTAS AMBIENTAIS DE BELO HORIZONTE” José Nunes do Nascimento (UFMG)

Neste artigo abordamos o ativismo ambiental do século XXI em Belo Horizonte, protagonizado principalmente pelo Fica Fícus, Parque Jardim América e Salve a Mata do Planalto. A capital de Minas Gerais foi construída sobre processos de redefinição de espaços verdes e públicos. As construções e as destruições do ambiente construído da cidade se perdem no tempo sem registros que contemplem os atores que participam destas dinâmicas. Na multiplicidade de olhares, lançamos a visão sobre a cidade pela questão ambiental e percebemos que a lógica da administração considera os espaços verdes e públicos da cidade como obstáculos ao progresso, surgem assim diversos ativismos que reagem às interferências autoritárias do poder público. E para garantir os registros da efervescências históricas, procuramos analisar a criação uma coleção digital com princípios arquivísticos e software livre para os movimentos ambientais da cidade no sentido de reconstruir uma dimensão que possa experienciar a cidade pela constituição dos espaços públicos e retirar do anonimato os atores e os acontecimentos contra o esquecimento do passado, transparecendo elementos para a construção de uma história mais plural. Os ativistas ambientais de Belo Horizonte entendem que os espaços verdes e públicos constituem um dos princípios articuladores da vida social, pois são locais de integração e de encontros que promovem a diversidade cultural e geracional da população da cidade. Os lugares da cidade suscitam formas distintas e singulares de contemplação e de interação, que nem sempre vão ao encontro daquelas projetadas pelo poder público e em torno disso, confrontam-se as questões de interesses econômicos, culturais e políticos. O texto tem por base a obra traduzida de Walter Benjamin (2009), “Passagens”, no qual há diversas reflexões sobre o momento de formação de uma metrópole moderna com a redefinição dos espaços públicos e privados em meio às



novas tecnologias do final do século XIX. Assim, para Benjamin (1987), o presente é quem escolhe o passado que lhe interessa e a história dominante não tem sido mais que o registro dos vencedores e um cortejo triunfante dos dominadores. E, desta forma, a verdadeira imagem do passado perpassa veloz, e a história que nos é posta tem como objetivo o esquecimento de todas as lutas e revoltas, em direção a um estado de exceção. No Brasil, temos um presente de longa duração, e um passado vivo e oculto, esperando ser resgatado e construído. Hoje, sentimos a necessidade de pensar de forma complexa, e não linear, e isso se deve ao advento da tecnologia digital, que trouxe novas práticas na relação de tempo e espaço; e assim procuramos novos instrumentos de resistências à destruição dos acontecimentos e nas reminiscências dos fragmentos para a reconstrução da nossa própria existência.

PALAVRAS-CHAVE: Informação. Banco de dados. Cidades. Meio ambiente. Espaço urbano

8. “O CIRCULAR DAS EMOÇÕES: UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA ENTRE OS TORCEDORES DO TUPI FOOTBALL CLUB”. Marcos Paulo de Castro Mello (UFJF)

O estádio é lugar de uma intensa movimentação afetiva, onde pessoas se abraçam durante o gol, choram, rezam, fazem promessas, quebram outras, aprovam e desaprovam o juiz, jogadores, técnicos, gândulas, outros torcedores, etc. Desse modo, o presente trabalho foi realizado no Estádio Municipal Radialista Mário Helênio, em Juiz de Fora – MG, acompanhando a campanha do Tupi Football Club no Campeonato Brasileiro da Série B de 2016.

O futebol, dentro do estádio, foi tratado como um grande evento futebolístico, cercado por lógicas próprias, sendo sua realização altamente ritualizada, produzidas tanto no gramado como nas arquibancadas. As observações nas arquibancadas serviram como um laboratório para demonstrar as diversas formas que as emoções ganham realidade dentro do estádio, com seu caráter ritual, através da participação dos torcedores, dando voz a significados muito singulares para além do jogo, que transcendem o futebol.

No caso dos torcedores nos estádios, a partir da breve experiência etnográfica feita com o Tupi, as emoções importantes de serem enunciadas e vividas ritualmente foram, de modo mais enfático, a raiva, a tristeza, o amor e a lealdade/honra. Minha hipótese, surgida através



deste pequeno trabalho de campo, é de que estes quatro sentimentos são valores centrais que permitem compreender as diversas performances vividas pelos torcedores nos rituais de assistir aos jogos nos estádios e no ato de torcer.

PALAVRAS-CHAVE: Circulação de emoções. Rituais. Performance. Torcedores organizados. Tupi Football Club.

GT 11. MÍDIAS SOCIAIS E COMPORTAMENTO – Debatedor: Prof. Dr. Marcelo Conceição; Prof. Milton Zamboni.

Sessão 1 – 05/09/2018 – 14h às 17h

1. “EU TRABALHO COM FATOS: IMPRENSA, JUDICIÁRIO, INTERAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS” Marina Cabada Polydoro (UFRJ)

O sistema jurídico e a mídia são instituições de interconexão e interdependência intensa na sociedade, podendo-se analisar as relações entre estas, sob as lentes sociológicas, em diversos aspectos. Preocupada em teorizar fenômenos sociais recentes e de relevância para sociedade, parti da reflexão sobre o tratamento dado ao processo penal nessas duas esferas de construção de narrativas para analisar como as relações entre os atores dessas entidades se estabelecem e influenciam o curso dos processos criminais. Assim, pretendo trabalhar como as narrativas criadas pelas mídias interagem e modificam o trabalho realizado pelos representantes do poder judiciário nos processos criminais - sendo este, então, o objeto de estudo da pesquisa em curso. Para isso, a metodologia de pesquisa utilizada será entrevista de defensores públicos, advogados criminais, delegados e policiais e a partir de casos lembrados por eles, em que tenha havido uma intervenção midiática significativa, buscarei perceber em que medida a repercussão e a história que tomam forma com a atuação dos jornalista alterou a percepção e a atuação dos entrevistados nos casos. Também, como metodologia, buscarei nas mídias impressa, televisiva e online as matérias citadas pelos entrevistados a fim de eventualmente comparar os relatos recebidos e conferir um olhar holístico à pesquisa. Com o andamento dado à pesquisa, pude perceber algumas particularidades relacionais entre a imprensa e os representantes criminais. Estes muitas vezes fazem uso da posição de



poder social que dispõe os jornalistas e repórteres para obter resultados no processo em curso. Também, conclui haver formas de intervenção na construção da narrativa em torno de um crime que apenas a mídia, com os meios que dispõe, como a exposição de figuras públicas à sociedade, consegue realizar.

PALAVRAS-CHAVE: Fato. Narrativa. Justiça Criminal. Produção da Verdade.

2. “CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA E SUAS REPERCUSSÕES SOCIAIS” Adeli Ferreira Nascimento; Leonardo Euler Ferreira Nascimento (UFMG)

A vinculação entre a mídia e o sistema penal levou Zaffaroni (1991) a incluir em seu rol de agências do sistema penal as "agências de comunicação social", a exemplo (rádio, televisão, jornal), sinalizando para a ultrapassagem de mera função comunicativa por parte da mídia no que tange a fatos criminosos para uma espécie de "criminologia midiática". Como consequência, o discurso criminológico da mídia sobre o crime e o criminoso, previamente articulado para construir imaginários na "sociedade do espetáculo", constitui-se em instrumento de análise dos conflitos sociais e das instituições públicas. Apesar de a internet ser meio de comunicação muito utilizado, a televisão ainda é dos mais fortes agentes de informações e entretenimento, atuando como formadora de opinião da coletividade na sociedade brasileira. Considerando que o problema envolve aspectos da realidade e o aprofundamento da compreensão de grupos sociais e de instituições, a abordagem será predominantemente qualitativa. Conjuntamente, será realizada uma revisão bibliográfica visando uma aproximação e um contato direto com a produção científica sobre o tema (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 183). Para fundamentar e explicar os efeitos da criminologia midiática na sociedade, reforçando estereótipos e a seletividade do sistema penal será utilizada a teoria do Labeling Approach, também conhecida como rotulação social ou “etiquetamento”, surgida no início da década de 1960. Em sua obra 'Questão criminal', Zaffaroni (2013) apresenta um livro de Howard S. Becker, de 1963, *Outsiders*, que consolidou a teoria do etiquetamento. Desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, numerosos são os acordos internacionais assinados, incontáveis as ações e programas direcionados a salvaguardar os direitos da pessoa, quer como indivíduo, quer como integrante da sociedade. Para Zaffaroni (1991, p. 125) os grandes avanços da



dignidade humana sempre ocorreram em luta contra o poder punitivo e os abusos cometidos contra os mais humildes. Assim, destaca-se a relevância da proposta em contribuir para a reflexão sobre a ingerência dos meios de comunicação no funcionamento do Sistema de Justiça Criminal. Em face do hiato existente entre o Judiciário e o homem comum, os veículos midiáticos assumem a função de decodificar a linguagem técnico-jurídica e, nesse exercício, findam por se transformar em um verdadeiro tribunal popular ferindo princípios e garantias constitucionais basilares de um Estado Democrático de Direito.

PALAVRAS-CHAVE: Criminologia. Mídia. Etiquetamento. Sistema Penal.

3. “ALGORITMOS E RACISMO: DISPOSITIVOS E CENÁRIOS PARA NOVOS E VELHOS RACISMOS” Wickson Moreira Ribeiro (UFRJ)

Esse trabalho surge por meio das discussões desenvolvidas dentro do Laboratório de Estudos Digitais (LED/UFRJ) sobre o impacto dos algoritmos na mediação das relações sociais, especificamente acerca da prática de racismo e sua interface real e virtual. Nos últimos anos é perceptível uma efervescente discussão em torno das promessas da aplicação dos algoritmos em diferentes esferas da vida social, contudo, essas promessas ocultam a manutenção e novos problemas criados a partir da mediação da vida social por meio dos algoritmos. Esse trabalho parte da premissa de Richard Rogers (2016), de negação da dualidade entre mundo real e virtual, no qual propõe a superação das pesquisas sobre a internet como cultura on-line, analisando esse espaço como contínuo da esfera real, de modo que seja capaz, por meio da observação dos espaços virtuais, de diagnosticar mudanças culturais e condições sociais, abolindo a perspectiva de esferas separadas. Assim, sendo o real e o virtual espaços indissociáveis, o espaço virtual não está livre de racismo. A metodologia utilizada para este trabalho será dividida em duas etapas: 1) empregando instrumentos de revisão bibliográfica acerca dos estudos sobre ciência e tecnologia, algoritmos e relações étnico-raciais, e 2) realizando uma observação participante de aplicativos de embelezamento (Face App) e modos de embelezamento de fotos presentes nativamente em câmeras de celulares Android. O comportamento racista da inteligência artificial Tay de desenvolvimento da Microsoft,



os erros de indexação de pessoas negras do Google fotos, as falhas de reconhecimento facial de usuários chineses de celulares da Apple, apontam para erros recorrentes do uso em larga escala dos algoritmos com grupos historicamente marginalizados pela cultura ocidental. A partir desse cenário o objetivo do trabalho é apresentar a relação entre racismo e algoritmo: como os algoritmos e os dispositivos virtuais e digitais colaboram com a manutenção e geração de novos modos, ambientes e ferramentas para a prática de racismo.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Algoritmo. Tecnologia. Ciência. Aplicativos.

4. “TRANSTORNOS ALIMENTARES EM MENINAS ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE NO AMBIENTE ESCOLAR” Anna Clara C. Couto; Renata Nunes Vasconcelos (UNIFAL-MG)

A adolescência é uma fase da vida de muitas transformações biológicas, como a entrada na puberdade e as transformações corporais, culturais e psíquicas, pela imposição dos padrões e o desligamento da figura paterna. Para este trabalho apostamos que essas transformações impactam as meninas de forma diferente das transformações que ocorrem nos meninos. As meninas seriam mais susceptíveis a padrões de beleza propagados pela mídia, de um corpo magro e sarado, muitas vezes associados a cobrança de que a beleza e o sucesso seriam a chave para a aceitação social. Atualmente o que assistimos diante dessa situação é a existência dos transtornos alimentares que impactam mais as meninas adolescentes. Seriam uma reação do sujeito a esse discurso? Meninas adolescentes em idade escolar passam por imposições estéticas corporais que as deixam vulneráveis e podem acarretar em repulsão alimentar, desencadeando transtornos alimentares. Qual o impacto desse discurso na vida de meninas adolescentes em idade escolar que tiveram transtorno alimentar é o interesse de investigação desse trabalho. Esse tema é comumente falado em vlogs (diários virtuais feitos através de vídeos) por mulheres adultas, que contam a sua relação com o corpo na adolescência e a escola. Não há pesquisas quantitativas que provam a influência dos transtornos alimentares no rendimento escolar, mas visamos pesquisar a sua influência na sociabilidade e o autoconceito dentro desse meio. O objetivo desse trabalho é analisar a



relação de meninas com transtornos alimentares e o ambiente escolar por meio dos vlogs. Nos interessa analisar o que as mulheres, em vlogs categorizados pelo gênero biográfico, relatam os seus transtornos alimentares, a sua relação com o corpo durante essa fase e as dificuldades que elas encontravam no cotidiano escolar quando estudantes da escola básica.

Palavras-chaves: Transtornos alimentares. Meninas. Adolescência. Escola. Discurso

5. “E A IGREJA SE FEZ DADOS: MÍDIAS SOCIAIS E PLATAFORMAS DIGITAIS NA DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP” João Paulo Gomes Ricotta (UFRJ)

Compreendendo a constante perda de fiéis pela Igreja Católica no Brasil como um problema de mudança cultural, tal como sustentam Steil e Toniol (2013), a presente pesquisa tem por objeto as novas estratégias de reprodução religiosa que têm sido elaboradas pela Igreja, a partir do uso dado por paróquias e dioceses às mídias sociais. A hipótese levantada é que as competências exigidas no uso das mídias digitais, tanto técnicas como comunicacionais, conformam um novo tipo de agente, que se define a partir de uma complexa rede de atores (LATOUR, 2012). Para tanto, a pesquisa delimitou a diocese de São José dos Campos e suas paróquias como recorte empírico. Criada em 1971 como um desmembramento da diocese de Taubaté dado o crescimento demográfico da região, a diocese abrange, além de São José dos Campos, os municípios de Monteiro Lobato, Jacareí, Igaratá, Paraibuna e Santa Branca, contando atualmente com 46 paróquias. Para que fosse possível uma análise comparativa, optou-se pelo levantamento das páginas no Facebook e websites referentes a cada paróquia, pois eram as mídias sociais e plataformas digitais mais utilizadas. O levantamento se deu através de busca direta no próprio Facebook, no Google e no site da diocese. Para extração dos dados das páginas foi utilizada a interface netvizz, com a posterior elaboração dos dados pelo gephi. Os resultados da pesquisa exploratória foram organizados em tabelas, seguindo a divisão diocesana das paróquias por Regiões Pastorais. As informações coletadas demonstraram um uso muito desigual dos recursos digitais selecionados, seja pela distribuição no número de curtidores entre as páginas, seja pela atividade apresentada nos sites. A paróquia Espírito Santo é a que mais se destaca, com 300000



curtidas em sua página do Facebook e um site bem atualizado, a paróquia conta inclusive com uma plataforma voltada a reserva online de espaços (salas) da igreja, desenvolvida por especialistas em TI creditados a partir de um link para seus perfis no LinkedIn. A partir de então, além de deter mais atenção sobre esta paróquia, mapeando os múltiplos condicionantes que a fazem apresentar tal comportamento, a pesquisa busca estabelecer contato direto com a diocese, tendo em vista obter uma boa inserção no campo e acesso a dados que permitam uma melhor compreensão das demais paróquias.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja. Reprodução. Mídias Sociais.

GT 11. MÍDIAS SOCIAIS E COMPORTAMENTO – Debatedor: Prof. Dr. Marcelo Conceição

Sessão 2 – 06/09/2018 – 14h às 17h

1. “AS NOVAS FACES DA DEMOCRACIA DIGITAL” Cristiane Helena de Paula Lima Cabral; Alex Ian Psarki Cabral (PUC-Mg)

É cediço que o avanço tecnológico tem proporcionado inúmeras possibilidades à raça humana – a chamada Quarta Revolução Industrial. O termo "A Internet das Coisas" define justamente esse novo espaço ocupado pela rede mundial, redefinindo e criando conceitos e, principalmente, conectando pessoas nas atividades do cotidiano no âmbito computacional e de comunicação. Há quem defina esses novos direitos, assentados no acesso a novas tecnologias como a quinta geração dos direitos fundamentais (GOULART, 2012, p. 5). A própria Organização das Nações Unidas, em relatório próprio, já classificou o acesso a internet como um direito humano. Nesse cenário, de conexões interpessoais complexas e heterogêneas, a ciberdemocracia ou democracia digital demanda uma exegese contemporânea do sentido de liberdade, aqui situado entre o acesso à informação e a violação a direitos fundamentais. Verdadeiros dilemas no Direito na era digital, as “fake news” contrapõem conceitos como liberdade de expressão e informação, e os seus limites constitucionais para o exercício do direito ao anonimato na sociabilidade virtual. Além disso, o uso de robôs e de algoritmos fazem



crescer o temor quanto ao resultado de um pleito eleitoral e os seus desdobramentos. São essas as questões sobre as quais se debruçará o presente ensaio que fará uso do método observacional, uma vez que é de suma relevância a observância dos fenômenos das mídias sociais para com a democracia, além, de uma pesquisa bibliográfica com vistas a se aprofundar todos os contornos relativos com o tema. A discussão, conforme apresentando acima, irá se debruçar com os efeitos do uso da internet na democracia, especialmente no que se refere a liberdade de expressão e às fakes news, com vistas a chegar ao resultado de que, o uso desenfreado e sem a devida fiscalização pode violar direitos e garantias fundamentais dos cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia Virtual. Redes Sociais. Liberdade de Expressão. Fake News. Controle

2. “CIBORGUISMO EM TEMPOS NEOLIBERAIS: ENSAIO SOBRE TECNOCIÊNCIA E HUMANO-MÁQUINA” Victor Gabriel Alcantara da Silva; Wickson Moreira Ribeiro (UFRJ)

Este artigo e as reflexões que o embasam têm origem em diálogos estabelecidos com o Laboratório de Estudos Digitais (LED/UFRJ) e em disciplinas ofertadas pelo coordenador do LED, Prof. Dr. Bruno de Vasconcelos Cardoso. Tendo como referência uma longa e produtiva discussão sobre Ciência e Tecnologia (ou tecnociência, de acordo com a proposta de Latour), abordaremos aqui uma análise acerca da imbricação entre ciência, tecnologia, cultura e política com a dinâmica da vida na era da informação e em tempos neoliberais. Para tanto, utilizaremos como metodologia uma revisão bibliográfica acerca dos estudos sobre ciência e tecnologia, neoliberalismo e ciborguismo. Apoiados nos trabalhos de Dardot e Laval (2016), Rose (2013) e Haraway (2009), apresentaremos nossa tese de que a nova racionalização do mundo constrói a necessidade de um novo sujeito e um novo corpo, moldado pelas promessas da tecnociência de potencialização do corpo e controle dos impulsos na otimização dos resultados. Nossa tese está intimamente relacionada com as reconfigurações da dinâmica da vida na contemporaneidade, em que, para alcançarmos a ascensão social, precisamos investir em nosso próprio corpo e em nossa própria subjetividade, estar sempre à frente do tempo e espaço presente, conectados às diversas informações do mundo, onipresentes, oniscientes e onipotentes: precisamos nos tornar potencialmente



ciborgues. Nesta busca incessante pelo humano-máquina, portanto, a ficção do ciborgue se torna cada vez mais próxima. Na medida em que avança a tecnociência, encontramos nossos corpos mais adaptados à uma nova dinâmica da vida, moldados e atualizados pelas novas tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Ciborguismo. Tecnociência. Biotecnologia. Neoliberalismo.

3. “MÍDIAS SOCIAIS E OS IMPACTOS EM AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS”

Samira Cristina Silva Pereira (UNIFAL-MG)

Nessa pesquisa de caráter qualitativo, temos como principal objeto de investigação a utilização das mídias sociais pelos alunos da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), e como o uso das mídias sociais impactam nas suas relações interpessoais. Buscando, dessa maneira, entender os novos comportamentos acerca dessas novas ferramentas de sociabilidade. Assim, compreender as novas acepções que vem sendo atribuídas a sociabilidade com o advento da tecnologia. Lançando, portanto, um olhar aos indivíduos fora do universo virtual, tendo em vista as inúmeras transformações que acarretadas a partir das reconfigurações sociais promovidas pelas mídias sociais. Pretendendo, desse modo, observar a relação entre vivências e as mídias sociais, consequentemente, adensar na compreensão das redes sociais enquanto objeto de significados. Nesse sentido, utilizamos o método etnográfico, visando a observação participante, não voltado para o lugar específico, mas sim voltado para o público, no caso, os alunos da Universidade Federal de Alfenas. A partir das observações participante, procuramos coletar informações e discursos, compreender como os próprios alunos veem esse impacto das mídias. Não descartando a revisão bibliográfica, outra ferramenta essencial para construção da pesquisa. A conclusão realizada parcialmente, é de que as análises são importantes no sentido compreender comportamentos que vem se consolidando com a grande influência que se tornaram as redes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Mídias Sociais. Comportamento. Antropologia.

4. “NATIVOS DIGITAIS: IMPACTO DAS MÍDIAS SOCIAIS EM AMBITO ESCOLAR” Julia do Carmo Carbono; Samira Cristina Silva Pereira (UNIFAL-MG)



Essa pesquisa propõe observar os nativos digitais ou geração interativa, localizados em uma unidade escolar de Alfenas-MG. Nativos Digitais correspondem, aqueles que possuem uma naturalização dentro das novas mídias, ou seja, já nasceram dentro dessa reorganização social. Já os imigrantes digitais, outro conceito abordado durante a pesquisa, são aqueles que nasceram anteriormente a esse movimento tecnológico instaurado. Visando compreender a relação entre os adolescentes para com as telas de seus celulares e as mídias sociais, procurando compreender como esses são influenciados pelas tecnologias. E como os professores lidam essas novas perspectivas de sociabilidade, essas que estabelecem uma nova configuração de nossa sociedade. De cunho metodológico qualitativo, visando as observações, construindo um caderno de campo, no qual, são registradas todas as aulas observadas, intervalos, recreio, sala dos professores. Visando a relação entre os alunos e as mídias sócias, sendo observado quanto os aparelhos celulares podem influenciar em uma sala de aula. As conclusões parciais mostram que a presença do celular e das redes sociais no cotidiano dos alunos é constante, podendo afetar atenção dos adolescentes, prejudicando o professor a ministrar a aula, devido a diversos incidentes que ocorrem devido a utilização dos celulares. No entanto, foi possível notar uma contradição, onde o professor se utiliza do Facebook, para enviar os textos para os alunos, buscando também enviar de celular para celular quando os alunos não possuem o texto, caracterizando os celulares e mídias sociais também como um instrumento para a educação dentro da sala de aula. Por fim, se faz necessário repensar a incorporação desses novos meios de comunicação e informação dentro da sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Nativos Digitais. Mídias Sociais. Educação.

5. “A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL E AS TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS FUTURAS” Victor César Fernandes Rodrigues (UNESP)

O presente trabalho tem por finalidade situar a problemática marxiana do fetichismo da mercadoria no contexto contemporâneo do capitalismo. Sua proposta é a de reivindicar, por um lado, que a criação incessante de necessidades é inerente à forma social do capital, pois essa criação incessante de necessidades tem por finalidade a valorização do valor em detrimento da satisfação das pessoas, e é precisamente por isto que o



fetichismo se põe de forma objetiva, na inversão social que opera. Por outro lado, pretende situar que atualmente a criação incessante de necessidades está produzindo o recrudescimento do fetichismo e reproduzindo cada vez maior submissão das pessoas aos imperativos do mercado. O trabalho aponta para a revolução tecnológica 4.0 e seus possíveis embates nas relações de trabalho e dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Fetichismo. Mercantilização. Revolução Tecnológica.

6. “NAÇÕES SOCIAIS E SOCIEDADES NACIONAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A SOCIEDADE NACIONAL MODERNA”. Paula A. Viol Liguori (UFJF).

O presente trabalho busca compreender o conceito de nação amparado na teoria de Ferdinand Tönnies, Émile Durkheim e Marcel Mauss. Em conjunto com Mauss parte-se da premissa que as sociedades nacionais são aquelas em que há a integração política e social marcada com a presença de um poder central. Diferentemente das sociedades polissegmentares, em que o poder é fragmentado entre os clãs. Nesse sentido, e para iniciar o argumento, em conjunto com Tönnies, faremos um mapeamento de como ocorre a passagem da comunidade – orgânica, baseada em relações familiares – para a sociedade – artificial e baseada em pactos. Na sociedade, trabalharemos o conceito de *solidariedade orgânica*, tal qual Durkheim vale-se para compreender a divisão do trabalho como um grande vetor produtor de relações indivíduo-sociedade. Finalmente, buscamos alocar a nação como um produto das transformações efetuadas na passagem comunidade-sociedade. A *condição nacional* aparece como fruto da solidariedade orgânica, pelo fato de que ao mesmo tempo em que há uma individuação cada vez maior no corpo social, existe a necessidade de estabelecimento de vínculos. Tais vínculos, de um lado, estão baseados na divisão do trabalho social. Por outro lado, esses vínculos produzem uma identidade coletiva e que se expressa nas instituições políticas promovendo integração nas formas de organização do corpo social e na centralização do poder.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade; Sociedade; Estado; Pactos; Nação



MINICURSOS E OFICINAS

1. Antropologia Visual – CH: 9:00h – Profa. Marcela Vasco – Unicamp

03/09/2018 – 09h às 12h; 14h às 17h

04 e 05/09/2018 – 09h às 12h

O minicurso pretende problematizar algumas das questões teóricas e metodológicas referentes ao campo da Antropologia Visual. Os diferentes usos da imagem na pesquisa etnográfica implicam, num primeiro movimento, em compreender o filme, a fotografia, o desenho ou outras imagens como linguagens específicas cujas particularidades precisam ser levadas em consideração e, num segundo movimento, em debater as questões metodológicas e epistemológicas trazidas por este campo a uma discussão mais ampla das Ciências Sociais

2. Introdução ao R para Ciências Sociais – CH: 9:00h – Prof. Neylson Crepalde – UFMG/Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix

03/09/2018 – 09h às 12h; 14h às 17h

04 e 05/09/2018 – 09h às 12h

Esse curso tem por objetivo familiarizar o novo usuário com os principais conceitos, aplicações e manipulação de dados no pacote estatístico R, com foco especial para as ciências sociais. A linguagem é instrumento para análise de dados e procedimentos estatísticos, que variam desde os mais simples, como descritiva de dados, até mais avançados, como modelagem, simulação e inferência. Espera-se que ao fim do curso o usuário consiga efetuar as operações básicas de manipulação de dados e absorver a lógica da linguagem do programa. O curso será composto por aulas expositivas e práticas em laboratório, onde será aprendido: importação de dados, manipulação de banco de dados, fontes de dados, construção de variáveis, análise descritiva, medidas de tendência central, medidas de dispersão, qui-quadrado, regressão, visualização de dados.



3. Introdução à Análise de Redes – CH: 3:00h – Prof. Antonio Carlos Andrade Ribeiro – UNIFAL-MG

05/09/2018 – 09h às 12h

Planejamento de pesquisa: natureza dos dados, produção de dados primários, uso de dados secundários. Centralidades e Coesão em redes sociais; Elaboração de sociograma e manipulação de redes.

4. Minicurso: Uso do software IRAMUTEQ na análise multidimensional de textos e questionários: uma alternativa à análise de conteúdo – CH: 3:00h – Prof. Velcimir Inácio Maia – UFSJ.

06/09/2018 – 09h às 12h

O objetivo da oficina é apresentar aos alunos o IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), desenvolvido por Pierre Ratinaud. O software permite a análise lexicográfica de material textual, gerando contextos (classes lexicais) que são caracterizados pelo seu vocabulário e pelos segmentos de texto que compartilham este vocabulário. Seu método tem como base a organização da distribuição do vocabulário de forma compreensível e visualmente clara. A ferramenta é uma alternativa às análises puramente qualitativas. A análise lexical viabiliza a superação da dicotomia clássica entre quantitativo e qualitativo na análise de dados, na medida em que a partir delas se torna possível quantificar e empregar cálculos estatísticos sobre variáveis essencialmente qualitativas – os textos. Os materiais textuais são os dados qualitativos mais comumente utilizados, estes podem ser provenientes de entrevistas, questionários, grupos de discussões, atas, redações etc. Enfim, há uma grande variedade de possibilidades para se efetuar a coleta de dados qualitativos na forma textual. A utilização do software começa com a preparação de um corpus textual a partir do material coletado, assim é possível gerar gráficos, grafos, dendrogramas e nuvens de palavras que servirão de subsídios para as análises do pesquisador.



OFICINAS

1. Oficina: Cotas raciais nas universidades brasileiras: análise de uma polêmica pública – CH: 3:00h – Prof. Marcelo Sevaybricker – UFLA.

05/09/2018 – 09h às 12h

Propõe-se a análise crítica do debate público iniciado no país na primeira década do século XXI, em torno da adoção das cotas raciais nas universidades brasileiras. Após fazer uma breve definição das políticas de ação afirmativa e uma contextualização histórica desse tipo de política pública, no Brasil e no mundo, a oficina passa à análise coletiva de textos jornalísticos e acadêmicos sobre essa temática, previamente selecionados e disponibilizados aos participantes da oficina. Metodologicamente, a proposta entende que tais discursos consistem, em geral, em atos políticos, por meio dos quais seus autores procuraram afetar a realidade, na medida em que estabelecem um diagnóstico da política e de seus problemas, e em que sugerem um prognóstico, com normas de ação para que eles sejam superados. Após a análise e discussão coletiva de tais textos, passa-se a expor uma classificação sistemática dos principais topos argumentativos dessa polêmica pública. Nosso intento é, ao final, demonstrar que muitos desses topos guardam profunda relação com certas problemáticas e ideias-chave do pensamento social e político brasileiro, e que o entendimento pleno dessa polêmica em torno das cotas raciais pressupõe uma perspectiva histórica de longa duração sobre a sociedade e a cultura nacionais.

2. Oficina: Democracia e Educação: os desafios políticos educacionais – CH: 3:00h – Prof. Henrique Ciucci da Silva – PUC-SP

06/09/2018 – 09h às 12h

Esta oficina tem por objetivo discutir a relação democracia e educação. Pretende desenvolver o conceito de democracia e sua relação com o Estado. Objetiva focalizar a educação como bem público no Estado liberal e como essa ideia se transforma no Estado neoliberal. Especialmente, busca discutir a educação brasileira e seu desenvolvimento a partir destes conceitos.



III JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAL-MG

03 a 06 de setembro de 2018, Alfenas-MG

3. Oficina: Percepções de gênero – CH: 2:40h – Profa. Vera Simone Schaefer Kalsing – UFLA.

05/09/2018 – 09h às 12h

Propor uma discussão com a comunidade local a respeito de questões de gênero na sociedade. Como são educados meninos e meninas? Homens e mulheres ocupam locais diferenciados na sociedade? Por quê? Os salários são diferentes?

4. Oficina: O método indiciário e as Ciências Humanas e Sociais – CH: 2:00h – Prof. Milton José Zamboni – UFEI

06/09/2018 – 09h às 12h

A constituição do Método Indiciário ao longo de sua elaboração em diferentes momentos e circunstâncias históricas e culturais. De caçadores à psicanálise o debate promovido circunscreve interessantes caminhos interpretativos da realidade.

EVENTOS CULTURAIS

Segunda-Feira - 03 de setembro de 2018 – 17:30 às 19h - Local: R101

CineDebate: "Quando a água chegou" & "A história de Jali".

Terça-Feira - 04 de setembro de 2018 - 17:30 às 19h - Local: Hall do R

Lançamento de Livro

Quarta-feira - 05 de setembro de 2018 - 17:30 às 19h - Local: Palquinho UNIFAL

Show com a Banda Dirt & Noise

Quinta –feira - 06 de setembro de 2018 - 17:30 às 19h – Local: Hall do R

Dança Break com Coletivo Coliseu & Giovana Generoso.